

1862

2022



Notícias de Vicente Só

Criada em 1977, a Revista tem se constituído num veículo de divulgação dos principais documentos da História de Brusque - inclusive dos primeiros documentos manuscritos relativos à antiga Colônia Itajaí - arquivados e preservados no Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim.

O Anuário também tem sido um espaço de discussão, de análise crítica e de publicação de artigos científicos, produzidos por historiadores e pesquisadores sobre a História de Brusque e do Vale do Itajaí-Mirim.

Os artigos e ensaios publicados são referência em pesquisa para estudiosos, professores e alunos das escolas e Universidades que buscam o conhecimento do processo histórico da região do Vale do Itajaí-Mirim, constituindo importantes fontes de consulta para a formação do saber científico na área da História e da cultura em geral.

Colaboraram nesta Edição:

Carina Machado
Carmelo Krieger
Emilia Rosenbrock
Guédria Motta
João José Leal
Jorge Paulo Krieger Filho
Luciana Pasa Tomasi
Marcos Eugênio Welter
Maria do Carmo Ramos Krieger
Nilo Sérgio Krieger
Rosemari Glatz
Saulo Adami
Taiana Steffen Eberle
Thayse Helena Machado

NOTÍCIAS DE
VICENTE SÓ
BRUSQUE E REGIÃO



UNIFEBE

Brusque

2021

Sociedade Amigos de Brusque e de Apoio ao Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim SAB/Casa de Brusque

Fundada em 4 de agosto de 1953

Reconhecida de Utilidade Pública: Lei Municipal nº 73 de 9 de março de 1954 - Lei Estadual nº 1162 de 12 de novembro de 1954 - Cadastrada no Ministério da Cultura sob nº 52.001.659/87-17
CNPJ: 83.721.639/001-93

Sede própria: Av. Otto Renaux, 285 - 88351-301 – Brusque – Santa Catarina
Fone: (47) 3351 2132 - E-mail: casadebrusque@gmail.com - Home Page: www.casadebrusque.com

DIRETORIA EXECUTIVA: Gestão 2021/2022

Presidente: Ricardo Vianna Hoffmann
Vice-presidente: Rafael João Scharf
Primeiro Secretário: Roland Imhof
Segundo Secretário: Ricardo José Scharf
Primeiro Tesoureiro: Gilson Ávila Hulbert
Segundo Tesoureiro: Gaspar Eli Severino
Diretora de Patrimônio: Maria Léa Gevaerd Backes
Diretor Técnico: Celso Deucher

Conselho Fiscal:

Efetivos: Marcus Schlösser,
Roque Luiz Dirschnabel e Joel Mendes
Suplentes: Gilmar Heil, Francisco Daniel
Imhof e Rafael Vianna

CONSELHO EDITORIAL:

Presidente: Jorge Paulo Krieger Filho
Roque Luiz Dirschnabel
Celso Deucher
Edinéia Pereira da Silva
Francisco Daniel Imhof
Luciana Pasa Tomasi
Pe. Eder Cláudio Celva
Raquel Schoening
Ricardo José Engel
Ricardo Vianna Hoffmann
Rosemari Glatz
Marcos Eugênio Welter

Fundador: AYRES GEVAERD

Elaboração: Conselho Editorial

Diagramação: Peterson Paulo Vanzuita

Coordenação editorial: Claudemir Aparecido Lopes, Jorge Paulo Krieger Filho e Luciana Pasa Tomasi

Revisão: Francisco Daniel Imhof

Edição anual: 2021, Nº 68, Ano XIX - Tiragem: 500 exemplares

Capa: Cônsul Carlos Renaux em ilustração comemorativa, alusiva aos 160 anos de seu nascimento.

Acervo: UNIFEBE

Notícias de Vicente Só / Sociedade Amigos de
Brusque - Ano 1, nº 1 (1977). - Brusque: Ed.
UNIFEBE, n. 68, 2021.
155 p. 16 X 23 cm

Anual
ISSN: 2238-7064

1. Brusque - História. 2. Santa Catarina - História.
I. Sociedade Amigos de Brusque. II. Título

CDD: 981.64

Ficha catalográfica elaborada por Bibliotecária - CRB 14/727

Sumário

- 1 - 75 anos do falecimento do Cônsul Carlos Renaux e seu legado..... 9**
Rosemari Glatz
- 2 - “Hajo, wir schwätzen patenser”: o gradativo apagamento do dialeto badense em Brusque e Guabiruba..... 43**
Emilia Rosenbrock
- 3 - Brusque, berço do chorinho em Santa Catarina.... 79**
Carmelo Krieger
- 4 - Anotações de uma imigrante polonesa Maria do Carmo Ramos Krieger..... 83**
Maria do Carmo Ramos Krieger
- 5 - Casa do Barão de Schnéeburg, uma Merecida Homenagem!..... 93**
João José Leal
- 6 - “Do mais humilde ao mais abastado, sempre podemos ajudar o outro de alguma forma” 105**
Thayse Helena Machado
- 7 - Filatelia..... 117**
Jorge Paulo Krieger Filho
- 8 - Morando em Brusque há 50 anos..... 123**
Marcos Eugênio Welter
- 9 - U-boot em Brusque..... 130**
Nilo Sérgio Krieger

10 - O cinema na crônica de Ayres Gevaerd..... 131

Saulo Adami

**11 - Ampe Brusque: 30 anos em prol do crescimento das
micro e pequenas empresas da região..... 135**

Carina Machado/ Guédria Motta/ Taiana Steffen Eberle

12 - Documentos oficiais 1871..... 149

Luciana Pasa Tomasi

Apresentação

Prezados Leitores

Temos a grata satisfação de apresentar mais uma edição do anuário NOTÍCIAS DE VICENTE SÓ, publicação oficial da Sociedade Amigos de Brusque/Casa de Brusque.

Desde o primeiro exemplar, lançado em 1977, até a presente edição, já vai um longo tempo que NOTÍCIAS DE VICENTE SÓ vem regularmente divulgando assuntos relacionados com a história de Brusque e região. Artigos que resgatam os primórdios da Colônia Brusque-Itajahy; documentos oficiais de autoria do fundador e primeiro administrador, barão Maximilian von Schneeberg; textos que registram aspectos sociais, culturais e econômicos da atualidade, tudo isso compõe um rico acervo, verdadeira matéria-prima para estudiosos, pesquisadores e mesmo leigos interessados na história.

Antecipando as comemorações dos 160 anos do nascimento do Cônsul Carlos Renaux, em 2022, a presente edição de NOTÍCIAS DE VICENTE SÓ presta justa homenagem ilustrando sua capa com a imagem do grande empreendedor, político, diplomata e filantropo que deixou enorme legado à cidade de Brusque.

Nesta edição de 2021 (em 2020 não houve publicação face à pandemia da Covid-19) também vamos encontrar artigos inéditos, relatos pitorescos de fatos e pessoas, tudo graças ao apoio de inúmeros colaboradores que enviaram seus escritos para divulgação, aos quais fica o nosso maior agradecimento.

Registramos também a nossa gratidão aos apoiadores que viabilizaram os recursos financeiros necessários para a presente edição, ao Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE, pelo serviço de diagramação do material e a todos os demais que, de uma forma ou de outra, deram a sua valiosa contribuição para mais esta publicação de NOTÍCIAS DE VICENTE SÓ.

Desejamos a todos uma agradável leitura!

Brusque, 31 de maio de 2021

Jorge Paulo Krieger Filho

Presidente do Conselho Editorial

75 anos do falecimento do Cônsul Carlos Renaux e seu legado

Rosemari Glatz*

“A imortalidade é uma espécie de vida que se adquire na memória
dos homens”

Dênis Diderot, escritor francês

Introdução



Pensar Brusque a partir de suas especificidades, de seus elementos irreduzíveis à história regional, supõe necessariamente pensá-las a partir de sua historicidade, pois é nisso que reside a singularidade do conhecimento histórico. Não é Sociologia ou Antropologia. Não busca o enquadramento dos fenômenos socioculturais em estruturas amplas, categorias açambarcadoras que dotem sua análise de legitimidade científica. De maneira distinta, a história dá a dimensão do peso da historicidade como

elemento necessário à constituição singular de uma cultura e de uma sociedade, oferecendo o que as Ciências Sociais não oferecem (AZEVEDO, 2021). E é a partir desta perspectiva que, passados 75 anos da morte do Cônsul Carlos Renaux, completados em 2020, estudamos a sua história e o seu legado para a cidade de Brusque.

*A autora é Reitora do Centro Universitário de Brusque-UNIFEBE. Professora universitária. Mestre em Administração. Pesquisadora da imigração alemã e polonesa para o Vale- do Itajaí-Mirim. Escritora, publicou vários livros e escreve para jornais da região de Brusque (SC). Contato: e-mail: rosemariescritora@terra.com.br

Carlos Renaux era luterano. Nasceu em 1862, em Loerrach, Grão-Ducado de Baden, Alemanha. Em setembro de 1882, deixou o torrão natal e emigrou para o Brasil. Sua primeira parada foi no Rio de Janeiro, e depois seguiu para Santa Catarina. Em Blumenau, no ano de 1884, Carlos Renaux se casou com Selma Wagner e juntos tiveram onze filhos. Desde o casamento, até a morte do ambos, moraram em Brusque, onde Selma faleceu em 1912 e Carlos em 1945, depois de uma vida longa e bem-sucedida em termos familiares, políticos e empresariais. Quando faleceu, Carlos Renaux já era conhecido com Cônsul e empresta o seu nome para designar vias públicas, colégio, estádios de futebol, hospitais, dentre outros.

A origem de Carlos Renaux

Carlos Renaux era filho de Johann Ludwig Renaux e de Christina Sophie Ludin Renaux, etnicamente franceses da região de Damvillers, na Alsácia-Lorena e radicados em Loerrach-Stetten, na Alemanha. Nasceu no dia 11 de março de 1862, e foi batizado na igreja luterana St. Fridolin, em Lörrach-Stetten como Karl Christian Renaux. Tinha três irmãos: Wilhelm (1853), Ludwig (1857) e Oskar Friederich (1865). Ainda na sua cidade natal, Loerrach, frequentou a escola Pedagógica Graoducal e o Ginásio de Loerrach, o equivalente ao atual ensino médio.



Formação de Carlos Renaux na escola Pedagógica
Grão-ducal e o Ginásio de Loerrach. Ano: 1877



Renaux

A partir de 1879, após concluir os estudos, foi aprendiz no Banco Hipotecário de Loerrach (KreishypothekenBank) durante 3 anos e 5 meses. Queria seguir carreira militar, como outros membros da família, mas não foi aceito no serviço militar alemão por ser deficiente auditivo. Frustrado, em setembro de 1882 Carlos Renaux deixou o torrão natal e emigrou para o Brasil. Antes de emigrar, obteve, em 30 de agosto de 1882, uma carta de recomendação escrita por seu gerente no KreishypothekenBank, com o seguinte teor:

O portador deste, Sr. Karl Renaux aqui residente, completou em nosso banco o curso de aprendiz em três anos, tendo continuado, por mais 5 meses, como caixeiro ao nosso serviço. Desempenhou-se a nosso contento de todos os serviços ocorrentes no escritório, tendo exercido, de vez em quando, as funções de caixa, no que demonstrou habilidade e domínio da matéria, lastimando ter ele resolvido abandonar-nos com o fim de aperfeiçoar seus conhecimentos em outra parte. Passamos-lhe a presente carta, qualificando-o como moço digno de confiança, inteligente, reto e ativo, merecedor de nossas melhores recomendações (UNIFEBE/ Villa Renaux, 2020).

A chegada de Carlos Renaux no Brasil

Quando Renaux emigrou para o Brasil, em 1882, aportou no Rio de Janeiro onde procurou trabalho. O Brasil vivia, então, o Segundo Reinado do chamado “Brasil Império” (período de 1822 a 1889), e Dom Pedro II era o imperador do Brasil (de 1840 a 1889). Cidade aberta ao mundo desde o período colonial, o Rio de Janeiro viu sua dimensão de cosmopolitismo projetar-se com a fixação da corte portuguesa no seu espaço e na sedimentação de sua condição de capital. Ao longo do século XIX, durante o período do Brasil Império, fixou residência no Rio de Janeiro um sem-número de diplomatas e negociantes oriundos dos mais diversos países. Capital nacional da cultura e de aspectos mais dinâmicos dela, como a moda, o Rio de Janeiro ambientou-se com as novidades que constantemente chegavam do exterior, tornando-as parte da dinâmica sociocultural da cidade. Natural, portanto, que Carlos Renaux tenha tentado, inicialmente, estabelecer-se lá.



Rua das Palmeiras, Blumenau. Ano: 1885

Embora munido de carta de recomendação a importantes firmas do Rio de Janeiro, Carlos Renaux procurou em vão uma colocação adequada ao chegar ao Brasil. Não tendo conseguido trabalho no Rio de Janeiro, seguiu, por intermédio da Inspetoria da Imigração, no mesmo ano para Santa Catarina, dirigindo-se para Blumenau, onde encontrou logo o emprego de caixeiro no negócio de Theodor Lüders, em Salto Weissbach (localizado na margem direita do rio Itajaí-Açu). Embora tenha trabalhado pouco tempo para Theodor Lüders, mantiveram relações de amizade e Renaux sempre foi grato ao seu primeiro empregador no Brasil.

Outro comerciante de Salto Weissbach era Luis Altenburg. Em 1883, Renaux deslocou-se para a vila de Gaspar, onde Luis Altenburg, seu novo empregador e futuro cunhado, e um dos principais comerciantes de Blumenau, tinha uma filial.

Pouco tempo depois, graças à sua rara inteligência e capacidade organizadora, Renaux assumiu, em Brusque, o cargo de gerente da filial de Asseburg & Willerding, atuante no comércio de exportação de produtos coloniais em Itajaí e que originou a primeira empresa regular de transporte entre Itajaí e Blumenau. Um ano depois de assumir como

empregado na Asseburg & Willerding, adquiriu a filial que estava gerenciando, sendo, para isso, fundamental o dote recebido por sua mulher. A passagem de empregado a proprietário, portanto, foi facilitada pelo bom casamento realizado com Selma Wagner.

O primeiro casamento de Carlos Renaux

Em agosto de 1883, Carlos Renaux noivou com Selma Wagner, filha mais velha do segundo casamento de Peter Wagner (1818-1901) com Friedricke Metzner (1846-1927). Ela nasceu em Blumenau no dia 08/12/1863, foi criada entre os colonos pioneiros do Vale do Itajaí, e aprendiz de professora.

É possível que tenha sido através de Luis Altenburg, para quem trabalhou em Gaspar, que Renaux tenha conhecido sua primeira esposa, Selma, pois Altenburg era casado com Gertrudes Wagner, irmã de Selma, filhas de (Johann) Peter Wagner, um caso raro de colono próspero apenas pela atividade agrícola.

Passados um ano e quatro meses após ter chegado ao Brasil, Carlos Renaux se casou, em Blumenau, com Selma Wagner em 19 de fevereiro de 1884. Ele tinha 21 anos, e ela havia completado 20 anos de idade. O enlace matrimonial aconteceu na igreja luterana e quem celebrou o casamento foi o pastor Heinrich Sandreczki, enviado pela missão evangélica de Basel. Naquele tempo a igreja luterana do centro de Blumenau (ainda existente) já estava edificada, mas sem torre, pois a religião oficial no Brasil continuava sendo a Católica. Foram padrinhos de casamento o cunhado Luis Altenburg e o sobrinho de Selma, Leopold Knoblauch e, segundo o assentamento do casamento, naquela data Renaux já residia em Brusque.

Por ocasião do casamento, Selma recebeu um “Mitgift” (um dote) de 10 contos de réis, considerada uma quantia bastante significativa naquele tempo. Peter Wagner também presenteou a filha Selma, escolhida entre todos os demais filhos para receber o jogo de porcelana branca timbrada que pertencera à sua mãe, Maria Wagner, e que foi trazido da Alemanha.



Casamento de Carlos Renaux & Selma Wagner. Ano: 1884

Relações que se estabeleceram a partir do casamento

A Família Wagner tinha fortes laços com a florescente Colônia Blumenau, inclusive com o seu fundador, Dr. Blumenau. Peter Wagner, pai de Selma, é referenciado pela história como “pioneiro”, pois participou da fundação da primeira colônia alemã de Santa Catarina (São Pedro de Alcântara) e do primeiro assentamento ocorrido em Gaspar, para onde as famílias Wagner e Lukas se mudaram na segunda metade da década de 1840. E quando, em janeiro de 1848, o Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau, considerado o pai da colonização do Vale do Itajaí, subiu o rio Itajaí-Açu para procurar o local mais propício à instalação da colônia com que sonhava, encontrou as famílias de Peter Wagner e Peter Lukas, com suas casas, grandes plantações e engenhos de açúcar, no local “Capim Volta”, atualmente rua São Bento, dentro do perímetro urbano de Blumenau. Peter Wagner era o pai de Selma Wagner e Peter Lukas era casado com Dorothea Wagner, irmã de Peter, seu cunhado, portanto. Ambos prosperaram e seus numerosos filhos

e filhas se uniram pelos laços matrimoniais aos jovens imigrantes da novel colônia de Blumenau, fazendo com que, nas atuais famílias tradicionais da região de Blumenau, muitos tenham sangue Wagner e Lukas (Lucas) nas veias.

Peter (Pedro) Wagner, sogro de Carlos Renaux, foi casado duas vezes e teve 25 filhos. Dele descendem vários empresários e pessoas de destaque tanto no ramo econômico, quanto político e social. A título de exemplo, o primeiro casamento que se realizou na Colônia Blumenau foi entre a filha mais velha de Peter Wagner, Margareth Wagner, com Karl Friedrich Julius Baumgarten (filho de pastor luterano). Hermann Baumgarten, neto de Pedro Wagner, foi o pioneiro do jornalismo e da tipografia em Blumenau e editor do primeiro jornal da cidade, “Blumenauer Zeitung” que circulou, quase sem interrupção, de janeiro de 1881 até 1941.

Outra irmã de Selma, Dorothéa Wagner, casou com o médico da Colônia Blumenau, Dr. Bernhard Knoblauch. Eles foram os pais de Leopold Knoblauch, que mais tarde foi um dos chefes do partido republicano em Blumenau e fez parte da primeira intendência municipal em 1890, e também de Leopold Bernhard Knoblauch, batizado em 22/09/1894, sendo dignos de menção os nomes de seus padrinhos: Hercílio Pedro da Luz (Senador da República e Presidente da Província de Santa Catarina por três vezes); Vitorino de Paula Ramos (atuante do Partido Republicano Catarinense – PRC em Blumenau, deputado constituinte da Primeira Assembleia Constituinte de Santa Catarina na primeira Legislatura, e eleito deputado federal seis vezes); José Bonifácio da Cunha (médico de grande prestígio social, político e superintendente municipal (prefeito) de Blumenau), Etelvina Ferreira da Luz; Elisabeth da Cunha e Dorothéa Knoblauch, apontando o forte relacionamento da família Wagner com as lideranças econômicas e políticas de Blumenau e de Santa Catarina.

Também primos de Selma Wagner eram destaque, a exemplo de sua prima Agnes Wagner, filha de seu tio Christian Wagner, que casou com Hermann Moellmann que, em 1869, fundou, em Florianópolis, a conhecida Casa Moellmann e que, tempos depois, instalou uma filial em Blumenau.

Com família numerosa, filhos, netos e bisnetos de Peter Wagner se uniram, pelo casamento, com famílias bastante conhecidas e influentes

da região do Vale do Itajaí, tais como as famílias Hering, Altenburg, Baumgarten, Odebrecht, Bauer, Hoepcke, Brückheimer, dentre outras.

E essa ampla influência da família Wagner possivelmente favoreceu Carlos Renaux, tanto em termos sociais, quanto econômicos e políticos.

O primeiro empreendimento Renaux em Brusque

No início do ano de 1884, Renaux assumiu o cargo de gerente da filial de Asseburg & Willerding em Brusque, uma pequena “venda” atuante no comércio de exportação de produtos coloniais em Itajaí. Um ano depois, em 1885, já casado, ele adquiriu essa empresa, sendo para isso fundamental a herança recebida por sua esposa Selma que, por ocasião do casamento, havia recebido do pai um “Mitgift” (um dote) de 10 contos de reis, considerada uma quantia bastante significativa naquele tempo.

Era uma “venda” pequena, mas o jovem negociante adotou no comércio os princípios que até então eram desconhecidos por aqui: acabou com o sistema de troca entre colonos e vendedores e adotou a base da moeda corrente para grande parte das transações.

Carlos Renaux é nomeado agente do Correio

Eram ainda os tempos do Império. No dia 20 de março de 1889, Carlos Renaux foi nomeado pelo Cônego Joaquim Eloy de Medeiros, então 2º Vice-Presidente da Província de Santa Catarina “para o cargo de Agente do Correio na Villa de S. Luiz [Gonzaga]”, posteriormente denominada Brusque. A primeira Agência dos Correios de Brusque foi instalada em 22/12/1875. Informação registrada no relatório de 9/06/1889, entregue por Eloy de Medeiros ao transmitir o cargo para o Dr. Abdon Batista, 1º Vice-Presidente que governou Santa Catarina, interinamente, de 26 de junho a 19 de julho de 1889. A pesquisa foi realizada a partir de informações enviadas pelo leitor do Boletim Filatélico de Brusque, residente na Alemanha, Fábio Monteiro, e publicada no Boletim Filatélico de Brusque de janeiro-fevereiro de 2021.

A primeira empresa têxtil da família Renaux

Após atuar alguns anos como comerciante em Brusque, Renaux conseguiu reunir economias e, da associação com colonos agrícolas da região, e com dinheiro de alguns sócios, montou, em 1892, a primeira empresa têxtil da família Renaux. A motivação para investir na indústria têxtil veio de tecelões poloneses de origem alemã, vindos de Lodz por volta de 1889, que pensaram em estabelecer uma pequena indústria de tecelagem em Brusque. Eles necessitavam, todavia, de uma pessoa que desfrutasse de conceito na comunidade e que fosse homem de capacidade, dinâmico, capaz de tomar sobre si a responsabilidade do empreendimento. Renaux conquistara reputação de trabalhador eficiente e honesto e aceitou o desafio, mas, até então, ele não conhecia o ramo de negócio a que iria, depois, dedicar toda a sua existência.

Era 11/03/1892 e Carlos Renaux estava completando 30 anos de idade. Nesse dia, Renaux iniciou a primeira fábrica de tecidos em sociedade com Paul Hoepcke e Augusto Klapoth, que mais tarde se retirariam da firma. Os primeiros teares da fábrica pioneira em Brusque foram acionados com os tecelões poloneses e outros colaboradores, dando origem à Fábrica de Tecidos Renaux.



Fábrica de Tecidos Carlos Renaux.
Avenida Primeiro de Maio, Brusque. Ano: 1903

Para ampliar a empresa e adquirir máquinas, Renaux tomou dinheiro emprestado de uma firma de Hamburgo. Inicialmente, foram adquiridos oito teares manuais ingleses que foram instalados em um galpão na rua Ivinheima, centro de Brusque (atual avenida Cônsul Carlos Renaux). A partir de então, e com o aporte de recursos decorrentes de empréstimos no exterior, as indústrias se desenvolveram e marcaram um novo episódio na vida da cidade. Brusque não poderia mais se manter como célula exclusivamente agrícola, e estaria condenada à decadência se não fosse sua transformação em parque industrial, e o primeiro passo desta transição coube ao visionário empreendedor Renaux.

Alguns anos depois, nova expansão. E o ano de 1900 foi importante na história das Fábricas Renaux, pois naquele ano teve início a instalação da fiação. Para isso, necessitou de novos empréstimos e contou com apoio financeiro de João Bauer, que alguns anos mais tarde, trouxe a energia elétrica a Brusque. Ante os vultosos empréstimos, os bens pessoais da família Renaux, incluindo o palacete, serviram de garantia. Também em 1900, Renaux conseguiu autorização para instalação de linha férrea de 3 km, unindo o porto fluvial, no centro, à fábrica, que então já estava instalada na Estrada dos Pomeranos (rua Pomerânia, atual rua 1º de maio, em Brusque). A instalação da fiação de algodão, primeira de Santa Catarina, rendeu a Brusque o título de “Berço da Fiação Catarinense”.

Ao final da Primeira Guerra, a empresa entrou um período de grande expansão e, a partir de 1918, assumiram os novos diretores, tendo Otto Renaux como presidente. Foram anos de grande desenvolvimento e, no ano de 1935, segundo Renaux (2010), a Fábrica de Tecidos Renaux – FATRE possuía, em três unidades fabris, a expressiva participação de 21,85% dos teares existentes em Santa Catarina e cerca de 22,5% do total da mão de obra empregada no ramo têxtil no estado.

Carlos Renaux na vida política



Carlos Renaux na primeira constituinte de
Santa Catarina. Ano: 1891

Em Brusque, Renaux começou a participar nos acontecimentos políticos e duas vezes tomou parte em atos de suma importância política: na redação da Constituição do Estado de Santa Catarina, em 1891, e nas lutas da revolta contra Floriano Peixoto, em 1893.

Bem relacionado e envolvido na política, tinha grande amizade com a família Müller, mais precisamente com Lauro Severiano Müller (militar, engenheiro, político e diplomata brasileiro), de Itajaí. A família Müller fazia parte do primeiro contingente de imigrantes alemães que, em 1829, se fixou na colônia São Pedro de Alcântara, juntamente com a família do sogro de Renaux, Peter Wagner. Com Lauro Müller, cuja família havia se mudado para Itajaí, Renaux lutou em prol da fundação do Partido Republicano que elegeu Lauro Müller primeiro governador republicano catarinense e, ele próprio, Carlos Renaux, deputado constituinte da Primeira Assembleia Constituinte de Santa Catarina em 1889. Em 1890, Renaux foi nomeado pelo governo estadual para presidir o Conselho Municipal de Brusque. Foi escolhido para o cargo de superintendente (prefeito) de Brusque em várias gestões.

Renaux é condenado à morte por fuzilamento

Carlos Renaux foi um dos chefes republicanos locais da Revolução Federalista que teve início em 02/02/1893 e terminou em 23/08/1895, quando a guerra civil espalhou-se pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A Revolução Federalista durou 31 meses e foi marcada por atrocidades contra civis e militares. Segundo José Ferreira da Silva (1972), neste período, Renaux foi preso e submetido a Conselho de Guerra que terminou por condená-lo à morte por fuzilamento. Contudo, graças à enérgica interferência de seu ferrenho adversário político - Elesbão Pinto da Luz, a sentença foi anulada, e assim Renaux não se somou à estatística dos mortos daquela revolução.

Renaux passa a integrar a Guarda Nacional

Em 1898, Carlos Renaux e seu irmão Oskar passaram a integrar a Guarda Nacional, por força do Decreto Presidencial, assinado pelo Presidente da República Prudente José de Morais e Barros em 29/12/1897, e publicado na página 3 do Diário Oficial da União (DOU) de sábado, 01/01/1898.

Carlos Renaux foi nomeado tenente-coronel comandante do 7º Regimento de Cavalaria, e seu irmão, Oskar, foi nomeado capitão assistente do Coronel comandante Guilherme Krieger, também de Brusque.

Naquele tempo, a Guarda Nacional simbolizava a ordem elitista da sociedade, pois os cargos assumidos na instituição estavam diretamente associados à renda e à cor da pele, sendo as patentes mais elevadas nomeadas pelos presidentes de províncias.

As tropas não eram remuneradas, tinham as obrigações de prestar serviço até os 60 anos de idade, providenciar seu uniforme, fazer a manutenção das armas e equipamentos que utilizavam, e pagar contribuições em dinheiro.



Visita de inspeção do General Marciano Magalhães à Guarda Nacional em Brusque. Na foto, ele está ladeado pelo Coronel Guilherme Krieger e pelo Tenente-coronel Carlos Renaux. Ano: 1907

A vida familiar

A historiadora Maria Luíza Renaux (1995) escreveu que, para Selma Wagner, a jovem esposa de Carlos Renaux, os primeiros anos em Brusque foram iguais aos de tantas outras mulheres casadas que dividiam sua atividade entre o negócio familiar e o domicílio. No início, o casal morava numa casa no centro, junto ao pequeno comércio que administravam. Depois que Renaux fundou a fábrica de tecidos, em 1892, o local de trabalho passou a ser separado da casa de moradia. A casa e a venda permaneceram no centro e a fábrica foi instalada a 3 km além, na Estrada dos Pomeranos, atual rua 1º de Maio, onde, até hoje, existem as edificações que pertenceram à Fábrica de Tecidos Renaux.

Guiada pelos princípios simples de quem lida com a terra, Selma encontrou no casamento com “um moço da cidade”, ávido de refinamento e de progresso, momentos difíceis. O marido viajava muito, e então Selma era vista controlando as instalações da fábrica. No retorno das viagens, Renaux trazia em sua bagagem as influências da burguesia europeia, às quais ela tinha de se sujeitar.

Descendência de Selma Wagner e Carlos Renaux

Ao mesmo tempo em que os negócios evoluíam, a família também ia crescendo. Selma era uma mulher inteligente, forte, saudável, e o casal foi abençoado com onze filhos, dos quais nove alcançaram a idade adulta, sendo três mulheres: Sophia, Maria, e Selma Carolina, e oito homens. Todos foram batizados na igreja luterana de Brusque, exceto o filho Otto Reginald Renaux, que foi batizado na igreja luterana de Blumenau.



Carlos e Selma Renaux com os filhos. Ano: 1904

Sobre os filhos: (1) Wilhelm Max Renaux nasceu em 04/09/1884 e faleceu poucos dias depois (13/9/1884). (2) Sophia nasceu no dia 23/09/1885 e casou-se com August Bauer, filho de João Bauer, grande empreendedor de Brusque e teve seis filhos. (3) Maria nasceu no dia 5/9/1886, casou-se com Gustav Bückmann e teve dois filhos. (4) Otto Reginald Renaux nasceu no dia 12/8/1887 e casou-se com Augusta Carolina Ida Krieger, mais conhecida como Ida, filha do Coronel Guilherme Krieger e também teve dois filhos. Otto Renaux foi quem continuou a obra do pai, em Brusque. (5) Oscar nasceu em 10/03/1889

e faleceu no dia 23/07/1889. (6) Carlos Júlio Renaux nasceu em 16/08/1891 e não teve descendentes. (7) Carlos Renaux Júnior nasceu em 16/07/1893 e faleceu em 13/09/1917, sem descendência. (8) Paulo Guilherme Renaux nasceu em 2/8/1894, casou-se com Alvina Haendchen e morreu em 1947, deixando cinco filhos. (9) Luís Renaux nasceu em 28/7/1895 e teve dois filhos. (10) Guilherme (Willy) Renaux nasceu em 2/11/1896 e teve quatro filhos. (11) Selma Carolina Renaux nasceu em 23/7/1898, casou-se com Albert Wilhelm Gommersbach e teve dois filhos.

O palacete Renaux: símbolo de status

No final do século XIX, a família Renaux passou a residir num palacete construído no centro, de três andares, pintado de rosa, terraços de ferro e um gramado circundado por esculturas representando as profissões. Foi a primeira casa em Brusque servida por encanamento, luz elétrica e dependências sanitárias com água corrente.



Palacete Renaux no centro de Brusque, edificado em 1900

Não era uma residência comum. Seguindo o modelo burguês da época, pelo qual os mais bem-sucedidos buscavam possuir bens imóveis em primeiro lugar – o palacete era o signo indispensável de distinção entre os burgueses – quando aparecer era mais importante do que ser.

O palacete devia ser o símbolo do status alcançado pelos Renaux. Crianças, hóspedes, negócios, tudo se misturava naquela atmosfera. Ali eram recebidas pessoas importantes, desde empresários até políticos influentes. E Selma, além de auxiliar nos empreendimentos, devia garantir a infraestrutura de hospitalidade em casa. Dentro desse ambiente confortável e luxuoso, “trabalho e muito trabalho” é o que Selma tinha pela frente todos os dias.

O palacete foi demolido por volta do ano de 1950, após a morte de Carlos Renaux (1945). No local onde esteve erigido o maior símbolo de prosperidade e poder da família Renaux, que também era o marco concreto da transição da Brusque colonial para a Brusque industrial, foi implantada uma praça, atualmente denominada Praça Barão de Schneeberg.

Carlos Renaux enviúva

Selma Wagner Renaux era uma mulher inteligente, divertida, e muito amável. Como mãe, costumava brincar com os filhos, era amorosa e em tudo irradiava calor. Por sua amabilidade, temperamento alegre e grande bondade para com os necessitados, ela soube conquistar as simpatias de toda a gente com que vivia. Selma morreu às 18h45 do dia 29/09/1912, com 47 anos de idade, em sua residência em Brusque, em consequência de leucemia. Em seu túmulo, encontramos a epígrafe que resume sua vida:

“Se a vida foi bela, foi trabalho e preocupação”
(Salmo 90, versículo 10).

O segundo casamento de Carlos Renaux

Poucos meses após enviuvar, no dia 20/06/1913, Carlos Renaux se casou com a atriz europeia Johanna Maria von Schönenbeck, filha de Mathias Alois Josef Müllern von Schönenbeck e de Joanna Mathilde Müllern von Schönenbeck, conhecida pelos brusquenses como “Hanna”.

O casamento civil foi realizado na residência do noivo pelo juiz de paz Mathias Moritz, tendo como testemunhas: Vicente e João Schaefer. O casamento religioso foi celebrado na antiga Capela de Azambuja (apesar de Carlos Renaux ser luterano), em Brusque, também em 1913. Ela tinha 29 e ele tinha 51 anos.



Casamento de Carlos Renaux & Johanna Maria. Ano: 1913

Consta que Hanna era uma linda artista vienense, elegante, e que se expressava bem, e que o casamento não foi visto com “bons olhos” pela família e pela sociedade brusquense. No início de 1919, após o término da Primeira Guerra Mundial (o armistício foi assinado em 11/11/1918, pondo fim ao conflito internacional), o casal se mudou para Arnhem, Holanda, para tratar da doença da esposa. Hanna faleceu com apenas 35 anos de idade, no dia 31/12/1919, em Arnhem, na Holanda.

O terceiro casamento de Carlos Renaux

Passados sete meses da morte da segunda esposa, Carlos Renaux contraiu novas núpcias. Desta vez, Renaux se casou com sua governanta, a holandesa Maria Luiza Auguste Lienhaerts – conhecida pelos brusquenses como “Goucki”. Ela nasceu no dia 26/12/1884, filha de Franz Leopold Lienhaerts e de Joanna Maria Hubertina Roosenboom. O casamento ocorreu no dia 10/08/1920 na terra natal da noiva, em Merkelbeek, Limburg, Holanda.

Em meados de 1922 o casal muda-se de Arnhem, Holanda, cuja residência vendera, para Baden-Baden, pois em 7 de junho daquele ano, Renaux fora nomeado Cônsul Honorário do Brasil em Baden-Baden. Em 1935, o casal retorna para o Brasil.

Goucki era considerada uma mulher inteligente, disciplinada e falava várias línguas. Morreu aos 54 anos de idade, no dia 27/06/1939, em São Paulo, onde estava internada para tratamento de saúde (tuberculose). O corpo de Goucki foi embalsamado, transportado a bordo do iate “Angela” até Itajaí, e está sepultado no Mausoléu da Villa Renaux, em Brusque.

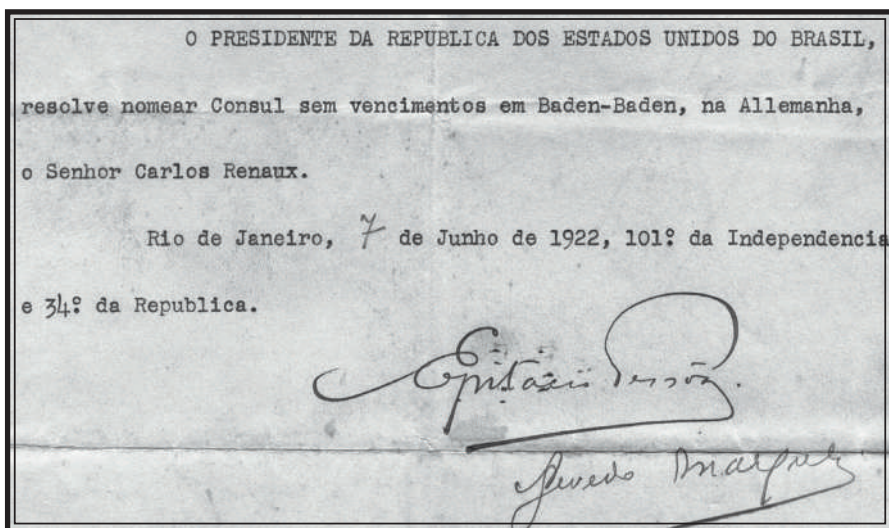


Cônsul Carlos Renaux e “Goucki”, sua terceira esposa. Ano: 1938

O Cônsul Carlos Renaux teve três esposas, mas teve filhos apenas com a primeira, Selma Wagner.

Cônsul Honorário do Brasil em Baden-Baden

Durante sua permanência na Alemanha, ele exerceu a função de Cônsul Honorário (sem ser funcionário de carreira e sem remuneração) do Brasil para o Consulado em Baden-Baden, Alemanha, honra que o governo brasileiro lhe conferiu no dia 7/06/1922, ao tempo do Epitácio Pessoa. A partir de então, ele passa a usar, oficialmente, o título de cônsul e, até hoje, Carlos Renaux é conhecido, em Brusque, como “Cônsul”.



Documentação de nomeação de Carlos Renaux como Cônsul em Baden-Baden.

Ano: 1922

Do período em que foi cônsul em Baden-Baden, existe uma carta que Renaux escreveu de Brusque para a esposa Goucki, que ficara na Europa enquanto ele, o Cônsul, viera ao Brasil inspecionar a expansão da Fábrica Renaux, então dirigida por seu filho mais velho, Otto. Na carta, o Cônsul escreve: “todas as construções foram feitas de acordo com meu plano de 1929, e ficaram grandiosas”.

Em 1932, Renaux mandou projetar, pelo engenheiro alemão Eugen Rombach, a sua residência em Brusque. Estava se preparando para retornar definitivamente para o Brasil. A construção completa da “Villa Goucki”, como foi chamada pelo Cônsul em homenagem à terceira esposa, envolvendo o projeto, a construção, o mobiliário, os jardins e o lago, bem como o mausoléu, foi concluída em 1935.

Durante os anos em que esteve morando na Europa, seja na Holanda ou na Alemanha, Renaux manteve-se ativo nas atividades empresariais no Brasil, delas se retirando definitivamente somente depois de criada a Sociedade Cultural e Beneficente Cônsul Carlos Renaux, à qual dedicou os seus últimos anos de vida.

Sociedade Cultural e Beneficente Cônsul Carlos Renaux

Carlos Renaux foi um grande benfeitor para Brusque e manteve-se em grande atividade durante toda a vida. Nas suas obras filantrópicas, Renaux foi muito inspirado pela sua esposa Selma. Nada poderia ser mais explícito do que a notícia dada pelo jornal “O Município” de Brusque (1965): “Selma Wagner Renaux foi muito compreensiva e caridosa, tendo sido uma das inspiradoras da obra humanitária e altruística” que o Cônsul Carlos Renaux realizou em Brusque. Ela era conhecida como a mãe dos pobres”.

Para financiar projetos na área social e cultural que trouxessem benefícios para a região de Brusque, em 20/10/1936 a família Renaux criou a Sociedade Cultural e Beneficente Cônsul Carlos Renaux, conhecida entre nós como “Cultural”.



Sociedade Cultural e Beneficente Cônsul Carlos Renaux fundada em 1936. Foto no interior do Paleete Renaux. Centro de Brusque. Ano: 1943

Brusque, 23 de outubro de 1936

Ao Exmo. Sr. Cônsul Carlos Renaux
NESTA

Muito estimado pai, chefe e amigo.

Acha-se constituída desde o dia 20 do corrente mês, a "Sociedade Cultural e Beneficente Cônsul Carlos Renaux", cuja direção nos cabe, na forma dos Estatutos.

Ao assumir o exercício dessas funções, o nosso primeiro ato é saudar o nobre e venerando Patrono da Sociedade, assegurando-lhe a fidelidade e dedicação, nossas e de todos os membros, para que no organismo recentemente criado vivam perenemente, estimulando e beneficiando, a generosidade, o sentimento de ordem e de beleza, o espírito de coletividade do velho Fundador das Empresas Renaux.

A "Sociedade Cultural e Beneficente Cônsul Carlos Renaux" há de ser a continuação de sua vida, nos seus aspectos de amizade e solidariedade humana, pelas obras que, em seu nome, vai realizar, in perpetuum, e na sua lembrança constante dos filhos e dos pósteros, pela conservação de sua memória e culto de tudo quanto o cercou durante a existência trabalhosa e fecunda. Nesse último sentido, a "Sociedade Cultural e Beneficente Cônsul Carlos Renaux" será um "Arquivo e Museu Cônsul Renaux".

Queremos, ainda, deixar aqui firmado o compromisso que assumimos, em nome da Sociedade, de que, enquanto viver o Patrono, as ordens deste, no que diz respeito à aplicação das rendas sociais e ao voto das ações da "Carlos Renaux S/A.", que foram transferidas à Sociedade, serão estritamente cumpridas. Enfim o Patrono será administrador da Sociedade, quando quiser e como entender.

Com testemunhos de respeito e amizade filiais

Diretores da "Sociedade Cultural e Beneficente Cônsul Carlos Renaux"

Os assuntos relativos às obras de benemerência em que se ocupava e as instituições que protegia, tomavam grande parte do tempo do Cônsul, que investiu vultosos recursos em obras, que eternizariam a sua memória. Atendia a quantos o procuravam, e apesar da sua surdez, que o obrigava ao uso de uma trompa, escutava, pacientemente, os que iam em busca de algum auxílio. Espalhou benefícios por toda parte e Brusque, principalmente, deve-lhe muito do seu progresso e da sua riqueza. Sua memória é objeto de geral respeito, sintetizando a lembrança de um ente que soube empregar dignamente a fortuna com que a Providência o cumulava.

Entre as entidades para as quais o Cônsul contribuía financeiramente por meio da “Cultural”, está listado o Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux, de Brusque. A atual construção o Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux – HACCR (ex-Santa Casa de Misericórdia) teve início em 1933. O edifício foi inaugurado em 11 de março de 1936, aniversário natalício do seu benfeitor, o industrial e Cônsul Carlos Renaux, que doou uma quantia expressiva de dinheiro para a construção do hospital – que depois da inauguração passou a levar também o nome de seu benfeitor. Em discurso proferido pelo Cônsul por ocasião da inauguração do Hospital de Azambuja, ele assim se expressou:

“De modo algum quero eu ser agradecido pelo que fiz ou dei em benefício desta obra. De igual maneira, não quero ser louvado por atitudes de benemerência de igual caráter. Se a conquista de bens materiais realmente traz algumas facilidades na vida e o sucesso empreendedor desperta o reconhecimento social, por outro lado exige do cidadão muito mais responsabilidade e compromisso frente a sua comunidade. Eu conheço muito bem tais obrigações pois, de início modesto, minha vida foi de trabalho duro e repleta de sacrifícios e de privações. É dentro desse mesmo espírito pois, e movido pelo mesmo sentimento de gratidão, que minha oferta se destina à terra a qual, há mais de meio século, deu-me generosa acolhida e que um dia me abrigará em sono eterno”

(Fonte: UNIFEBE/Villa Renaux)

Além de contribuir para a construção, a partir de 1º de abril de 1938, o Cônsul também destinou uma subvenção mensal de 1 Conto de Reis ao Hospital de Azambuja.

O Cônsul também fez aporte de recursos para a construção do Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio de Azambuja, no montante de 50 Contos de Reis. Em carta encaminhada, em 3/08/1940, a Dom Joaquim Domingos de Oliveira (com o qual nutria grande amizade e incondicional admiração) manifestou o seu desejo de que a memória das suas finadas esposas Johanna Maria von Schönenbeck (Hanna) e Maria Luiza Auguste Lienhaerts (Goucki), ambas católicas, se perpetuasse dentro no novo templo (Santuário de Azambuja) por uma placa (CELVA, 2019). A pedra fundamental do Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio de Azambuja foi lançada em 8/12/1939 e placa em memória das duas últimas esposas de Carlos Renaux efetivamente foi colocada e ainda está afixada no Santuário de Azambuja, em Brusque.

Também a comunidade luterana recebeu aporte de recursos da “Cultural”. O sonho de construir uma maternidade em Brusque começou com o empreendedor Cônsul Carlos Renaux. A Comunidade Evangélica doou um terreno à Associação das Damas de Caridade para a instalação da Maternidade e, em 5/01/1937, com o apoio financeiro do benemérito Cônsul, teve início a construção da maternidade, que foi inaugurada em 20/03/1938. Grande parcela da população de Brusque nasceu nesta maternidade. Em homenagem ao seu idealizador, a instituição recebeu o nome de Associação Hospitalar e Maternidade Cônsul Carlos Renaux e serviu à comunidade regional até 1963, quando foi inaugurada a nova Maternidade e Hospital Evangélico. A antiga edificação que serviu de maternidade ainda existe e é considerada um dos patrimônios históricos de Brusque.



Ampliação da Igreja Evangélica Luterana Paróquia
Bom Pastor, Brusque. Ano: 1942

Em 1942, foi a vez da Igreja Evangélica Luterana Paróquia Bom Pastor, inaugurada em 6/01/1895, receber aporte financeiro do Cônsul Carlos Renaux. Consta que essa ação benemerita foi em memória de sua primeira esposa e mãe dos seus onze filhos, Selma Renaux, que também era luterana. A igreja passou a ter forma de cruz, e a renovação contou com ampliação das laterais e do altar da igreja, sendo o projeto de ampliação assinado pelo alemão Simão Gramlich. A Igreja Luterana, implantada na Colina Luterana, está perfeitamente conservada e é considerada um dos principais patrimônios históricos de Brusque.

O Tiro de Guerra 05-005, de Brusque, que teve nova sede construída em 1941, também recebeu doações dos Renaux. Conforme reunião do Conselho Deliberativo do Tiro de Guerra, em 19 de junho de 1940, foram feitas as seguintes doações para a construção do TG: Cônsul Carlos Renaux: 20 contos de ris; Carlos Renaux Sociedade Anônima: 10 contos de réis; Sociedade Cultural e Beneficente Cônsul Carlos Renaux: 5 contos de réis; Indústrias Renaux Sociedade Anônima: 10 contos de réis. Em 12 de dezembro de 2012, o prédio do Tiro de Guerra foi o primeiro patrimônio histórico do município a ser tombado (BRUSQUEMEMÓRIA, 2021).

Entusiasta do progresso, aplicou recursos da “Cultural” para que Rudolfo Stutzer montasse a oficina onde acabou sendo produzida a primeira geladeira brasileira. Na pequena oficina, instalada na rua Tiradentes, dois homens curiosos e idealistas, Guilherme Holderegger e Rudolfo Stutzer fabricavam anzóis, fios elétricos, e peças para bicicletas e consertavam de tudo um pouco. Até que um dia apareceu uma geladeira a querosene, importada, para consertar. Naquela época, geladeira no Brasil era só importada, e se encontrava apenas em casa de gente muito rica. Não sobrou peça sobre peça. Holderegger e Stutzer desmontaram a geladeira inteira, estudaram cada pedacinho e partiram para aquilo que, naquele tempo, era uma grande aventura: fabricar o primeiro refrigerador brasileiro. Holderegger e Stutzer, juntamente com Wittich Freitag e com aporte financeiro do Cônsul, do qual Stutzer era motorista e amigo, fabricaram o primeiro refrigerador, chamado Consul (escrito sem acento), em homenagem ao benfeitor. Quando a oficina virou fábrica, em 1950, num pequeno galpão de 680m² na cidade de Joinville, a homenagem permaneceu e deu origem à Indústria de Refrigeração Consul. O primeiro refrigerador, chamado de Consul Júnior, que era à querosene e funcionava com resistência elétrica, logo se transformou num grande sucesso (KONS, 2012).

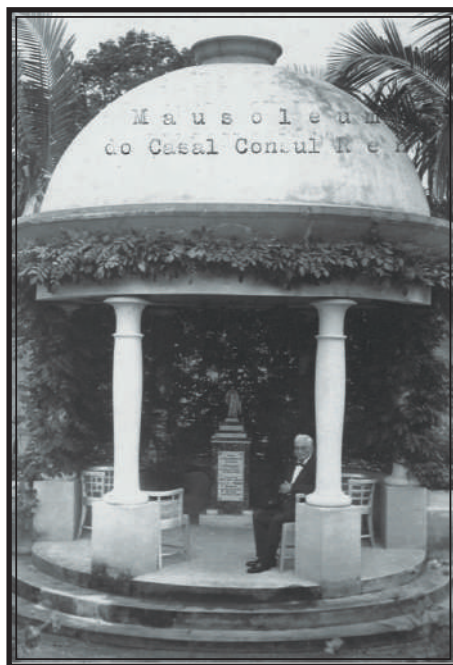


Villa Goucki, hoje conhecida como Villa Renaux. Palacete onde o Cônsul viveu seus últimos anos e onde faleceu em 28/01/1945. Ano: 1940

Passados mais de 75 anos desde a sua morte, em 28/01/1945, o Cônsul Carlos Renaux ainda é admirado pelo seu empreendedorismo e preocupação social marcada pelas vultosas doações para obras hospitalares, educacionais, desportivas e culturais. Seu nome denomina o Clube Atlético Carlos Renaux (ex-Sport Club Brusquense), a avenida central de Brusque, o Estádio Cônsul Carlos Renaux (do Clube Esportivo Paysandu), além de outras organizações, como o Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux – HACCR. O Colégio Cônsul Carlos Renaux, uma das principais e mais antiga instituição de ensino de Brusque, da qual também foi benfeitor, também lhe presta homenagem.

As últimas palavras

Em 1937, aos 75 anos, o Cônsul se retirou definitivamente da direção das empresas. Dois anos depois, em junho de 1939, perdeu sua esposa Goucki. A partir de então, morou sozinho em sua residência, onde morreu de causas naturais, aos 82 anos de idade em decorrência de acidose colapso cardíaca.



Mausoléu onde está sepultada Goucky, a terceira esposa do Cônsul, nos fundos do Palacete na Villa Renaux. Ano da foto: 1942, no aniversário de 80 anos de Carlos Renaux

Era uma quente manhã de domingo e, estando com a respiração difícil, Carlos Renaux pediu para ser colocado na sua poltrona preferida, na sala da sua casa. O filho Otto e o genro Walter Bückmann o ladeavam. Uma Irmã da Divina Providência também veio à casa e estava com eles.

Com sentimento de missão cumprida, Karl Christian Renaux encerrou sua história terrena proferindo, com serenidade, as suas últimas palavras:

“Meine Stunde ist gekommen” (traduzindo do alemão, significa: minha hora chegou).

A Irmã da Divina Providência comunicou a morte aos presentes. Eram aproximadamente 10h do dia 28/01/1945.

O sepultamento

Para o seu sepultamento, uma longa carreata reuniu membros da comunidade, empregados, familiares e grandes nomes da economia e da política do estado de Santa Catarina para o último adeus. Segundo consta, passaram aproximadamente dez mil pessoas no funeral deste ilustre cidadão de Brusque, destacando-se a presença do Governador do Estado, Exmo. Sr. Nereu Ramos, do Bispo de Florianópolis, Rvmo. Dom Joaquim Domingues de Oliveira e muitos outros padres.



Nereu Ramos, governador do estado de Santa Catarina no funeral do Cônsul. Ano: 1945

O mundo ainda vivia os horrores dos últimos meses da Segunda Guerra Mundial, e havia poucos pastores da igreja luterana que falavam o português. Não havia nenhum pastor próximo, que pudesse fazer

o sepultamento do Cônsul Carlos Renaux. Foi então que o jovem pastor Lindolfo Weingärtner experimentaria o momento que marcaria sua relação com Brusque para sempre, ao ser chamado para realizar o sepultamento do velho Renaux. Naquele tempo, o pastor Lindolfo trabalhava numa comunidade do interior de Ibirama e, numa conversa que tivemos em 2017 (ele faleceu em 20/03/2018), ele me contou como foi aquela experiência única:

O Cônsul era uma pessoa muito relacionada e para o seu sepultamento viriam pessoas muito importantes. Viriam muitas autoridades, inclusive Nereu Ramos, Governador do Estado de Santa Catarina. Viria o arcebispo metropolitano Dom Joaquim Domingues de Oliveira, de Florianópolis, porque a segunda esposa do Cônsul, bem como um filho, era católica. Também viriam muitos parceiros de negócios espalhados pelo Estado.

Não se achou, num raio de 100 quilômetros, nenhum pastor que soubesse português suficiente para fazer o sepultamento do Cônsul. Então foram me buscar para realizar o sepultamento do Cônsul, pois eu era dos poucos pastores da Igreja Luterana que falava o português. Eram dois homens de Brusque, um deles Walter Appel e o outro Alfredo Koehler, proprietário da conceituada Confeitaria Koehler e membro da IECLB de Brusque. Chegaram num carro, por volta das 16h. Era fim de tarde de domingo, e eu estava numa comunidade no interior de Ibirama (SC), numa localidade então chamada de Scharlach, onde dirigia o segundo culto do dia. Eles disseram: não podemos voltar sem o senhor. O senhor tem que ir conosco. Fui sequestrado (risos). Viajamos a noite toda e, chegando a Brusque, dormi algumas poucas horas na casa do Cônsul. Na manhã seguinte, tive uma surpresa quando subi o morro da Igreja Luterana do Centro de Brusque. Eu vi que a igreja estava cheia de brasileiros. Era a primeira vez que isso tinha acontecido, pois até então lugar de brasileiro não germânico não era lá.

O enterro do Cônsul foi um evento espetacular. Foi declarado feriado na cidade. Calculou-se que umas 10 mil pessoas participaram de alguma maneira do sepultamento, alinhando-se ao longo das ruas pelas quais o féretro deveria passar. Aí pensei comigo mesmo: será que eu posso pregar a minha mensagem simples, de ser do centro do rio e não da margem esquerda ou direita, que uso no sepultamento de um colono? Decidi que sim. Então primeiro eu falei um pouco sobre os benefícios que o velho

Cônsul tinha deixado na cidade. E eram muitos, pois ele era mão-aberta mesmo. E depois eu disse: ‘mas isso tudo agora é passado. Ele agora está perante Deus como um pecador que necessita da graça do Senhor e nada mais o pode salvar. Nada do que ele foi ou fez o distingue de um pobre mendigo que igualmente chegou ao fim da vida. Perante Deus contam outros valores, não contam nossos méritos humanos’. E fiquei abismado quando depois do sepultamento o Governador pediu para falar algumas palavras comigo e disse que, intimamente, ele pensava assim também.

O velório foi realizado na igreja e o Cônsul Carlos Renaux foi sepultado no cemitério da comunidade luterana do centro de Brusque, junto com a sua primeira esposa, Selma Wagner, filhos e netos.

O legado

“É isto que significa reconhecer Deus de forma apropriada: apreendê-lo não pelo seu poder ou por sua sabedoria, mas pela bondade e pelo amor. Então, a fé e a confiança podem subsistir e, então, a pessoa é verdadeiramente renascida em Deus”. (Martin Luther)

Após a morte do Cônsul, durante muitos anos os seus descendentes se reuniam na Villa Renaux duas vezes ao ano, para render homenagem aos antepassados: no dia 11/03, aniversário natalício de Carlos Renaux, e em 8/12, aniversário natalício da sua esposa Selma Wagner, mãe dos onze filhos de Renaux.

Após a morte do Cônsul, durante muitos anos, Selma Carolina Renaux Gommersbach, a filha mais nova de Carlos e Selma, residiu na Villa Renaux, contribuindo para a preservação do patrimônio. E, por volta de 1990, após a morte de Selma Carolina (em 18/07/1988), a bisneta do Cônsul, a historiadora Maria Luíza Renaux – conhecida como Bia, fixou residência na Villa Renaux, em ânimo definitivo.

Bia morreu no dia 05/01/2017, e durante os mais de 25 anos em que morou no imóvel, se dedicou a preservar a propriedade tal como concebida pelo arquiteto Eugen Rombach, incluindo móveis, edificações e jardins, perpetuando o legado do projeto para a constituição do

Arquivo e Museu Cônsul Renaux, conforme estabelecido no Estatuto da Sociedade Cultural e Beneficente Cônsul Carlos Renaux, firmado em 20/10/1936, que assim instituiu:

“A Sociedade Cultural e Beneficente Cônsul Carlos Renaux há de ser a continuação de sua vida, nos seus aspectos de amizade e solidariedade humana, pelas obras que, em seu nome, vai realizar, in perpetuum, e na sua lembrança constante dos filhos e dos pósteros, pela conservação de sua memória e culto de tudo quanto o cercou durante a existência trabalhosa e fecunda. Nesse último sentido, a Sociedade Cultural e Beneficente Consul Carlos Renaux será um “Arquivo e Museu Cônsul Renaux”.

O alcance de tal legado continua sendo trabalhado pelo filho de Bia, Vítor Renaux Hering (tataraneto de Carlos Renaux) que, após a morte da mãe, têm se dedicado à preservação da Villa Renaux original, único imóvel que ainda preserva, intacta, a riqueza, a beleza e a história da Família Renaux, a história da indústria têxtil de Brusque, responsável pela transformação da Brusque colonial para a Brusque industrial, e a própria história de Brusque.



Saída dos funcionários da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux,
localizada na Avenida 1º de Maio, Brusque.

Informação Relevante

As fotografias e imagens que ilustram este capítulo compõem o acervo do Arquivo Histórico da Indústria Têxtil Catarinense, do Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE, e foram doadas em 2017 à Insituição pelo Sr. Vitor Renaux Hering, tataraneto do Cônsul Carlos Renaux.

Referências

AZEVEDO, André Nunes de. **O Rio de Janeiro do século XIX e a formação da cultura carioca**. Intellèctus. Ano IX. n. 2 ISSN 1676-7640. Disponível em:< fi-le:///C:/Users/Rose/Downloads/Dialnet-ORioDeJaneiroDoSeculoIXEAFormacaoDaCulturaCarioca-5860333.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BOLETIM FILATÉLICO. **Memória Postal de Brusque: Nomeação de Agente do Correio**. Brusque, nº 35, edição Janeiro – fevereiro 2021.

BLUMENAU EM CADERNOS. **A Família Renaux**. Tomo III, nº 8, agosto de 1960.

http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/blumenau%20em%20cadernos/1960/BLU1960008_ago.pdf. Acesso em: 3 de setembro de 2018.

BRUSQUEMEMÓRIA. **Tiro de Guerra**. Disponível em:< <https://www.brusquememoria.com.br/site/local/14/Tiro-de-Guerra>>, Acesso em: 20 fev. 2021.

CELVA, Eder C. **Carta encaminhada por Carlos Renaux em 3/08/1940, a Dom Joaquim Domingues de Oliveira**. Disponível no

Arquivo da Cúria Metropolitana de Florianópolis. Acesso por e-mail em 19 set. 2019.

KONS, Paulo V. **O Sesquicentenário do Cônsul Carlos Renaux. História de Brusque no Jornal Tribuna Regional.** Disponível em: < <http://historiadebrusque.blogspot.com/2012/03/>>. Acesso em: 10 set. 2018.

KONS, Paulo V. **A Guarda Nacional de Brusque.** Disponível em: <<https://www.brusquememoria.com.br/site/noticia/17/A-Guarda-Nacional-de-Brusque-em-1898>>. Acesso em: 10 set. 2018.

O MUNICÍPIO de Brusque. **Benfeitor.** Jornal impresso nº 521, de 3.12.1965.

RENAUX, Maria Luiza. **O outro lado da história: o papel da mulher no Vale do Itajaí,** 1995.

RENAUX, Maria Luiza. **Colonização e Indústria no Vale do Itajaí – O Modelo Catarinense de Desenvolvimento.** 2ª ed. Florianópolis: Instituto Carl Hoepcke. 2010.

SILVA, José Ferreira da. **História de Blumenau.** Florianópolis: Editora EDEME – Empreendimentos Educacionais Ltda., 1972.

UNIFEBE/Villa Renaux. **Acervo pessoal da família Renaux.** Brusque, 2020.

“Hajo, wir schwätzen patenser”: o gradativo apagamento do dialeto badense em Brusque e Guabiruba

Emilia Rosenbrock¹

RESUMO: a temática deste trabalho surgiu através de observações pessoais e da busca por literatura sobre o tema dialeto badense nos municípios de Brusque e Guabiruba no Vale do Itajaí/SC. O objetivo deste texto é tratar de questões pertinentes à presença e ao gradativo apagamento do dialeto badense entre a população nas duas cidades, visto que, como aponta a literatura (CABRAL, 1958, WIESER, 2014), o contingente de imigrantes germânicos oriundos do Grão-Ducado de Baden/Alemanha que chegou à cidade no séc. XIX foi significativamente superior ao de outros grupos de alemães. Apesar da política de silenciamento linguístico imposta aos imigrantes e seus descendentes pelas Campanhas de Nacionalização do Ensino Brasileiro o uso do dialeto badense se mantém presente na comunidade e ainda é, não raro, possível observar interações sociais nesse idioma (SEYFERTH, 1974; GEVAERD, 1985).

INTRODUÇÃO

O interesse formal pela pesquisa na área do contato linguístico e cultural português-alemão me acompanha desde o curso de graduação universitária em Letras concluído na Alemanha e que se intensificou durante o curso de Pós-Graduação de Mestrado. Em minha dissertação pesquisei uma escola do campo multisseriada situada na área rural do município de Blumenau/SC na qual as crianças chegam à escola falando alemão como língua de herança familiar (ROSENBROCK, 2016).

¹ A autora é natural de Brusque/SC. Possui titulação dupla de graduação em Licenciatura em Letras com Habilitação para Alemão pela Universidade Federal do Paraná/UFPR e pela Universität Bielefeld na Alemanha e Pós-Graduação de Mestrado em Educação pela Universidade Regional de Blumenau/SC.

A língua alemã sempre esteve muito presente no âmbito familiar, com maior ênfase, no lado materno de minha família. Meus bisavós e avós maternos moravam no município de Guabiruba/SC e falavam uma variedade linguística² da língua alemã, a qual chamavam de “patenser”. Os imigrantes oriundos do antigo Grão-Ducado de Baden no sudoeste da Alemanha, hoje estado de Baden-Württemberg são denominados Badner/Badener. Eles chamam seu dialeto de Badisch, porém o estado de Baden-Württemberg apresenta uma imagem heterogênea de diferentes paisagens dialetais. Os termos Alemannisch e/ou Südfränkisch, por exemplo, não são terminologias comuns entre seus habitantes para informarem qual dialeto falam. Em Guabiruba os descendentes de imigrantes de Baden afirmam falar “patenser³ /badenser”.

Meus antepassados maternos vieram do sudoeste da Alemanha da região de Bruchsal, da localidade de Karlsdorf. A família Habitzreuter⁴ consta na lista dos primeiros imigrantes chegados à colônia Itajaí-Brusque⁵ em 1860. Tenho afetuosas recordações dos momentos na casa de meus avós maternos em Guabiruba/SC, quando eles e minha mãe interagiam em alemão.

²Ao empregar o termo “variedade linguística” compreendemos que toda língua comporta variedades sendo a variação uma característica inerente das línguas. O uso do termo neste texto, portanto, não está associado a qualquer forma de inferiorização, estigmatização ou preconceito linguístico (BAGNO, 2007; BORTONI-RICARDO, 2007).

³O nome do Grão-Ducado de Baden é traduzido certas vezes como Badênia ou Bade no português. Para a nomenclatura do dialeto de forma mais corrente a tradução é “badense” para Badisch. Segundo o dicionário alemão Duden “badisch” é um adjetivo que expressa de forma generalizada tudo que vem, tudo que é originário de Baden (aus Baden stammend).

⁴Katarina Habitzreuter, viúva de Valentim Habitzreuter, natural de Baden e seus dois filhos Ludwig com 24 anos e Jacob com 21 anos chegaram à Colônia Itajaí-Brusque na terceira leva de imigrantes no ano de 1860 (CABRAL, 1958, p. 310-312).

⁵Segundo Cabral (1958), o novo núcleo colonial oficialmente sempre se denominou Colônia Itajaí. Nas diversas administrações que teve os diretores alternavam a nomenclatura nos relatórios entre Colônia Itajaí, Colônia Brusque ou Colônia Itajaí-Brusque. Ao desmembrar-se, em 1873, da Freguesia do Santíssimo Sacramento (hoje cidade de Itajaí) constituiu a Freguesia de São Luís Gonzaga. Em 1881 foi elevada à categoria de município e permaneceu a denominação “Brusque”.



1ª geração nascida no Brasil: Marcus Habitzreuter (*1881, filho do imigrante Jakob Habitzreuter que chegou em 1860 à Colônia Itajaí-Brusque) e sua esposa Maria Magdalena Fischer



2ª geração: Adriano Habitzreuter (* 1915, filho de Marcus Habitzreuter) e sua esposa Martha Schaefer com os filhos: Maria de Lourdes, Helio, Iolanda e José Rubens

Já minha família paterna, que vivia no centro urbano da cidade de Brusque/SC, é oriunda do norte da Alemanha. A família de meu pai também falava uma variedade do alemão, mas como residia no centro urbano da cidade de Brusque, com o passar dos anos utilizava cada vez menos o alemão nas suas interações diárias. Assim sendo, os fatores propulsores do meu interesse pela temática do contato/conflito das línguas portuguesa e alemã são questões ligadas ao âmbito acadêmico-profissional aliadas a fortes laços afetivos que me unem à língua alemã de herança e à comunidade teuto-brasileira⁶.



Augusto Rosenbrock (*1894, filho de Carlos Rosenbrock que chegou em 1873 à Colônia Itajaí-Brusque), sua esposa Emilia Gracher Pruner e os filhos: Lelia (1919), Laura (1922), Olivia (1925), Nays (1928), Isolde (1930), Euclides (1933), Waldir (1937). Não está na foto a filha mais jovem Mirtes (1941).

⁶A expressão “teuto-brasileiro/a” é compreendida aqui como uma designação qualificativa atribuída às gerações de descendentes de imigrantes alemães no Brasil, que ainda aprenderam em casa o idioma alemão como herança familiar

Desde os tempos mais remotos os deslocamentos populacionais fazem parte da história da humanidade. A migração populacional é, portanto, um fenômeno social que não se pode separar da história dos povos e que tem significativo impacto social e econômico tanto nos países de origem dos imigrantes quanto no país de destino. Fotos de imigrantes com suas malas, trajando vestimentas de época aguardando no cais a hora do embarque evocam diversas imagens em nós e abrem um leque de inquietantes questionamentos, sobretudo para o grupo de seus descendentes: como foi sua partida, seu trajeto e sua chegada à nova terra. Quais motivos levaram nossos antepassados a emigraram, quem ou o que deixaram para trás, o que mudou em suas vidas, que hábitos ou costumes foram mantidos ou perdidos na nova terra, quais mudanças se deram na língua que falavam. E são estes questionamentos que permeiam as reflexões neste artigo.

A Colônia Itajaí-Brusque

Muitas cidades, principalmente no sul do Brasil, formaram-se a partir das políticas imigratórias do Estado brasileiro do século XIX. As primeiras menções às terras banhadas pelo Itajaí-Mirim datam de 1837-1839. Mais tarde por volta de 1856 iniciaram-se medições para a instalação de uma colônia, aproveitando a navegabilidade do rio Itajaí-Mirim, da sua foz até a região da confluência com o Rio Águas Claras. Por iniciativa do governo imperial coube ao então presidente da província Francisco Carlos de Araújo Brusque instalar a colônia. Em 04 de agosto de 1860 chegam ao local em que se instalaria a nova colônia 59 imigrantes, todos de origem alemã, acompanhados pelo primeiro diretor, o Barão Maximilian von Schneeberg. Foram recepcionados e acomodados no engenho de Pedro José Werner que já estava fixado na localidade. Deu-se à colônia o nome Brusque em homenagem ao presidente da Província de Santa Catarina Francisco Carlos de Araújo Brusque.

A política de imigração brasileira da época incentivava a vinda de estrangeiros com o objetivo de povoar as terras ditas devolutas do sul do país. Entretanto, ao chegarem à nova colônia os imigrantes

encontraram no local alguns habitantes como nos apontam as narrativas históricas. A região era habitada pelos nativos Xokleng/Laklanõ, um povo indígena seminômade, cujo território tradicional de caça e coleta se estendia do Rio Grande do Sul até o Paraná (GALLASSINI, 2013) e também já estavam estabelecidos na localidade alguns poucos engenhos de serra para extração de madeira (CABRAL, 1958). Na fase de ocupação europeia deste espaço o contato entre esses povos tão diferentes provocou conflitos lamentáveis para a história de Santa Catarina. Inicialmente o sistema de ocupação das terras era centrado na concessão (até 1850) e, depois na venda de lotes para formação de pequenas propriedades agrícolas familiares. Em 1869, nove anos após sua fundação a área inicial da colônia Itajaí-Brusque é ampliada com a anexação da colônia Príncipe Dom Pedro que estava localizada na confluência do ribeirão das Águas Claras com o Itajaí-Mirim estendendo-se até as margens do rio Tijucas. Mais tarde em meados de 1962 foram desmembrados do território de Brusque os municípios de Botuverá e Guabiruba. Antes da emancipação Botuverá era um distrito do município de Brusque sob o nome Porto Franco. O atual município de Guabiruba constitui uma das localidades mais antigas da colonização da Colônia Itajaí-Brusque sendo a área de assentamento com maior concentração de imigrantes alemães oriundos do Grão-Ducado de Baden.

Contingente populacional da Colônia Itajaí Brusque

No Brasil, o contingente de imigrantes alemães, apesar do fluxo relativamente contínuo, não é tão expressivo quanto o de outros grupos de imigrantes como italianos, portugueses e espanhóis (CAVALCANTI,

1999). No cenário imigratório brasileiro a importância da imigração alemã está, sobretudo, ligada à sua forma de participação no povoamento “em zonas pioneiras, constituindo uma sociedade culturalmente diversa” (SEYFERTH, 1999, p. 275) principalmente dos três estados do sul do Brasil (ROSENBROCK; FRITZEN; HEINIG, 2017). Já a emigração de alemães se insere no contexto de motivações gerais da emigração europeia, que podem ser atribuídas às transformações políticas, econômicas, sociais e culturais da época.

Apresentar em números absolutos e seguros o contingente de imigrantes alemães que entraram na colônia Itajaí-Brusque durante o século XIX se constitui tarefa árdua.

Os relatórios da administração dos primeiros anos apresentam ainda indicação do local de procedência e profissão do chefe de família. Contudo a partir de 1863 as listas são incompletas e após 1870 as informações são dadas em números globais. Nas fontes consultadas há pequenas divergências⁷ no número total de imigrantes na colônia. A tabela 1 apresenta os dados populacionais encontrados em três fontes de pesquisa. Os autores em suas obras assinalam que é necessária certa reserva ao se analisar os dados populacionais da Colônia, uma vez que há leve discrepância entre dados contidos nos relatórios e nas falas dos responsáveis pela administração da Colônia ao Governo Provincial na época (CABRAL, 1958).

⁷ Possível motivo para as divergências numéricas é o fato de alguns imigrantes por motivo de doença ficarem, por exemplo, internados no Hospital no Desterro ou mudança para outra colônia e, assim, não entrarem efetivamente na Colônia Itajaí-Brusque não sendo contabilizados, portanto, no contingente final. Divergências numéricas também se encontram em relatórios ou falas apresentadas por fontes distintas ao governo provincial (CABRAL, 1958, p. 18-19, p. 260).

Tabela 1: População na Colônia Itajaí-Brusque de 1860 a 1900

| Anos | Imigrantes Total | | |
|------|---------------------------|-----------------------|-----------------------------------|
| | Cabral (1958, p. 260-270) | Piazza (1988, p. 148) | Seyferth (1974, p. 42, 44, 45) |
| 1860 | 406 | 406 | 657 |
| 1861 | 727 | 727 | 727 |
| 1862 | 833 | 833 | 834 |
| 1863 | 955 | 955 | 938 |
| 1864 | 1.121 | 1.121 | 1.121 |
| 1865 | 1.259 | 1.259 | 1.227 |
| 1866 | 1.333 | 1.333 | 1.333 |
| 1867 | 1.448 | 1.448 | 1.448 |
| 1868 | 1.517 | 1.517 | 1.517 |
| 1869 | 1.673 | 1.673 | 1.673 |
| 1870 | 1.728 | 1.728 | 1.728 |
| 1871 | | | 1.947 |
| 1872 | 2.166 | 2.166 | 2.166 |
| 1873 | 2.505 | 2.505 | 2.505 / 2.891 |
| 1874 | 2.891 | 2.891 | 2.891 |
| 1875 | 4.568 | 4.568 | 4.568 |
| 1876 | 8.110 | 8.110 | |
| 1877 | 9.476 | | 8.110 em maio e 9.476 em setembro |
| 1878 | | | |
| 1879 | | | |
| 1900 | | | 14.929 |

Fonte: Tabela elaborada pela autora com dados extraídos de Cabral, Oswaldo R. (1958), Seyferth, Giralda (1974) e Piazza, Walter F. (1988).

A partir do ano de 1877 os relatórios da administração colonial não mencionam mais o crescimento demográfico da Colônia. Cria-se assim uma lacuna de informação e documentação para os próximos 20 anos acerca da vida colonial. Não é objetivo deste artigo retratar a história da colonização alemã na região e, por isso, nos limitamos a apresentar dados que possibilitem a melhor compreensão do contexto sócio-demográfico e a intensiva presença da língua alemã na sua variedade dialetal badense na Colônia Itajaí-Brusque para amparar as reflexões desenvolvidas ao longo do texto.

A procedência dos primeiros fluxos de imigrantes para a Colônia Itajaí-Brusque

Houve uma significativa multiplicidade de regiões de procedência de grupos alemães que se dirigiram para o Brasil, durante o século XIX. Em muitos dos registros de entrada de imigrantes era, porém, apenas indicado como país ou região de procedência “Alemanha”⁸. Portanto, para localizar os alemães emigrados do Grão-Ducado de Baden é necessário procurá-los dentro do contingente imigratório alemão.

O pesquisador Emilio Willems (1946) reuniu em seu trabalho as regiões mais relatadas como procedência dos imigrantes de algumas colônias alemãs no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo. No quadro 1 são apresentadas as regiões mais recorrentes de procedência dos primeiros fluxos dos imigrantes alemães em duas colônias no Vale do Itajaí, Blumenau e Itajaí-Brusque e da Colônia Dona Francisca (hoje Joinville).

Quadro 1: Região de Procedência dos Fluxos Iniciais de Imigrantes Alemães no séc. XIX em três Colônias em Santa Catarina

| Localidade | Fundação | Procedência em território alemão |
|----------------|----------|---|
| Blumenau-SC | 1850 | Pomerânia, Holstein, Hannover, Braunschweig, Saxônia |
| Brusque – SC | 1860 | Baden, Oldenburgo, Renânia, Pomerânia, Schleswig-Holstein, Braunschweig |
| Joinville – SC | 1851 | Prússia, Oldenburgo, Schleswig-Holstein, Hannover, Suíça |

Fonte: Quadro elaborado pela autora com dados de Willems (1946, p. 62)

O Grão-Ducado de Baden (Großherzogtum Baden, em alemão) foi um Estado soberano (1806 a 1918) no sudoeste da Alemanha à margem leste do Rio Reno.

⁸O registro de procedência como “Alemanha” devido ao idioma alemão falado pelo imigrante camufla o fato de muitos deles serem oriundos de países como Áustria, Suíça, Polônia ou trentinos/italianos de língua alemã.

Baden estava delimitado ao norte pelo Grão-Ducado de Hessen-Darmstadt, ao sul pela Suíça, ao noroeste pelo Reino da Baviera/Palatino Renano (enclave), ao oeste pela França/Alsácia-Lorena e ao leste pelo Reino de Württemberg. Em 1952 através de um plebiscito fundiu-se ao estado de Württemberg formando assim Baden-Württemberg.

Até o ano de 1864 é possível encontrar nos dados populacionais da Colônia Itajaí-Brusque referência à procedência dentro do território alemão dos imigrantes alemães. Nos anos seguintes a população é apresentada apenas em números globais. Na tabela 2 são apresentados os dados populacionais de 1860 a 1877. Optou-se por apresentar somente os números relativos aos imigrantes alemães com as procedências de maior recorrência, os números dos imigrantes italianos por terem a partir de 1875 modificado significativamente o quadro populacional da Colônia e a presença dos luso-brasileiros. Com poucas exceções, durante os primeiros quinze anos entraram na Colônia, sobretudo colonos alemães. O ano de 1875 marcou o início do grande fluxo de imigrantes italianos/austriacos/trentinos e apesar das advertências da direção da Colônia, a remessa de colonos não cessava. Da sua fundação até 1877 haviam entrado na Colônia 11.089 imigrantes, sem incluir os brasileiros, sendo que 9.476 tinham se estabelecido nas terras da Colônia Itajaí-Brusque (CABRAL, 1958).

A proporção exata de imigrantes de cada nacionalidade é difícil de se estabelecer. As estatísticas são incompletas e parte da documentação relativa à administração colonial se perdeu. Relatórios administrativos da Colônia dos anos de 1860, 1861, 1862, 1864 indicam ainda a região de procedência do imigrante alemão, contudo tal informação foi suprida dos documentos oficiais nos anos seguintes. E passou-se a informar somente o montante global de entrada de imigrantes.

Na Colônia Itajaí-Brusque faz-se especial menção ao contingente de imigrantes vindos do Grão-Ducado de Baden. Contingente este que se instalou sobretudo nas terras do atual município de Guabiruba. Em sua viagem ao Brasil e passagem por Brusque, em 1906, o Pe. Leão João Dehon relata que visitou “a capela de Guabiruba, aonde nossos padres vão todo domingo. É uma colônia badense” (DIERKSEN, 1981, p. 57, grifo nosso). O pesquisador alemão Lothar Wieser (2014, p. 277) também se refere à região de Brusque-Guabiruba como sendo

“[...] às extensões de terras do Brasil mais fortemente colonizadas por imigrantes de Baden”. Dos imigrantes alemães que colonizaram Brusque, mais da metade era originária do Grão-Ducado de Baden, hoje estado de Baden Württemberg e, mais predominantemente da região de Kraichgau (WIESER, 2014; MOSIMANN, 1989; SEYFERTH, 1974; CABRAL, 1958). Segundo Wieser (2014) e Mosimann (1989) as principais vilas de origem dos imigrantes badenses que aportaram na Colônia Itajaí-Brusque são Karlsdorf, Neuthard, Hambrücken, Neudorf, Rot, Büchenau, Untergrombach, Kirrlach, Wiesloch, Philippsburg, Graben.

Tabela 2: Contingente populacional da Colônia Itajaí-Brusque (1860-1877)

| | Total | Alemães | | Brasileiros | Italianos | Austríacos/ Italianos |
|------|-------|-----------|-----|-------------|-----------|--------------------------|
| 1860 | 406 | Baden | 345 | | | |
| | | Prússia | 49 | | | |
| 1861 | 657 | Baden | 360 | | | |
| | | Prússia | 95 | | | |
| | | Holstein | 65 | | | |
| | | Oldenburg | 60 | | | |
| 1862 | 793 | Baden | 449 | | | |
| | | Prússia | 131 | | | |
| | | Holstein | 74 | | | |
| | | Oldenburg | 34 | | | |
| | | Bayern | 19 | | | |
| 1863 | 938 | | | | | |
| 1864 | 1.121 | Baden | 619 | | | |
| | | Prússia | 182 | | | |
| | | Holstein | 80 | | | |
| | | Oldenburg | 65 | | | |
| | | Bayern | 50 | | | |
| | | Hessen | 20 | | | |
| 1865 | 1.259 | | | | | |
| 1866 | 1.333 | | | | | |
| 1867 | 1.448 | | | | | |
| 1868 | 1.517 | | | | | |
| 1869 | 1.673 | | | | | |
| 1870 | 1.728 | | | | | |
| 1871 | ----- | | | | | |
| 1872 | 2.166 | | | | | |
| 1873 | 2.505 | | | | | |
| 1874 | 3.500 | 2.417 | | 417 | | |
| 1875 | 4.568 | 2.310 | | 966 | 18 | 1.114 |
| 1876 | 8.110 | 2.620 | | | 2.018 | 2.214 |
| 1877 | 9.476 | | | | | |

Tabela 2: Tabela elaborada pela autora com dados de Cabral (1958).

Vale destacar ainda que, na década de 1980 a cidade de Brusque recebeu um grande fluxo de migrantes oriundos do estado do Paraná.

Seguido por outros diferentes fluxos migratórios em menor quantidade vindos do oeste de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e outros estados brasileiros. A partir da primeira década do século XXI se iniciou um fluxo migratório intenso vindo do Nordeste brasileiro, especialmente do estado da Bahia (MAFFEZZOLLI, 2015). Estes fluxos migratórios e seus desdobramentos na constituição e transformação do perfil sociodemográfico e linguístico-cultural da cidade merecem maior investigação.

A presença do alemão-padrão nas escolas, na imprensa e na igreja

A variedade padrão⁹ da língua alemã também tinha presença e uso nas escolas, na imprensa local e na igreja. A criação em janeiro de 1912 do primeiro jornal local o “Brusquer Zeitung/Jornal de Brusque” (1912-1917) marca o início da imprensa na cidade. O “Brusquer Zeitung” era editado em língua alemã e sua versão na língua portuguesa se chamava Gazeta Brusquense. Anteriormente o noticiário da Colônia era publicado nos jornais da Capital como “O Catarinense”, “O Argos”, “O Cruzeiro”, “Conservador” e nos jornais “Kolonie Zeitung/Jornal da Colônia” de Joinville, “Blumenauer Zeitung/Jornal de Blumenau”, “O Imigrant” e no “Der Urwaldsbote/Correio da Selva” de Blumenau. Os jornais “Die Rundschau/O Panorama” (1923-1936) e “O Progresso” (1919-1937) também publicavam em alemão e português. Destaca-se ainda o “Brusquer Fastnachtszeitung” um jornal humorístico em prosa e verso, em língua alemã, que teve somente duas edições.

A preocupação pela educação escolar esteve sempre presente entre os imigrantes, os quais empreenderam muitas iniciativas em prol da criação de instituições de ensino em suas colônias.

⁹A variedade padrão de um idioma constitui a variedade linguística que contém as formas prescritas pelas gramáticas normativas e instituições educacionais responsáveis pela padronização da língua. Para a língua alemã essa variedade oficial padrão é o Hochdeutsch ou Standarddeutsch

Já nos primórdios da Colônia Itajaí-Brusque seu administrador o Barão de Schneeburg dirigia-se ao presidente da Província de Santa Catarina alertando sobre latente necessidade de escolas e de sacerdotes para os colonos e seus filhos. A falta de escolas era reclamada pela maioria dos colonizadores, que, diante da demora da assistência por parte do governo brasileiro quanto à educação, incumbiam-se particularmente pelo ensino dos seus filhos. Em julho de 1861 é inaugurada na Sede da Colônia a primeira escola pública do sexo feminino e em abril de 1864 é estabelecida a segunda escola pública da Colônia sendo esta para os meninos (CABRAL, 1958). A escola pública na Colônia funcionava das oito horas da manhã ao meio-dia, as lições eram dadas em alemão e em português (GEVAERD, 1961; RENAUX, 1995).

Já havia, concomitantemente com a criação da escola pública feminina em 1861, iniciativas privadas para instrução dos filhos dos colonos. Na localidade do Braço Norte do Guabiruba (hoje Centro) Frederico Nitzel, aos domingos, ensinava a doutrina cristã/católica nas proximidades da capela denominada Maria Hilfskapelle (Capela de Nossa Senhora Auxiliadora, hoje Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro). Na localidade de Peterstraße-Bateas era o colono Francisco Weitgenannt que ministrava ensinamentos de doutrina cristã e até de primeiras letras aos meninos. E também antes da criação da escola pública para meninos na Sede em 1864, no extremo norte da linha de Guabiruba, Carlos Boos já lecionava a doutrina cristã/católica para as crianças (CABRAL, 1958). Em 1867, segundo o relatório do diretor da Colônia, havia além das duas escolas públicas outras três escolas em caráter particular distribuídas nos distritos da Colônia. No ano de 1872 é criada a Escola Evangélica Alemã (Deutsche Evangelische Schule), atual Colégio Cônsul Carlos Renaux. A partir do ano de 1891 o Governo Provincial concede à escola um subsídio anual de 300\$000 mil réis para o ensino da língua portuguesa (ROSENBROCK, 2018).

Para a população católica foi fundada em 1903 pelos Pe. Antônio Eising e Pe. Josef Suntrup da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus a Escola Paroquial. A Escola Paroquial constituiu-se em um centro de irradiação não só de primeiras letras, mas também da

doutrina católica na região, amparado pela orientação da Ordem das Irmãs da Divina Providência (STUEPP, 1960). A maioria dos padres e freiras, pelo menos até meados da década de 1930, eram alemães ou de origem alemã e o ensino nas escolas católicas também era ministrado em idioma alemão (SEYFERTH, 1981). A partir de 1942, pelo Decreto-Lei Federal nº 4.244 passou a chamar-se Grupo Escolar Santo Antônio. Em 1951 é instituída a Escola Técnica de Comércio São Luiz, e mais tarde em 1971 a Portaria nº 5/ISES/71 do Ministério da Educação e Cultura reconhece o atual Colégio São Luiz.

Para o ano de 1876 as estatísticas coloniais sobre a educação primária apresentam os seguintes números: duas escolas públicas, uma para cada sexo e 10 escolas particulares (GEVAERD, 1961). O então diretor da Colônia, Maximilian von Borowski, solicita mais escolas à Presidência da Província e indica para professor dos filhos de colonos alemães Frederico Dressel¹⁰ (CABRAL, 1958).

No âmbito religioso, na comunidade evangélica-luterana valiosas menções ao uso do idioma alemão são apontadas pelo Pastor Werner Brunken em seu artigo “História da Comunidade Evangélica de Brusque”. Segundo Brunken (1979) as atas das reuniões da diretoria e do conselho da comunidade evangélica de 1893 a 1930 eram escritas à mão, em língua alemã, em estilo gótico. Em novembro de 1917, durante a primeira campanha de nacionalização do ensino, a comunidade evangélica recebeu um telegrama do Governo Provincial proibindo o uso da língua alemã, o que ocasionou a suspensão dos cultos em idioma alemão. Não há registro da data do retorno dos cultos em língua alemã na Comunidade Luterana de Brusque.

Desde seus primórdios a Colônia apresentou uma acentuada predominância católica.

¹⁰O professor Frederico Dressel nasceu em 1843 em Brandenburg na Alemanha e faleceu em 1907 em Brusque/ SC. Estava estabelecido no lote 35 da Linha Estrada de Nova Trento (GROSELLI, 1987, p. 522). Casou-se em segunda núpcias, em 1878, com Anna M. Elisabeth Rosenbrock, viúva de Johann C. Rosenbrock.

Da primeira leva de imigrantes que chegou em 1860, formada por dez famílias, cinco eram católicas e cinco eram evangélicas/luteranas. Na segunda leva no mesmo ano, formada por 33 famílias, a sua totalidade era católica. Não houve registro oficial do credo religioso das demais levas entradas na Colônia no ano de 1860 por parte do diretor da Colônia. O considerável crescimento da confissão católica, a partir do ano de 1875, pode ser atribuído à intensificação do fluxo migratório de italianos/trentinos para a Colônia. Na tabela 3 são elencadas somente duas confissões, a católica e a evangélica/luterana, contudo reconhecemos a presença de outras crenças religiosas, como da Igreja Adventista do Sétimo Dia (CABRAL, 1958). O crescimento das duas comunidades religiosas entre 1862 e 1876 verificou-se da seguinte maneira:

Tabela 3: Distribuição da população por crença religiosa (1862-1876)

| Ano | Católicos | Evangélicos/Luteranos |
|------|-----------|-----------------------|
| 1862 | 552 | 237 |
| 1863 | 668 | 287 |
| 1864 | 811 | 310 |
| 1866 | 931 | 402 |
| 1868 | 1.015 | 502 |
| 1869 | 1.102 | 571 |
| 1872 | 1.500 | 666 |
| 1873 | 1.509 | 996 |
| 1874 | 1.545 | 1.346 |
| 1875 | 3.473 | 1.095 |
| 1876 | 6.646 | 1.464 |

Fonte: Cabral (1958, p. 283)

Quanto ao emprego da língua alemã no âmbito religioso, escolar e de imprensa, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) desenfreado grandes

mudanças na vida social da Colônia que até então era baseada praticamente no uso da língua alemã. Em 1917, o Brasil abandona sua posição de neutralidade na guerra e rompe oficialmente relações diplomáticas com a Alemanha. A partir daí em termos de política interna o relacionamento entre luso-brasileiros e descendentes de imigrantes alemães se modifica drasticamente nas zonas de colonização. A divulgação do mito do perigo alemão se expande na imprensa de língua portuguesa e o governo brasileiro proíbe publicações em língua alemã e o uso do idioma pela população. As consequências tanto para escolas, imprensa e igrejas em regiões de imigração são avassaladoras. As escolas nas quais o ensino era ministrado em língua alemã são sumariamente proibidas de funcionarem, a imprensa e publicação de jornais em alemão são interrompidas e as cerimônias religiosas (católicas ou luteranas) em língua alemã são suspensas.

Língua, cultura e identidade

Embora classificados genericamente nas estatísticas como “alemães”, cada grupo étnico germânico trouxe consigo sua língua/dialeto, seus hábitos e costumes, enfim, sua cultura local e regional alemã, atestando ampla heterogeneidade linguística.

Para nossas reflexões precisamos nos apropriar de conceitos, mas sem nos aprofundarmos na trama das terminologias científicas. Devido a sua relação de interdependência, os conceitos de língua, cultura e identidade são difíceis de se separar. Partimos da ideia de que a “Cultura” é um processo contínuo no qual se acumulam os conhecimentos, os valores, as práticas, os hábitos que resultam das interações sociais entre sujeitos. Esse processo é mediado pela língua, que permite que a cultura seja assim transmitida e difundida entre as gerações. A cultura, portanto, é aprendida na convivência e interação entre os sujeitos.

Desta forma, todo sujeito é ao mesmo tempo portador, disseminador e criador de cultura. Dentro das variadas culturas existentes temos a Arte, ou seja, criações humanas artísticas individuais ou coletivas de valores estéticos como dança, teatro, música e pintura. Já a língua, por sua vez, é um dos elementos basilares da construção da cultura, da identidade de indivíduos, de grupos sociais e de Estados-Nações.

A identificação pode ser “construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal” (SILVA, 2000, p. 106). Diante disso, entendemos que, a partir do processo de identificação do indivíduo com alguma ideia, ele assume uma posição, ou seja, uma identidade. Conforme Silva (2000, p. 89), a identidade “é um significado – cultural e socialmente atribuído”. Por isso, ela não é “fixa, estável, coerente, unificada, permanente [...] tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental” (SILVA, 2000, p. 97). Se concordamos com o autor então, aceitamos que a(s) identidade(s) é(são) marcada(s) pela inconstância, uma vez que é uma construção. Assim sendo, tudo que é construído é passível de mudanças, alterações, inclusões. Cabe aqui fazer algumas interrogações acerca da inter-relação entre identificação dos sujeitos e a presença e/ou apagamento do dialeto badense. Se o uso da língua alemã/badense se apagar das comunidades em questão, quais serão os desdobramentos para os sujeitos nestas comunidades? E para a região como fator econômico e turístico o que este silenciamento linguístico significará? Não há respostas conclusivas para os questionamentos, mas partimos do pressuposto de que o uso e domínio do dialeto badense está, há décadas, em pleno declínio nas cidades de Brusque e Guabiruba. Se já não apagada de um destes municípios, mas em aceleradíssimo processo de desaparecimento. Nesse contexto, é relevante mencionar que faltam pesquisas acadêmico-científicas com o intuito de abordar a atual situação sociolinguística do alemão como língua minoritária¹¹ /de imigração nas duas cidades.

¹¹Por “língua minoritária” entende-se a modalidade de línguas ou variedades usadas à margem ou ao lado de uma língua (majoritária) dominante em um espaço nacional dado. Nesta definição, o critério central para o conceito de língua minoritária muito mais do que a representatividade numérica ou o status social de seus falantes é o status político que constitui o critério central (ALTENHOFEN, 2013). O grupo das línguas minoritárias é subdividido nos seguintes grupos de línguas: línguas indígenas, línguas de imigração, línguas de comunidades afro-brasileiras, línguas brasileiras de sinais, línguas crioulas e variedades dialetais da língua portuguesa.

Manifestações do dialeto badense e do contato/conflito entre as línguas

A ideologia “uma língua, uma nação”, sob a qual grande parte dos Estados-Nações se construiu, almeja a uniformidade linguística e cultural em seu território e propaga o mito do monolinguismo. No Brasil duas Campanhas de Nacionalização do Ensino difundiram fortemente essa ideologia como forma de apagar as línguas nacionais minoritárias (autóctones) e de imigração (alóctones) em favor de um projeto de construção de um Estado-Nação homogêneo. A primeira campanha (1911-1920) implantou programas e reformas no sistema de ensino com fins de assimilar grupos de imigrantes.

A segunda ocorreu no governo de Getúlio Vargas (1937-1945) e suas ações normativas se estendiam a todas as línguas de imigração que, por razões políticas, foram tratadas como línguas estrangeiras, provocando tensões e conflitos nas populações, especialmente de origem alemã e italiana (FRITZEN; EWALD, 2016). A dura repressão à língua alemã na Era Vargas, que proibiu o uso das línguas de imigração em locais públicos e no lar, impôs aos imigrantes, especialmente aos alemães e seus descendentes, um silenciamento com relação à língua de seu grupo étnico. O fechamento de escolas e a proibição do ensino formal da língua alemã abriu uma lacuna na educação de gerações de teuto-brasileiros. De um lado foi proibido o ensino do alemão e por outro lado não foi oferecido condições para aprendizagem do português (ALTENHOFEN, 2013).

Hoje a língua alemã na sua forma padrão é ensinada em várias regiões do Brasil, sendo seu ensino na rede pública e privada mais acentuado na região sul do país, onde historicamente a imigração alemã foi mais forte. Mesmo presente em várias regiões do país, o perfil do ensino de alemão nas escolas, universidades e cursos livres não é, e nem poderia ser homogêneo e uniforme em todas as localidades. Estudantes das regiões nordeste e sudeste veem certamente a língua alemã, antes de tudo, como um diferencial no currículo para o mercado de trabalho. Vários estudantes da região sul, por sua vez, têm uma ligação direta e

familiar com a língua, reconhecendo nela, muitas vezes, uma identidade étnica ou linguística (SPINASSÉ, 2009).

É possível, portanto, dizer que conhecimentos da língua alemã, ou melhor, conhecimentos de variedades da língua alemã (dialetos) estão mais presentes nas antigas zonas de imigração alemã do que nos contextos urbanos nos quais os falantes do alemão, via de regra, tiveram ou têm mais contato com falantes do português. Ao fechar escolas, jornais e instituições culturais que divulgavam a língua alemã, as medidas opressoras de ordem linguístico-cultural das campanhas de nacionalização da Era Vargas impeliram o idioma alemão para a zona rural, tornando-se, assim, cada vez mais uma língua apenas oral. Desta forma, o uso da língua alemã passou a ser estigmatizado, sofrendo grande desprestígio social.

Seus falantes são associados à categoria social e étnica de “colonos”, num sentido pejorativo do termo e em referência à pessoa da roça (FRITZEN, 2007). A maneira diferente destes falantes bilíngues se expressarem e o sotaque em sua fala são muitas vezes causa de estranhamento sendo hoje ainda não raramente alvo de chacota e escárnio. O alemão como língua de imigração mesmo tendo sofrido duras repressões nas campanhas de nacionalização vem resistindo e se mantendo como língua de herança familiar¹² na região do Vale do Itajaí (FRITZEN, 2007; EWALD, 2014; MAAS, 2016; ROSENBROCK, 2016).

Embora o foco de suas pesquisas não tenha sido de caráter linguístico, Giralda Seyferth referenciou em suas obras o uso da língua alemã na variedade dialetal badense em Brusque e Guabiruba. A autora realizou pesquisas bibliográficas e de campo nos anos de 1972 a 1976 nos municípios de Brusque e Guabiruba que deram origem às obras “A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim” (1974) e “Nacionalismo e Identidade Étnica” (1981).

¹²Para o italiano como língua de herança familiar no Vale do Itajaí-Mirim ver os trabalhos de Lorenzi (2014) e Krieser (2015)

Em seus estudos, Seyferth entrevistou informantes nos dois municípios e constatou que “[...] o conhecimento do dialeto alemão falado na região facilitou muito nosso relacionamento com os entrevistados. O mesmo é uma mistura de dialeto badense (mais ou menos a metade dos imigrantes alemães que entraram na área eram do Grão-Ducado de Baden) com português...” (SEYFERTH, 1974, p. 16-17 grifo nosso). A pesquisadora continua suas observações sobre a língua falada nas localidades mencionando que “os descendentes de imigrantes alemães que vivem na zona urbana falam, em sua maioria, o português; mas os da zona rural raramente se expressam nesta língua, apesar de tê-la aprendido [...]” (SEYFERTH, 1974, p. 16–17). Mesmo estes trechos sendo meras menções relativas a metodologia utilizada em seu trabalho, Seyferth acabou por fazer um dos raros registros científico-acadêmicos do uso da variedade dialetal badense por habitantes do Vale do Itajaí.

Outra citação acerca do expressivo contingente de imigrantes badenses chegado em Brusque e Guabiruba pode ser encontrada na obra do escritor alemão Emilio Willems. Professor de Sociologia e Antropologia veio para o Brasil, em 1931, e atuou como professor no Seminário Católico de Brusque. O autor relata que “No vale do Itajaí-Mirim (Santa Catarina) preponderam as influências badenses” (WILLEMS, 1946, p. 300).

Já o contato dos dois idiomas é citado em outros dois artigos de caráter popular sem pretensões acadêmicas. São eles “Falares Brusquense” de Custódio F. de Campos publicado no Álbum do 1º Centenário de Brusque em 1960 e o segundo “Problemas de Linguagem” de Ayres Gevaerd publicado em 1985 no Anuário Notícias de Vicente Só. Os dois artigos apresentam uma sucinta coletânea de locuções típicas e correntemente usadas em Brusque e Guabiruba baseadas em observações pessoais dos autores. No artigo de Campos (1960, p. 256-259) estão

relacionadas 73 locuções. Retiramos da relação algumas locuções que o autor menciona serem oriundas da língua alemã ou terem influência do contato português-alemão. São elas: ganhar/dar um balaio – linguagem jocosa. É tradução do alemão “einen Korb bekommen”, ou seja, não aceitar um convite. Ex.: Convidei a moça para dançar e ela me deu um balaio; bitruca – linguagem jocosa do alemão “betrunken”: embriagado; espula – linguagem corrente do alemão “Spule”: fuso, carretel, bobina; schimira – linguagem corrente do alemão “schmieren”: untar, cobrir o pão; tifa – linguagem corrente do alemão “Tiefe”: fundos, profundidade.

Ayres Gevaerd (1985) em seu texto “Problemas da Linguagem” apresenta com base em suas observações pessoais e alguns relatos de moradores, a forma de pronunciar determinadas palavras pela população local. Gevaerd (1985, p. 435) aponta que as palavras relacionadas por ele em seu artigo não são mais uma constante no falar dos brusquenses, “entretanto, ouvidas com frequência no atual município de Guabiruba, regiões da Peterstraße, Sternthal, Holstein, Langenstraße, Pommerstraße, Planície Alta e outras, ocupadas inicialmente por famílias originárias de Baden, Alemanha, de onde veio a maioria de nossos colonos”. No artigo em questão (1985, p. 435-436) estão relacionadas 24 palavras e o modo como são pronunciadas pelos moradores. Alguns exemplos são: espera – schpera, facão – facon, caboclo – kapócla, betrunken – bitruca, schmieren – chmia, Tiefe – tifa. O texto ainda traz alguns sobrenomes alemães recorrentes na cidade e a forma como são pronunciados pelos moradores: Kohler: côla, Krieger: criga, Schloesser: Xlessa.

Um dos raros registros do dialeto badense na forma escrita encontra-se em Guabiruba. Trata-se de uma inscrição em uma cruz de madeira no oratório do entroncamento das ruas 10 de Junho com Pomerânia em direção ao bairro Aymoré. A capelinha de oração foi erigida em 1913 entre as terras das famílias Kormann e Kohler. Não há informações

sobre quem teria sido o marceneiro da cruz ou de quem pôs a inscrição em dialeto badense nela. Na cruz na posição horizontal está escrito em dialeto badense “Im Kreiz ist Hail”. A escrita da mesma frase em alemão padrão é “Im Kreuz ist Heil” e pode ser traduzida em português como “Na Cruz está a Salvação”. Gevaerd menciona a mesma frase em seu artigo “Problemas da Linguagem”. O autor (1985) relata que o dialeto badense, assim como pronunciado, encontra-se também escrito e traz como exemplo “Im Kreitz ist Heil”. Não há indicação pelo autor da fonte da sua citação.

Partindo das três formas de grafar a mesma frase citadas anteriormente faremos uma análise linguística das formas de escrita das palavras “Kreiz/Kreitz/Kreuz/cruz” e de “Hail/Heil/salvação”. Observamos que para o ditongo EI pronunciado como [ai] em alemão foi empregada a grafia AI na palavra Heil/Hail. Nesse caso quem escreveu se apoiou na fala para notar a palavra “Heil/Hail/salvação”.

No dialeto badense o ditongo EI apresenta variantes de grafia podendo ser às vezes grafado como EI, OI e ÄÄÄ. No primeiro caso a grafia EI segue a norma do alemão padrão, exemplo: “bleiwe/bleibt/ficar” e é pronunciado como [ai]. Outras vezes é grafado como OI [oi], exemplo “moi/mein/meu” e também pode aparecer como “Sääf/Seife/sabão” pronunciado como um longo [ê] ficando o ditongo EI praticamente irreconhecível nesta grafia.

Quanto à palavra “Kreuz/Kreiz/cruz” a grafia no dialeto é “Kreiz”. A troca na grafia de EU para EI acontece devido à diferença de pronúncia da palavra no dialeto e na língua padrão. No alemão padrão pronuncia-se Kreuz [kroitz] e no dialeto badense Kreiz [kraitz]. Interessante que, ao contrário do usado na grafia de “Heil/Hail”, não foi aplicado na escrita de “Kreiz” a escrita AI para o ditongo EI.

Outro exemplo que mostra bem a troca de EU por EI no dialeto badense está na palavra Leit [lait]/gente/pessoas sendo que no alemão padrão é grafado Leute [loite]. Da grafia “Kreitz” com T citada por Gevaerd (1985) inferimos que a fala influenciou a escrita, por isso o acréscimo de T a palavra “Kreiz/“Kreuz” [krøyts].

As demais inscrições na cruz são os monogramas em latim JHS (Jesus Salvador dos Homens) e INRI (Jesus Nazareno, Rei dos Judeus). Não foi até o momento possível averiguar o porquê da escolha dessa frase para inscrição na cruz. O que se pode afirmar é que a expressão “Im Kreuz ist Heil” aparece em diferentes edições do hinário alemão católico Gebet- und Gesangsbuch. A frase aparece em dois registros de litania, ou seja, na forma de rezar em que a comunidade responde, com uma invocação breve e repetida, às várias preces que vai desfiando quem dirige a oração. São eles: no rito de Celebração da Semana Santa (GL 563,1 Ruf zu Litanei vom Leiden Jesu) e na Celebração das Exéquias/Rito Fúnebre (GL 569,1 Ruf für die Verstorbene).



Do lado esquerdo, vista externa da capelinha sacrossanta em 1952

Na foto 4, do lado esquerdo ao fundo, vê-se a capelinha sacrossanta, no entrocamento das ruas 10 de Junho, Carlos Boos e Pomerânia no ano de 1952. A fotografia pertence à senhora Norma Hörner e foi publicada na capa do livro *Pedalandando pelo Tempo: História da bicicleta em Brusque* (ENGEL, p. 259, 2010). fQuanto aos oratórios e/ou capelinhas sacrossantas o que se pode registrar é que os oratórios em Guabiruba, em geral, foram erguidos e mantidos por pessoas leigas. O autor Walter F. Piazza (1960) relata que colocar cruzes nos entroncamentos das estradas é um costume europeu trazido pelos imigrantes. Erguer uma capelinha é uma das formas mais antigas de ex-votos, ou seja, um presente dado pelo fiel devoto ao seu santo de devoção.



Vista interna do oratório em 1959/1960

Durante muitas décadas, a língua mais falada em Brusque/Guabiruba era indiscutivelmente a alemã. Até mesmo imigrantes de outras procedências que se estabeleceram nos distritos mais germanizados da Colônia e brasileiros de origem lusa falavam o alemão (SEYFERTH, 1981). Quando nos referimos aqui ao “alemão falado” aludimos ao dialeto badense, que predominava na Colônia, mas que se mesclou ao português e a outros dialetos alemães presentes em menor escala, o que culminou em mudanças

praticamente inevitáveis na língua. Com o desenvolvimento industrial através da fundação das indústrias de fiação, surgem mudanças sóciodemográficas e da divisão do trabalho na Colônia. Na língua o contato com o elemento luso-brasileiro se intensifica, o que transforma

a população local em bilíngue e incorpora ao linguajar teuto-brasileiro palavras portuguesas.

Alguns traços culturais dos imigrantes alemães se mantêm presentes em manifestações artístico-culturais como em grupos de danças folclóricas, no repertório musical de bandas e corais, em comidas típicas locais e nos nomes alemães atribuídos pela administração pública a festas populares. Podemos inferir, portanto, que de certa forma características étnico-culturais dos imigrantes alemães estão ainda atreladas aos valores socioculturais locais.

No âmbito do registro e criação de um inventário de Patrimônio Cultural Material e Imaterial nas duas cidades observa-se, na última década, ações do poder público municipal em direção ao reconhecimento e preservação de bens culturais e históricos relativos à colonização alemã. No ano de 2018 foram sancionadas no município de Guabiruba duas leis que reconhecem tradições trazidas pelos imigrantes alemães como patrimônio cultural imaterial. A Lei nº 1.637 de 20 de abril de 2018 reconhece a “Cuca” como patrimônio cultural, histórico e imaterial da cidade. Trata-se de um bolo de tabuleiro, a massa é levedada com fermento de pão, com uma cobertura de farofa doce e pode-se ou não colocar frutas entre a massa e a farofa. E a Lei nº 1.667 de 12 de dezembro de 2018 que reconhece o “Pelznickel”/o Papai Noel do Mato, como tradição cultural trazida pelos imigrantes alemães que colonizaram a cidade (GUABIRUBA, 2018).

O município de Brusque possui a seguinte legislação para o tema Patrimônio Cultural: Lei Municipal nº 1.971 de 20 de dezembro de 1994 que dispõe sobre a Proteção do Patrimônio Natural, Histórico e Artístico Cultural, o Decreto nº 6.232 de 01 de abril de 2010 que institui o Conselho Municipal do Patrimônio Natural, Histórico e Artístico-Cultural (COMUPA) e a Lei nº 3.593 de 29 de abril de 2013 que cria o Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Município - Programa Preservar. A cidade possui um Inventário do Patrimônio Arquitetônico, Urbanístico (2009) que se constitui do Catálogo do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Urbanístico de Brusque no qual estão arrolados bens culturais de natureza material (edificações, ruas, etc).

Na área da educação o Decreto nº 808/2017 do município de Guabiruba homologou o texto das Diretrizes Curriculares Municipais no qual a língua alemã passa a fazer parte da matriz curricular do 1º ao 5º ano das escolas públicas municipais. No documento a língua alemã é tratada como língua estrangeira¹³. O município de Brusque não contempla a língua alemã na grade curricular da rede escolar pública municipal e também não é ofertado curso livre de alemão para a comunidade na Fundação Cultural de Brusque¹⁴.

As parcerias intergovernamentais firmadas e os projetos advindos destas parcerias, na última década, sugerem ter seu embasamento decorrente dos laços históricos, culturais e de amizade com a região de origem dos imigrantes alemães. Um exemplo é o convênio de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha firmado na década de 1990 entre as Associações Comerciais de Santa Catarina com a Câmara de Artes

¹³O documento em sua redação não explora uma diferenciação entre os termos língua estrangeira e língua de imigração. Em vez de língua estrangeira, conforme consta no Decreto-Lei Federal nº 1.545 de 25 de agosto de 1939, o alemão, o italiano e o polonês, por exemplo, são línguas trazidas pelos imigrantes e que continuaram a ser empregadas pelos seus descendentes em zonas de imigração. Por esse motivo não deveriam ser tratadas como línguas estrangeiras (FRITZEN, 2012).

¹⁴Alguns municípios catarinenses cooficializaram as línguas da comunidade de imigrantes que neles vivem. O município de Pomerode instituiu, no ano de 2010, a língua alemã como idioma complementar e secundário na cidade. O alemão é lecionado nas escolas municipais (ensino bilíngue). Blumenau criou em 2004 o Conselho Municipal do Ensino da Língua Alemã e no ano de 2019 oficializou a língua alemã como Patrimônio Cultural Imaterial do município. As escolas municipais blumenauenses oferecem o ensino do alemão. Tanto Pomerode quanto Blumenau têm cidades co-irmãs na Alemanha e participam também do projeto “50 Parcerias Municipais para o Clima”. No início de 2020 a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí/AMMVI assinou com o Distrito Administrativo de Karlsruhe uma Carta de Intenção manifestando interesse da associação em firmar parcerias para o desenvolvimento regional.

e Ofícios de Munique e Alta Baviera (HWK). Houve a sugestão por parte dos envolvidos para que participassem inicialmente do programa cidades catarinenses com influência da colonização alemã: Brusque, Blumenau, Joinville e Florianópolis. A Associação Comercial e Industrial de Brusque/ACIBr mantém até hoje este convênio que possibilitou, em sua gênese, a implantação do modelo de núcleos setoriais na instituição e fortaleceu o núcleo de panificação através de um estágio técnico-profissional de brusquenses na Alemanha. Outro exemplo é a Lei Municipal nº 1.217 de 08 de outubro de 2010 (Nova redação dada pela Lei nº 1.456/2014) do município de Guabiruba, que reconhece a comunidade de Karlsdorf-Neuthard como cidade co-irmã e em seu Art. 1º, parágrafo único refere que “o reconhecimento [da parceria] se dá em virtude dos laços culturais e de amizade decorrente da colonização preponderantemente Badense” (GUABIRUBA, SC, 2010, grifo nosso). A mesma justificativa é apresentada na home page do Distrito Administrativo de Karlsruhe para a parceria oficial com a cidade de Brusque. Estabelecida oficialmente no ano de 2011¹⁵ a parceria “tem como pano de fundo a emigração de muitas famílias de Baden do que hoje é o Distrito Administrativo de Karlsruhe para o sul do Brasil em meados do século XIX. As famílias, que vivem em sua maioria nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mantêm a mais de cento e cinquenta anos a língua, a cultura, as muitas tradições e os inúmeros contatos pessoais em Baden¹⁶ ” (LANDKREIS KARLSRUHE, 2020, tradução e grifo nosso).

¹⁵A Lei Municipal nº 3.385, de 5 de abril de 2011 institui “parceria oficial” entre a cidade de Brusque e a Micro-Região de Karlsruhe na Alemanha. A redação da Lei não menciona quaisquer motivos (como por exemplo, língua, laços culturais ou de amizade) para a assinatura do Termo de Parceria. A denominação Landkreis aparece traduzida nos documentos da administração pública local algumas vezes como Microrregião, outras vezes como Distrito, Distrito Administrativo e também como Região Administrativa.

¹⁶“Hintergrund dieser historisch wie kulturell besonderen kommunalen Freundschaftsbeziehung ist die Auswanderung vieler badischer Familien aus dem heutigen Gebiet des Landkreises Karlsruhe nach Südbrasilien Mitte des 19. Jahrhunderts. Die Familien, die zumeist in den Bundesstaaten Paraná, Santa Catarina und Rio Grande do Sul leben, haben sich über 150 Jahre die deutsche Sprache, die Kultur, viele Traditionen aber auch zahlreiche persönliche Kontakte ins Badische erhalten (LANDKREIS KARLSRUHE, 2020).”

Tais declarações de caráter oficial nos remetem a uma circumspecta reflexão sobre o atual papel da cultura, da tradição e da língua alemã nestas cidades e qual a importância da manutenção e valorização de traços étnico-culturais teuto-brasileiros na região. Bem como abrem discussão sobre estratégias para a revitalização das línguas de imigração nas duas cidades. Conhecer e compreender aspectos de uma dada realidade (sócio)linguística é pré-requisito para a eficácia de qualquer política linguística, sobretudo nos casos de línguas em situação de vulnerabilidade e de definhamento.

Hoje o alemão é língua minoritária no contexto local e o desejo de preservar essa língua diante das ameaças de definhamento e total desaparecimento é pertinente, pois o alemão é língua de herança cultural, é parte da história e da identidade de Brusque e de Guabiruba e de seus habitantes. A preocupação e o esforço devem ser no sentido de preservar a diversidade, a pluralidade e heterogeneidade linguístico-cultural sobre a qual a nação brasileira e o Vale do Itajaí estão constituídos, em contraposição às tendências homogeneizadoras.

Algumas Considerações Finais

Apesar de todo o valioso conjunto de bens linguístico-culturais herdados, pouco se conhece da realidade sociolinguística das cidades de Brusque e Guabiruba. Não foi possível neste trabalho focalizar com a necessária e desejada amplitude todos os aspectos que envolvem o uso e/ou apagamento do dialeto badense e suas inter-relações. Laços históricos, linguísticos e culturais podem ter configurado, ainda que por vezes unilateralmente, como fatores propulsores na tomada de decisões governamentais. Assim, em que pese a escassez de estudos sistemáticos, parece evidente haver urgente necessidade de investigações acadêmico-científicas, bem como censos e diagnósticos (sócio)linguísticos. Pois se a presença da língua alemã diminuir ainda mais das práticas sociais locais e, por conseguinte a identificação dos moradores com a comunidade teuto-brasileira se apagar quais serão os desdobramentos a médio e longo prazo? Que estatuto a língua alemã tem atualmente na política linguística pública local, nas parcerias intergovernamentais e nos programas de intercâmbio cultural? Em que grau as festas culturais, nas quais são exaltadas finalidades turísticas e econômicas, servem para um

revigoração do sentimento de pertença ao grupo étnico alemão? Que aspectos da cultura dos imigrantes podem ser observados atualmente na cultura corporativa das empresas em Brusque e Guabiruba e como influenciam ou não na formação do comportamento organizacional? As línguas de imigração (alemã/italiana/polonesa) são consideradas ainda marcadores de uma possível identidade étnica coletiva? Quais representações e valores são atribuídos atualmente às línguas de imigração, em especial à língua alemã, pela população local?

Por fim, este artigo surgiu para instigar mais reflexões sobre o real contexto sociolinguístico local e alertar para a urgente tarefa de realização de estudos sociolinguísticos na região. O desejo aqui expresso de ações de fomento da língua alemã vai ao encontro das Diretrizes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que prevê a promoção, a valorização da diversidade linguística brasileira e a garantia de direitos linguísticos. Contudo o êxito da aplicação de ações de política linguística local que promovam a manutenção das línguas de imigração só terá sucesso se estiver ancorado em um esforço conjunto de muitos atores, como o poder público, a sociedade civil, a escola e a família, e se for naturalmente intergeracional. Este artigo se encerra com uma amostra despretensiosa da escrita do dialeto badense inspirada em textos de Thomas Huber (2000).

Hochdeutsch

Danke, dass ihr es gelesen habt
Dass ihr euch Gedanken darüber macht
Und ganz egal wo ihr seid
Und wohin es euch auf dieser Welt
noch verschlagt
Verlene nie eure Sprache
Denn wenn sie noch gesprochen wird
Noch seid ihr

Patenser/Badenser

Danke, daß der's glese hennd
eich gedanke driwer gmach
Un gonz egal wu'd bisch
un wu di's nohrverschlegt off dere Welt
verlene dusch doi Sprooch nie
un wonn sie schwätzsch
nohd besch deheem

Português

Obrigada, por lerem este artigo

Por refletirem sobre o assunto abordado

E indiferentemente de onde vocês estiverem
E para onde a vida ainda os levar
Não desaprendam sua língua
Pois enquanto ela for falada
Vocês ainda estarão em casa

Referências

ALTENHOFEN, Cléo V. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine et al. (Org.). **Política e políticas linguísticas**. Campinas: Ponte Editores, 2013. p. 93-116.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2007. (Educação Linguística 1).

BORTONI-RICARDO, Stella M. Da cultura de oralidade para a cultura letrada: a difícil transição. In: CAVALCANTI, M. C.; BORTONI-RICARDO, S. M. (Org.). **Transculturalidade, Linguagem e Educação**. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2007, p. 239-252.

BRUNKEN, Werner. História da Comunidade Evangélica de Brusque. In: **Notícias de Vicente Só**. Brusque: ano III, jan., fev., mar., 1979, nº 9, p. 20-27.

. Histórico da Comunidade Evangélica de Brusque. In: **Notícias de Vicente Só**. Brusque: ano III, out., nov., dez., 1979, nº 12, p. 96-98.

BRUSQUE. Lei nº 3.385 de 05 de abril de 2011. Institui parceria oficial entre a cidade de Brusque e a Micro-Região de Karlsruhe na Alemanha e dá outras providências. Brusque, Santa Catarina: Câmara Municipal, 2011. Disponível em < <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/brusque/>

lei-ordinaria/2011/339/3385/lei-ordinaria-n-3385-2011-institui-parceria-oficial-entre-a-cidade-de-brusque-e-a-micro-regiao-de-karlsruhe-na-alemanha-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 22 nov. 2020.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Brusque: Subsídios para a História de uma Colônia nos Tempos do Império**. Edição da Sociedade Amigos de Brusque/SAB. Comemorativa do 1º Centenário da Fundação da Colônia, 1958.

CAMPOS, Custódio F. de. Falares Brusquenses. In: **Álbum do 1º Centenário de Brusque**. Sociedade Amigos de Brusque, 1960, p. 255-259.

CAVALCANTI, Marilda C. Estudos sobre Educação Bilíngue e Escolarização em Contextos de Minorias Linguísticas no Brasil. **D.E.L.T.A**, vol. 15, nº especial, p. 385-417, 1999.

DIERKSEN, Valberto. Convento Sagrado Coração de Jesus. Origem e Fundação. Padre Leon Dehon em Brusque. In: **Notícias de Vicente Só**. Brusque: ano V, abr., maio, jun., 1981, nº 18, p. 52-58.

ENGEL, Ricardo José. **Pedalandando pelo Tempo: História da bicicleta em Brusque**. Itajaí: S&T Editores, 2010.

EWALD, Luana. **“Essa mancha ficou!”: memórias sobre práticas de letramento em cenário de imigração alemã**. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Curso de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2014.

FRITZEN, Maristela P. **Ich kann mein Name mit letra junta und letra solta Schreiben: bilinguismo e letramento em uma escola rural localizada em zona de imigração alemã no Sul do Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2007. 305 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

“Ia na escola alemã e de um dia pro outro fechou. E nós não sabíamos falar o português”: refletindo sobre as políticas linguísticas em contexto de língua minoritária. In: **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v.15, n.1, p. 113-138, jan./jul. 2012.

FRITZEN, Maristela P.; EWALD, Luana. Reflexões sobre Políticas de Educação Linguística em Contexto Plurilíngue. **Educação e Realidade** [online], Porto Alegre, v. 41, nº 2, p. 491-512, abr./jun. 2016.

GALLASSINI, Robson. Xokleng: a trajetória de um povo frente ao processo de imigração europeia no século XIX. In: Niebuhr, Marlus (Org.). **Brusque 150 anos: Tecendo uma história de coragem**. Alusivo as Comemorações do Sesquicentenário: 1860-2010. Brusque: 2013, p. 24-58.

GEVAERD, Ayres. Primórdios do Ensino Primário em Brusque. Centenário da primeira Escola Pública. In: **Blumenau em Cadernos**, Tomo IV, jul., 1961, nº 7, p. 133-137. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/blumenau%20em%20cadernos/1961/BLU1961007_jul.pdf>. Acesso em: 30 de jun. 2020.

Problemas de linguagem. In: **Notícias de Vicente Só**. Brusque Ontem e Hoje. Ano IX, jul., ago., set., 1985, nº 35, p. 434-437.

GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou morrer: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras**. Florianópolis: UFSC, 1987.

GUABIRUBA, Lei nº 1.217 de 08 de outubro de 2010. Reconhece a comunidade de Karlsdorf-Neuthard como cidade co-irmã de Guabiruba. Guabiruba, Santa Catarina: Câmara Municipal, 2010. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/sc/g/guabiruba/lei-ordinaria/2010/121/1217/lei-ordinaria-n-1217-2010-reconhece-a-comunidade-de-karlsdorf-neuthard-como-cidade-co-irma-de-guabiruba>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

GUABIRUBA, Lei nº 1637 de 20 de abril de 2018. Considera a “cuca” como patrimônio cultural, histórico, imaterial da cidade de Guabiruba.

Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a1/sc/g/guabiruba/lei-ordinaria/2018/164/1637/lei-ordinaria-n-1637-2018-considera-a-cuca-como-patrimonio-cultural-historico-imaterial-da-cidade-de-guabiruba>>. Acesso em: 31 dez. 2020.

GUABIRUBA, Lei nº 1667 de 12 de dezembro de 2018. Considera o “Pelznickel” como patrimônio cultural, histórico, imaterial da cidade de Guabiruba e dá outras providências. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/sc/g/guabiruba/lei-ordinaria/2018/167/1667/lei-ordinaria-n-1667-2018-considera-o-pelznickel-como-patrimonio-cultural-historico-imaterial-da-cidade-de-guabiruba-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 31 dez. 2020.

GUABIRUBA, Decreto nº 808, de 27 de janeiro de 2017. Homologa o texto das “Diretrizes Curriculares Municipais”, aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação de Guabiruba em 27 de janeiro de 2017, através do Parecer nº 01/2017. Guabiruba, Santa Catarina: Câmara Municipal, 2017. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a/sc/g/guabiruba/decreto/2017/81/808/decreto-n-808-2017-homologa-as-diretrizes-curriculares-municipais>>. Acesso em: 22 nov. 2020.

HUBER, Thomas. **Kimmsch e bissl mit?** Texte in Mundart. 1. Auflage. Weingarten: Druckerei Gablenz, 2000.

KRIESER, Deise Stolf. **“São nossas raízes, é mais uma língua nossa, a língua mãe”**: representações sobre a língua italiana em um contexto intercultural. 2015. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2015.

LANDKREIS KARLSRUHE. Kommunale Klimapartnerschaft des Landkreises Karlsruhe mit der Stadt Brusque (Santa Catarina). Karlsruhe, Alemanha, 2020. Disponível em: <<https://www.landkreis-karlsruhe.de/Service-Verwaltung/Themen-Projekte/Energie-Umwelt/Klimaschutz/Kommunale-Klimapartnerschaft>>. Acesso em: 21 de nov. 2020.

LORENZI, Estela Maris Bogo. Políticas linguísticas para o ensino

de línguas em um cenário de imigração italiana no Vale do Itajaí, SC. 2014. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2014.

MAAS, Martha R. **Escolarização e língua de imigração: Representações a partir dos enunciados de três gerações**. 2016. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2016.

MAFFEZZOLLI, Graziela. **Um encontro sociocultural em contexto migratório: os sentidos da diversidade cultural em escola pública de Brusque, Santa Catarina** (SC). 2015. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2015.

MOSIMANN, João Carlos. “Kraichgau - O Berço dos Badenses de Brusque”. In: **Blumenau em Cadernos**. Tomo XXX, fev. 1989, p. 46-50. Disponível em: < <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/blumenau%20em%20cadernos/1989/BLU1989002.pdf>>. Acesso em: 29 de jun. 2020.

PIAZZA, Walter Fernando. **Folclore de Brusque: Estudo de uma Comunidade**. Sociedade Amigos de Brusque, 1960.

. **A Colonização de Santa Catarina**. 2. ed. ver. aum. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1988.

RENAUX, Maria Luiza. **O outro lado da história: o papel da mulher no Vale do Itajaí 1850-1950**. Blumenau: Ed. da FURB, 1995.

ROSENBROCK, Emilia. “Era uma vez um man e um menino e eles montavam um Schlitten”: letras(s em anda)mento em cenário de língua de imigração alemã. Dissertação de Mestrado. 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2016.

. A roca do idioma alemão nos teares do Berço da Fiação Catarinen-

se: Considerações acerca do ensino da língua alemã em Brusque/SC. In: **Notícias de Vicente Só**. Brusque: Ed. UNIFEBE, nº 66, 2018, p. 79-106.

ROSENBROCK, Emilia, FRITZEN, Maristela P., HEINIG, Otilia L. O. M. (Inter)relações entre práticas de letramentos na escrita de narrativas em alemão e em português por crianças que vivem em contexto de alemão como língua de herança familiar. In: **Pandaemonium Germanicum**, Revistas da USP, São Paulo, 21 (33), 2017, p. 136-164.

SEYFERTH, Giralda. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1974.

. **Nacionalismo e identidade étnica**. A ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SPINASSÉ, Karen Pupp. Duas faces do ensino do alemão como língua estrangeira no Brasil. **Em Aberto**, Brasília, vol. 22, nº 81, p. 61-79, ago., 2009.

STUEPP, João da Cruz. Grupo Escolar Santo Antônio e Curso Normal Regional “Luiz Sanches Bezerra da Trindade”. In: **Álbum do 1º Centenário de Brusque**. Sociedade Amigos de Brusque: 1960, p. 122-127.

WILLEMS, Emilio. **A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1946.

WIESER, Lothar. **Das hiesige Land gleicht einem Paradies. Die Auswanderung von Baden nach Brasilien im 19. Jahrhundert**. Ubstadt-Weiher: Verlag Regionalkultur, 2014.

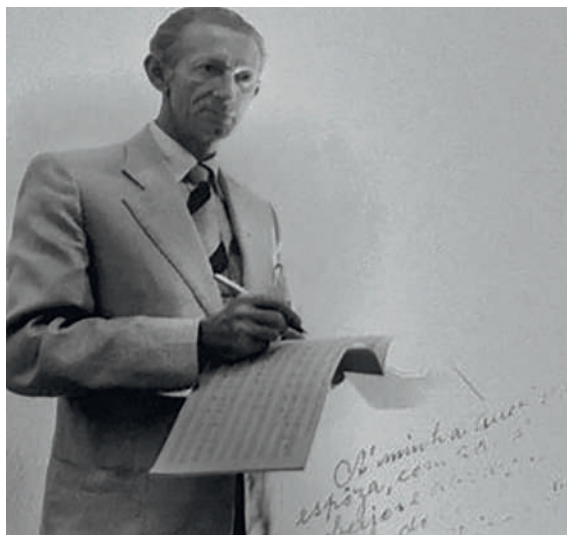
Brusque, berço do chorinho em Santa Catarina

Carmelo Krieger *

O choro, popularmente chamado chorinho, é um gênero instrumental da música popular brasileira. Tem origem no final do século XIX, na Cidade do Rio de Janeiro, começando, historicamente, com a chegada ao Brasil da família real portuguesa, que fugia da invasão de Napoleão, e que trazia consigo artistas para o novo mundo, entre os quais músicos, novos instrumentos musicais e novos ritmos europeus.

A influência dos estilos musicais da Europa, essencialmente da polca, vem se juntar aos ritmos africanos já existentes no Brasil, principalmente o Lundu e o Batuque, dando origem, assim, ao choro.

O termo choro aparece pela primeira vez em 1870, criado pelo flautista Joaquim Antônio Callado, que deu ao seu conjunto musical o nome de Choro Carioca.



Maestro Aldo Krieger – 1953

Acervo: Instituto Aldo Krieger - IAK

*O autor é advogado formado pela UFSC e Presidente do Instituto Aldo Krieger - IAK

Desde seu início, a formação do grupo de chorinho constava de um instrumento solista, dois violões e um cavaquinho, com certa liberdade para improvisação no acompanhamento harmônico.

Essa formação praticamente é mantida até os dias de hoje, com pequenas variações e com instrumentos de percussão, com ênfase na improvisação.

Grandes nomes da Música Brasileira tiveram e ainda têm sua passagem pelo choro, não só como intérpretes mas, sobretudo, como compositores. Como expoente desse gênero, podemos citar Villa-Lobos, entre tantos e sem querer omitir os demais. Também há que se registrar o nome de Chiquinha Gonzaga que, por meio do choro, como compositora e intérprete, soube quebrar as barreiras do mundo masculino de sua época.

O choro originário da Cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX, foi exportado para outros estados do Brasil, entre os quais Santa Catarina, surgindo por aqui alguns nomes que se destacaram.

No início do século XX (1903), na Cidade de Brusque, nascia Aldo Krieger que, aos 8 anos de idade, já fazia com seu bandoneon a música do cinema mudo local.

Descendente de família alemã (pai) e italiana (mãe), não tardou para que ainda muito jovem já produzisse as suas primeiras composições para que fossem executadas nos grupos musicais por ele formados.

As valsas, schottisch, polcas e particularmente o chorinho eram tocados na antiga Brusque e demais cidades vizinhas. Não raras vezes era chamado para participar dos eventos sociais da cidade e outras localidades próximas, fazendo da música a sua razão de viver.

Aldinho, como era chamado, desde cedo estava conectado, por intermédio do rádio, aos compositores e músicos do choro, principalmente da Cidade do Rio de Janeiro.

Reconhecido por músicos e compositores brasileiros como um dos

precursores do choro em seu estado natal, o Maestro Aldo Krieger, em 1953, estudou com o Mestre Villa-Lobos, como aluno do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico.



Sol maior - chorinho, Aldo Krieger 1930

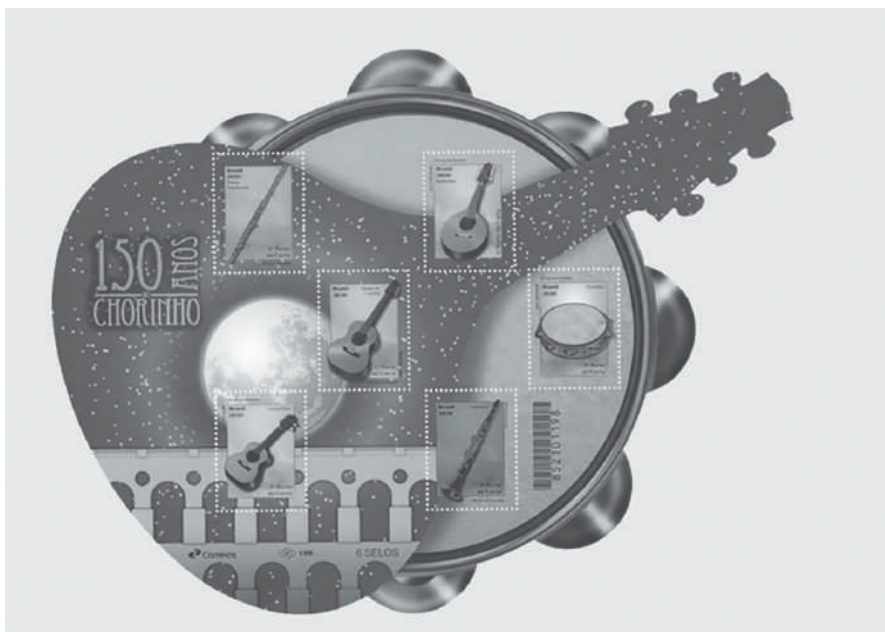
Acervo: Instituto Aldo Krieger - IAK

Em outra ocasião, também no Rio de Janeiro, na Rádio MEC, estava acontecendo a gravação de um programa com músicas de compositores brasileiros, por músicos amantes do chorinho integrantes do conjunto Os Boêmios, entre os quais Altamiro Carrilho. Em determinado momento, adentrou aos estúdios o renomado instrumentista e compositor Pixinguinha, questionando sobre o autor

da música que estava sendo executada. Ao ser informado de que se tratava de composição do catarinense Aldinho, exclamou: “Este é dos nossos, é muito bom!”

Dentre várias homenagens que recebeu em vida e também postumamente, destacamos o Diploma Ademilde Fonseca de Mérito em Choro, pela Roda de Choro Arruma o Coreto, e pela FUNJOR, no Centenário do Choro no Rio de Janeiro, em 22 de julho de 2012; a Comemoração do dia do Choro – Homenagem ao Maestro Aldo Krieger, em Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis, Santa Catarina, em 19 de abril de 2013; a Homenagem feita pelo Grupo de Choro Alegria do Choro, da Cidade de Blumenau, Santa Catarina, no Teatro Carlos Gomes, em 19 de maio de 2012.

A Semana Aldo Krieger, criada e dirigida pelo músico brusquense Bruno Moritz Neto (acordeonista), é realizada anualmente no mês de julho, incluindo o dia 5, data de nascimento do Maestro, nas dependências do Instituto Aldo Krieger (IAK). Tem como objetivo divulgar e resguardar a obra do compositor, com suas músicas e histórias ao som de suas valsas, polkas, schottisch e choros, procurando manter viva a memória musical da cidade de Brusque, um dos berços do chorinho brasileiro em Santa Catarina.



Bloco comemorativo dos 150 anos do chorinho

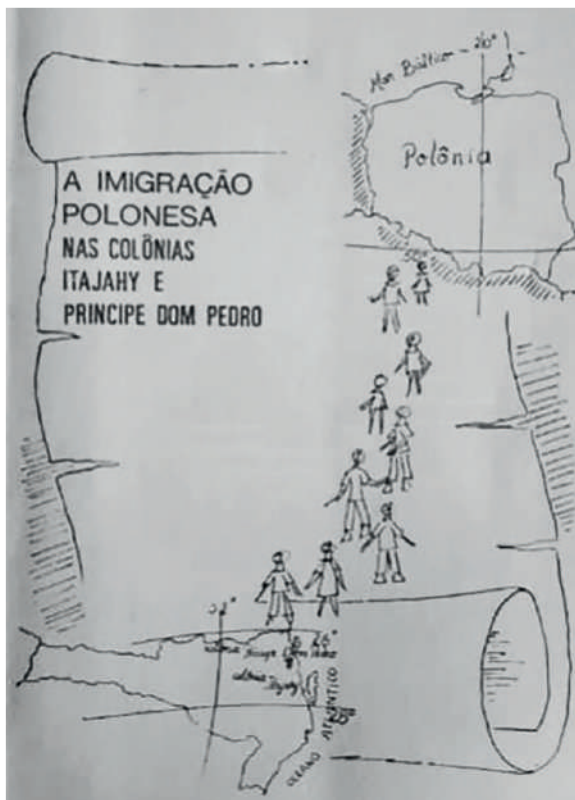
Emissão: 23.04.2020 - Correios do Brasil

Acervo: Instituto Aldo Krieger - IAK

Texto publicado no BOLETIM FILATÉLICO nº 32, Julho/Agosto de 2020, edição especial comemorativa dos 85 anos de fundação do Clube Filatélico Brusquense.

Anotações de uma imigrante polonesa

Maria do Carmo Ramos Krieger*



Reprodução da capa do primeiro livro da autora (1984) sobre o tema imigração polonesa em Brusque. Desenho de Lotar Krieger

Esse é um ensaio literário a partir de situações concretas, vividas pelos primeiros imigrantes poloneses entre os anos de 1869 a 1876. Com dados obtidos a partir de documentos oficiais da Colônia Príncipe Dom Pedro (Arquivos da Sociedade Amigos de Brusque/SAB), para os anos de 1869-1871 e de documentos abrigados no Arquivo Público do Paraná e em outras fontes entre 1871-1876, escrevi como se fossem anotações de um diário, pontuando memórias e fatos.

1869, Agosto, 25

Para mim, poderia ser Janeiro. Ano novo vida nova. Não é no Ano Novo que a gente faz promessas, repensa a vida, quer começar tudo diferente? Pois aqui estou, nessa terra chamada Brasil!

*A autora é natural de Brusque/SC. Pesquisa e escreve sobre os primeiros imigrantes poloneses ao Brasil, chegados em agosto de 1869 à sua cidade.

O que me aguarda? Nenhuma surpresa será maior que a da chegada ao porto de Itajahy, no litoral catarinense: baús, trouxas e todo um carregamento de teres e haveres espalhados, à espera de seus donos..

Na bagagem eu trazia uma imensa saudade da Polônia, explicada por aquele aperto no coração, pelas lágrimas, pela distância da pátria-mãe que, afinal, não havia sido nada gentil comigo, a ponto de me fazer emigrante.

Da tralha recolhida no porto e levada para as carroças, a constatação de que algumas louças haviam se transformado em cacos: pratos, xícaras sem alças, aquela travessa de servir pierogui, lascada. Descobri, mais tarde, que as xícaras não fariam falta: nas canecas, mais robustas, o café, bebida quente à base de grãos, teria outro sabor.

1869, Setembro, 10

Verde que te quero verde! Olho à minha volta e é o que vejo. Fomos assentados em lotes de terras numa encosta de morro: o relevo faz toda a diferença. Como trabalhar a terra? O lugar chama-se Colônia Príncipe Dom Pedro, na Província de Santa Catharina, Sul do Brasil. Fica no Hemisfério Sul e estamos agora quase na Primavera. Flores são poucas. Só as que os colonos alemães, da vizinha Colônia Itajahy, a 9 km, insistem em cultivar.

1869, Setembro, 30

Finalmente uma oportunidade de trabalho. Os homens receberam pá, enxada, foice – ferramentas tão úteis quanto necessárias para lidar na floresta abrindo clareiras, construindo choupanas. Nas paredes dos lares, imagens de Nossa Senhora de Czestochowa, símbolo da religiosidade de nosso povo; ela olha por todos e estende suas bênçãos a nós, filhas/filhos distantes. Assim, unidos em oração, fortalecemos nossas esperanças.

1869, Outubro, 15

Esperanças? De que e para que servem? Às vezes pergunto-me isso e vejo o rio Itajahy-Mirim passar, levando, com as cheias, os sonhos de uma plantação prestes a ser colhida. O Governo Imperial prometeu ajuda, a qual chegou em forma de víveres e alimentos, retirados no Armazém da Colônia Itajahy, mediante cupons de assistência emergencial. A manutenção governamental será até o próximo plantio.

1869, Novembro, 2

Dia de Finados. Dia de lembrar os mortos. Nosso cemitério já recebeu algumas crianças polonesas, falecidas recentemente. Chamam o local de Cemitério dos Polacos e uma cruz de pedra, pequena e de mármore branco, sinaliza nossos sentimentos mais tristes.

1869, Novembro, 18

Estou bem de saúde. O trabalho de abertura nas estradas envolve os homens, permitindo uma ajuda mensal e garantindo o sustento das famílias. As mulheres, como eu, fazem o serviço doméstico e cuidam das hortas. Além de costurarem, fazem pequenos remendos, cuidam das crianças e preparam as refeições.

Conhecemos o aipim, uma rama que fornece alimentação forte. Descasca-se, cozinha-se em água e sal. Substitui bem a batata, nosso alimento principal. Com aipim dá para fazer pão, bolo. Triturado, transforma-se em farinha de mandioca, com a qual se prepara outras receitas. Inclusive, quando a farinha é adicionada ao leite, engrossa e torna-se um delicioso mingau para as crianças.

1869, Dezembro, 25

Natal. Na falta de vodka, ideal para países de clima frio, ergueu-se um brinde com uma bebida local, chamada cachaça. Extraída da cana-de-açúcar (que também fornece o açúcar), é um aguardente tão forte

quanto vodka e igualmente saborosa. Na zdrowie!

Para lembrar o Pierniki (pão de mel típico do Natal Polonês), improvisei um bolo com casca de laranja, fruta seca ao sol de dezembro, substituindo o damasco, da receita original. Não é que deu certo?

Na mesa de Natal, coloquei o motivo que torna esta data uma das mais especiais para os cristãos católicos: uma pequena imagem de Jesus Menino, que repousa sobre palha de milho. Um toco de vela ilumina o ambiente. Já o pinheiro, cortado na floresta nativa quase no quintal de casa, tem enfeites de papel recortado: os Wycinanki.

1870, Fevereiro

Algumas pessoas pensam em desistir, ir embora. Para onde? Nosso lugar é aqui. Há promessas do Governador da Província e do Diretor da Colônia para os homens trabalharem em estradas e picadas. O espírito de luta, fortalecido pelo suor do trabalho diário dos nossos maridos, às vezes esmorece. É tudo tão diferente, outra cultura, há costumes tão diversos, e, dizem, começaram a aparecer alguns índios, primeiros habitantes do lugar. Nossos vizinhos, os imigrantes alemães, já receberam a visita de alguns deles. Dizem que são arredios (e não era para serem? Chegamos, tomamos conta do que era seu, assumimos um espaço geográfico repleto de árvores que foram derrubadas para criarmos o nosso espaço...) não só para conversarem (imagina linguajares diferentes: polonês, alemão, Guarani – dos autóctones), mas não hesitam em matar, por sentirem-se ameaçados. Notícias dão conta que um colono foi morto a flechadas enquanto estava em sua plantação. Por isso a direção da Colônia avisou para ficarmos atentos aos ataques.

1870, Qualquer dia de Março

Quase perco a noção do calendário. Marcar os dias nem sempre é interessante do ponto de vista de quem plantou e espera pela safra: hoje choveu demais, ou: a seca prolonga-se, ou: as sementes não foram

entregues, ou, simplesmente os dias não passam!

1870, Julho, 19

O desânimo quer tomar conta de mim. Como estará minha família? Não vou entregar-me. Meu país não pode ficar como um quadro na parede, cuja paisagem só reproduz a imagem que desejo voltar a ver, antes que desapareça da minha lembrança. Ah! E quando viajar à Polônia trarei mais xales, tamancos, saias rodadas e enfeitadas. Porém não sei se haverá uma viagem de volta: o Governo Imperial alega que somos imigrantes espontâneos e não oficiais, como os alemães, listados e cadastrados nas Agências de Emigração, lá na Europa. Prá bem da verdade, também não sei se algum imigrante alemão retornou. Acho que não. É difícil e caro.

1871, Junho, 10

Hoje faz dois anos que embarcamos no navio Victoria, no porto de Hamburgo/Alemanha. O cansaço pela longa viagem marítima deixou-nos debilitados. No navio a comida era razoavelmente boa: serviam sardinhas, carne duas vezes por semana e, todos os dias, café pela manhã e chá à tarde. Conhaque, vinho, limões e remédios foram de grande utilidade na travessia do Oceano Atlântico, para resistirmos.

Nós, mulheres, pouco víamos os maridos, pois fomos acomodadas em lugares diferentes e distantes. Conversávamos quando nos encontrávamos no convés, à luz do dia, apreciando a paisagem e as gaivotas, belas aves marinhas que acompanhavam a rota dos navios.

1871, Agosto, 21

Soube que um professor da vizinha Colônia Blumenau, Sebastião Saporski, e o pároco da Igreja de São Pedro Apóstolo, de Gaspar, padre Antônio Zielinski – localidades próximas daqui – pensam em levar-nos

para outra Província, a do Paraná. O esquema é à revelia do Governo Imperial que crê, depois de estarmos assentados, não ser necessária nossa transferência. Não há documento oficial autorizando a viagem e, segundo consta, D. Pedro II está passeando pelo Egito, não tendo recebido nenhuma pessoa com a qual tivesse conversado a respeito. Portanto, fica a dúvida pairando no ar.

1871, Setembro, 18

Hoje recebemos notícias sobre nossa partida: as mulheres irão de carroça até o porto de Itajahy e de lá, ao porto de Paranaguá, no Paraná. Os homens, que sairão antes, irão a pé. Destino: o rocio curitibano. Dará certo? As promessas feitas quanto a melhores condições de vida, serão cumpridas?

Levo no bolso meu bloco de anotações a fim de registrar o que está por vir. No coração, novamente aquela sensação de angústia pelo desconhecido. Aguardem, pois darei notícias.

Partiu Curitiba!

1871, Setembro

Kurytyba. Cá estamos, reimigrados/transmigrados que somos, poloneses da primeira leva chegada ao Brasil, precisamente em Brusque/SC, em agosto de 1869. Somos um grupo em busca do seu “eu”, ou melhor: em busca de terras para chamar de nossas.

Perceberam que iniciei sinalizando o nome da capital do novo Estado que nos recebe, o Paraná, no idioma polonês: Kurytyba? Que, aliás, foi uma carinhosa homenagem da nossa comunidade, tornando Curitiba a única cidade fora da Polônia a receber o nome próprio com grafia polonesa. Na paisagem do rocio curitibano, a presença das araucárias deu significado especial ao nome da capital paranaense, pois remete “à terra dos pinheirais”.

1871, Outubro, 20

Um patricio de nome Sebastião Saporski buscava meios legais para transferir-nos da Província de Santa Catarina para a do Paraná. Os colonos sabiam que os serviços na Colônia Príncipe Dom Pedro estavam quase parados por diferentes motivos e, mediante seu (refiro-me a Saporski) desejo de trazer-nos, convenceu os homens do grupo que no Paraná achariam muito mais serviços nas estradas. Dito e feito, mesmo que à revelia do Governo Imperial de Sua Majestade D. Pedro II isso acabou acontecendo – razão pela qual escrevo a partir de Kurytyba.

Sabe por que “à revelia”? É que no período de maio de 1871 a março de 1872 D. Pedro estava, com sua esposa, fazendo uma expedição à Europa e ao Egito pela primeira vez. Fácil de entender porquê não foi ele quem assinou a petição para a transmigração dos poloneses, pois não há sequer um documento comprovando ou dando autenticidade ao fato – tão considerado por vários historiadores e ignorado pela maioria. Mas, como diz o ditado: o que não tem remédio, remediado está, ou seja: a partir de agora, Curitiba será nosso novo lar polonês! Já tivemos inúmeras surpresas e vivenciar mais essa talvez não seja tão difícil. Sobreviveremos aos conchavos políticos, aos acordos entre partes interessadas em nossa permanência, aos ataques de outros colonos que não nos queriam por perto, tal qual estávamos lá na Europa? Só o tempo dirá.

1871, Outubro, 27 e 28

Nascem: Úrsula, filha de Fabiano Barcik e Edvirges Purkot e João, filho de Gregorio e Maria Hylla. Como fiquei sabendo?

O historiador/pesquisador/escritor Edwin Tempski citou-os como “os primeiros paranaenses – etnicamente poloneses, os primeiros polonos-brasileiros”. Só que essa última observação acabei contestando, depois de ter lido (tenho visões futuristas...) numa placa, junto à uma imagem de Cristo Migrante no Bosque João Paulo II, tal anotação. Por conta disso, escrevi ao Presidente da Fundação Cultural de Curitiba, Rafael Greca de Macedo, reivindicando a proeza do fato pertencer à

Izabella Kokot, que havia nascido em novembro de 1869 nas então Colônias Itajahy e Príncipe Dom Pedro – depois Brusque/SC. E não é que ele respondeu, em 10/02/1982: “É de atos como este que a Memória tece seu fio, e, da rudeza das coisas desconhecidas se transforma em “esclarecedora da história”, permitindo que, pelas lições do passado



possamos construir o futuro, com clareza e definição”. Ufa! Senti firmeza. Ah! E o foi o mesmo Greca que, como Prefeito da cidade, em 1993, nos 300 anos de Curitiba escreveu essa linda mensagem: “A cidade é a casa do espírito do HOMEM. Curitiba é a “nossa” casa, com espírito polonês”. Lindo, não? Nossa etnia sendo valorizada.

Desenho de Poty Lazzarotto sobre as polacas, com suas cestas de verduras e hortaliças. Caderno Curitiba, de nós.

Edições Paiol 1975

1873 – algum dia deste ano

Soube que a Colônia Abranches se tornou um centro de referência para nossos conhecidos poloneses. Assim, com o passar do tempo, vários amigos dos pioneiros deram início a uma história, ou seja, pela terceira vez não só eles, como eu também, começávamos a escrever páginas dos diários de nossas vidas (como esse): Polônia, Brasil (Colônias Itajahy e Príncipe Dom Pedro/SC) e novamente Brasil (Província do Paraná)!

1873, Dezembro, 31

Último dia do ano. O Presidente, Dr. Frederico José Cardoso d'Araújo Abranches – o mesmo que emprestaria seu último nome à nossa Colônia –, assinou um documento encaminhado à Thezouraria da Fazenda, esclarecendo sobre o crédito destinado à fundada Colônia Abranches. Pera aí. Então ele já sabia da nossa existência? Mas, ao que parece, políticos e não políticos continuariam a esquecer da gente... Como sei disso? É só ler a passagem seguinte:

1874, Agosto, 25

Querido diário: como descrever o que nós estamos vivendo? Dor e sofrimento acho que explicam tudo. Ou posso usar as palavras de conterrâneos (sim! Vários fizeram as mesmas viagens que eu, pelos mesmos caminhos do mar Europa/Brasil; pelo rio, pois navegamos no Itajahy-Mirim; por terra, quando de nossa heroica aventura/aventureira (de quase fuga), de carroção, desde o Porto de Paranaguá/PR até Curitiba): nós, “pobres e carregados de numerosa família, estão lutando com mil dificuldades” – a propósito da real situação em nos deixaram, nessa terra tão gentil?

Então, pensa que estamos aqui em Curitiba há três anos e nem tudo foi conforme prometido. Pelo contrário, “muitos apenas mal ganhão para o seu sustento diário, o que não aconteceria se tivessem auxílio”. Sei disso porquê documentos contam, através de páginas amareladas pelo tempo de tanto tempo, segredos e não segredos de nossa História... embora tenha gente que ignore tudo isso.

1876, Maio, 13

O inverno se anunciava e mesmo estando no outono aqui no Hemisfério Sul, os dias frios e cinzentos seriam marcas do clima de Curitiba. Não transformava nossos sonhos em realidade, ou seja: termos neve como na nossa Polônia, mas trazia-nos as lembranças mais queridas de bebidas quentes e fortes: se lá eram os chás e vodka, aqui aprenderíamos a tomar quentão, à base de vinho, cachaça e

especiarias. Nada mal para quem já estava se assumindo curitibana... Aliás, só gerações futuras presenciariam neve em Curitiba, pois ela cairia ocasionalmente, quer dizer, muuuito ocasionalmente, como no icônico 17/07/1975 – dia para ficar “a” de eterno na memória dos que adoram a construção de um imaginário e lendário cenário, cuja paisagem é emoldurada pelos mais belos pinheiros.

1876, Agosto, um dia qualquer

Como manter nossa identidade polono-brasileira? Ela pode seguir existindo através de emoções (e disso entendemos!!!), sentimentos de pertença daqui-acolá (sim, como anotei acima, já me sinto polaquinha do Abranches, após cinco anos), grupos (por enquanto, só os de conversa – como os que fizemos quando vamos, de carroção, a outros lugares, levar produtos de nossa agricultura familiar). É como um barco – no caso mais para o navio Victoria, que nos trouxe ao Brasil –, em movimento, mostrando as sofridas surpresas dos caminhos.

Até poderia iniciar com “Era uma vez...”, mas deixa para lá. Trilhar tais itinerários foi como registrar as nossas Histórias de vidas. Desde sempre. Até a eternidade de 150 anos da Transmigração, em 2021.

Fiquem bem, queridos leitores. Até a próxima!

Posfácio (ou parte dele), escrito por quem nem tem ascendência, mas muito interesse na saga histórica dos imigrantes poloneses:

Ao fim deste texto (publicado no Jornal Gazeta do Povo, Curitiba/PR em 27/09/1976) lembrei-me de Gore Vidal que, em Lincoln, perguntou-se do quanto de real e do quanto de ficção era composta aquela obra. Os que conhecem a história da chegada dos primeiros imigrantes poloneses no Brasil certamente fazem-se, agora, a mesma pergunta. (...) Anotações de um imigrante não pretende, imagino eu, acender novas luzes sobre a conturbada “primeira história” dos imigrantes poloneses que chegaram ao Brasil em 1869.

Segundo Sérgio Ricardo Otero Goulart Filho: “A intenção da autora é bastante clara: dar um pouco de humanidade, de sensibilidade, de coração à história, que nos relata, sem piedade, as dificuldades sofridas à época”, (Sérgio Ricardo é filho da pesquisadora).

Casa do Barão de Schnéeburg, uma merecida Homenagem!

João José Leal*

1 – Uma Comunidade Construída com o Trabalho de Mãos Vindas de Terras Distantes

Tem sido comum, no discurso escrito ou falado, dizer que a história do progresso de Brusque vem sendo construída, tecida, moldada, costurada e, mais recentemente, confeccionada dia a dia ou ano a ano, por mãos laboriosas, habilidosas e sacrificadas de milhares de trabalhadores vindos de longe – emigrantes e migrantes – que aqui chegaram e continuam chegando para exercerem atividades que geram prosperidade e bem-estar social.

Primeiro, foi o árduo trabalho dos colonos pioneiros nas roças – machados, foices e enxadas nas mãos – para as primeiras colheitas dos frutos na terra prometida. Depois, o trabalho duro nas tecelagens, corpos eretos em face de teares e filatórios, milhares e milhares de mãos na urdidura e na trama dos fios para a confecção do tecido. Mais recentemente, é o trabalho incessante de mãos cortando a malha e costurando as vestes. Afinal, a história de prosperidade econômica de um povo sempre será obra do trabalho coletivo.

Embora repetitivo, o bordão diz uma verdade que pode ser constatada ao longo da história desta cidade, que hoje apresenta um dos mais elevados IDH de Santa Catarina.

2 – O Começo: a Longa Viagem desde a Terra Germânica e a Chegada ao Lugar Vicente Só

Se hoje vivemos numa cidade econômica e socialmente próspera, é preciso voltar o olhar para aquele histórico 4 de agosto de 1860 e

* O autor é membro da Academia Catarinense de Letras.

lembrar dos primeiros 55 colonos, agentes dessa saga centenária feita de luta e trabalho. Sob a competente liderança do Barão de Schnéeburg, aqui chegaram depois de uma longa e penosa viagem, dramática e anônima epopeia de gente forte, capaz de arrancar suas raízes do solo germânico para a travessia cheia de sacrifícios, o tempo contado em horas, dias e semanas até o porto de Itajaí.

Depois, a viagem final, da barra do Itajaí-Mirim às terras prometidas de Vicente Só. Não foi fácil chegar a este local inóspito, tão distante para quem tinha deixado a pátria Germânia do outro lado do oceano. A derradeira etapa foi uma demorada e sacrificante “viagem de 5 dias rio acima”, conforme registrou o Barão em seu primeiro relatório, escrito com sua impecável caligrafia.¹

Longa e tormentosa viagem contada em horas e dias angustiantes de frio, parte do percurso realizado em canoas inseguras, navegando rio acima à força de remos ou arrastadas sobre itaipavas e corredeiras. Outra parte, caminhando pelas barrancas do rio e picadas, numa obstinada peregrinação em busca da terra prometida. Longa e penosa viagem de mal dormidas noites em plena mata, sono espantado pelo medo do ataque dos misteriosos bugres e das selvagens feras nunca aparecidas, lendas e histórias ouvidas nas noites iluminadas da Prússia agora distante.

Enfim, vencida a distância, sempre sob a liderança do incansável Barão de Schnéeburg, a chegada vitoriosa ao lugar Vicente Só e a solidária acolhida nas instalações do “espaçoso engenho de farinha” de Pedro Werner, para concretizar o sonho da posse da almejada terra colonial, a construção das casas, a derrubada da mata, a semeadura em terra fértil, a colheita das primeiras plantações.

¹ O primeiro Relatório, enviado por Schnéeburg ao Presidente da Província de Santa Catarina, foi redigido em 31.08.1860, menos de um mês após a chegada dos 55 colonos pioneiros. Nele, o Barão narra as dificuldades enfrentadas e os trabalhos iniciais para a implantação do projeto colonial. O documento original, lavrado de próprio punho pelo Diretor Schnéeburg, integra o Acervo Casa de Brusque, da Sociedade Amigos de Brusque. Cópia digitalizada pode ali ser consultada. O Relatório pode ser também consultado na obra de Oswaldo Rodrigues Cabral: Subsídios para a História de uma Colônia nos Tempos do Império. Sociedade Amigos de Brusque. Edição Comemorativa do 1º Centenário da Colônia, 1958-1960, p. 12-13. Algumas referências aqui feitas sobre a viagem pioneira são baseadas nas informações colhidas nesse primeiro relatório, considerado a Certidão de Batismo de Brusque.

3 -Barão de Schnéeburg, uma Biografia Perdida no Tempo

Considerando-se a importância histórica do personagem, um homem que viveu em dois continentes e junto à corte imperial brasileira a ponto de ser nomeado Capitão do Imperial Corpo de Engenheiros e Diretor da Colônia Itajaí ou Brusque, por ato do Imperador Pedro II, é lamentável a inexistência de informações mais consistentes e detalhadas sobre a vida do austríaco Maximilian von Schnéeburg, ou Maximiliano de Schnéeburg.²

O historiador Oswaldo Cabral escreve que “muito pouco se sabe” a respeito do Diretor da Colônia Brusque. Com base em fonte documental, informa que Schnéeburg nasceu em 28/10/1799, em Mils, no Tirol austríaco e faleceu em 16 de setembro de 1869, na cidade de Franzensbad, região da Boêmia, na época pertencente ao Império Austro-Húngaro, hoje, República Checa. Foi, também, professor do Colégio Calógeras, de Petrópolis e integrou a Sociedade de Agricultura e Indústria.³

² A grafia do sobrenome do Barão Maximiliano tem gerado controvérsias. É certo que a língua alemã não utiliza acento ortográfico, com exceção do trema. Por isso, a maioria dos autores prefere não acentuar a palavra Schneeburg. No entanto, é certo também que o seu prenome Maximiliano foi aportuguesado e o Barão, sempre usou o acento agudo no primeiro “e” do seu sobrenome. Esse fato pode ser constatado nas inúmeras assinaturas por ele apostas nos documentos oficiais que redigiu de próprio punho. A recomendação da Academia Brasileira de Letras é de que os nomes próprios devam observar a ortografia oficial. Há, também, a recomendação para que os nomes de pessoas já mortas sejam grafadas pelas regras atuais. No entanto, admite-se que, na prática, deve ser respeitada a grafia usada pelo portador do nome. Assim, em respeito à vontade do Barão, optei por usar o acento agudo no seu sobrenome. Oswaldo Cabral, que escreveu a obra mais completa sobre a história da Colônia Brusque, acima citada, também grafou o sobrenome do barão com acento agudo no primeiro “e”.

³ CABRAL, Oswaldo R. Brusque. Subsídios para a História de uma Colônia nos Tempos do Império. Sociedade Amigos de Brusque. Edição Comemorativa do 1º Centenário da Colônia, 1958-1960, p. 39. Esta é a escassa biografia conhecida sobre o Barão de Schnéeburg, que tem sido reproduzida por outros autores: GOULART, Maria do Carmo Ramos Krieger. Brusque: Essas Ruas que eu Amo. In ADAMI, Saulo e ROSA, Tina. Brusque Cidade Schneeburg. Itajaí: S&T Editores, 2005, p. 167.

Também é certo que o Barão chegou ao Brasil, desembarcando no Rio de Janeiro a convite do governo imperial brasileiro, em 1825⁴.

Provavelmente, seus conhecimentos sobre engenharia e agricultura foram levados em consideração pelo governo imperial brasileiro, ao convidar o Barão de Schnéeburg para implantar e conduzir o importante projeto da Colônia Itajahy, sempre chamada de Colônia Brusque. Segundo Oswaldo Cabral, o objetivo era o de povoar as terras do sul do país com a presença de agricultores-imigrantes provenientes das diversas regiões da Alemanha⁵.

Na verdade, nenhum texto escrito por terceiros (carta, notícia de jornal, artigo ou livro) é, hoje, conhecido sobre o Barão de Schnéeburg. O que existe, são os inúmeros documentos (relatórios, ofícios, mapas e outros expedientes) por ele assinado na condição de Diretor da Colônia Brusque e que hoje, preservados, integram o Acervo Casa de Brusque. Assim sendo, sabe-se o que o Barão escreveu nos inúmeros documentos oficiais da Colônia, mas se desconhece um texto sequer sobre sua vida e sua pessoa, que tenha sido por ele próprio escrito ou por terceiro.

⁴ Não há qualquer registro conhecido, oficial ou não, sobre a chegada de Schnéeburg ao Brasil. Em documento por ele assinado em 1865, o Barão escreveu: “tenho 40 anos de residência no Brasil, sempre na qualidade de servidor do Estado, principiando minha carreira em 1825”. Ver doc. digitalizado no Acervo Casa de Brusque. Ver, também, CABRAL, Oswaldo, ob. cit. p. 39.

⁵ Ob. cit. p. 4 e segs.

para desbravar esta terra ainda desconhecida e transformá-la no seu novo lar, na sua nova pátria. Mas, reclamações também não deviam não faltar.



Paço Municipal de Brusque

4 – A Mata e uma História por Construir

Chegados à terra prometida na província de Santa Catarina, sem ato solene de fundação oficial da nova Colônia, os emigrantes precisavam ser assentados em seus lotes para o início de uma nova vida que, certamente, seria sacrifício e renúncia. O Barão de Schnéeburg sabia que os problemas e desafios iniciais eram enormes. Tudo estava por ser construído e os recursos financeiros vindos do governo provincial eram escassos. Por isso, era preciso rigorosa austeridade nos gastos e trabalho árduo, na luta cotidiana para garantir aos colonos a posse dos seus lotes devidamente demarcados. Certamente, os colonos pioneiros aqui chegaram dispostos a trabalhar duro

Comuns eram os pedidos de demarcação dos lotes, abertura de caminhos e picadas, construção de alojamentos provisórios;

fornecimento da alimentação dos primeiros tempos e, também, de mais ferramentas para o trabalho, sempre atendidos pelo Barão com o maior empenho. Sabia ele que pás, enxadas, machados, foices e facões eram indispensáveis ao manejo da terra, às plantações e às primeiras colheitas, que permitiriam a sobrevivência dos emigrantes recém-chegados à terra colonial que, mais tarde, seria oficialmente nomeada de Brusque.

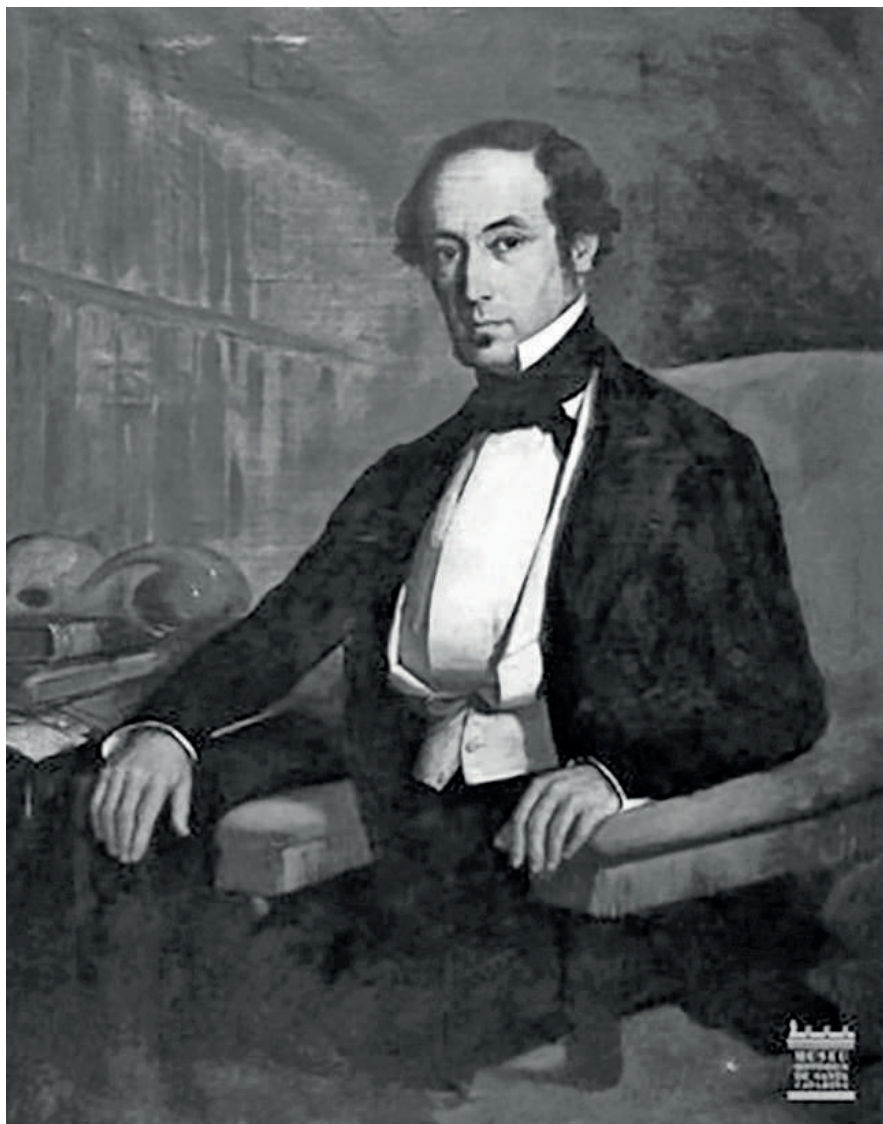
5 – Uma Administração com Vista ao Futuro: “As Necessidades Urgentes” da Colônia

Desde os primeiros tempos, o Barão de Schnéeburg se preocupou com um futuro de bem-estar para Colônia Brusque. Sua formação de engenheiro-militar formado na Áustria, certamente, contribuiu para que realizasse uma administração moderna, austera e eficiente. Tinha plena consciência dos problemas mais graves e importantes a serem enfrentados e superados, a fim de que a Colônia se transformasse numa futura comunidade próspera e de bem-estar social.

Assim, não mediu esforços para que a sua Colônia realizasse as obras prioritárias e viesse a contar com os serviços que considerava indispensáveis ao progresso da comunidade que, com tanto sacrifício dirigia.

No Relatório do ano de 1863,⁶ extenso documento escrito de próprio punho, o Diretor Schnéeburg elenca uma série de reivindicações apontadas como “Necessidades Urgentes”, a começar pela contratação de um médico para assistência à saúde dos colonos. Informa que, no mês de dezembro daquele ano, o médico alemão, Dr. Linder, havia chegado à Colônia e que a Colônia necessitava de um hospital e de um “boticário com pharmacia”.

⁶ Cópia desse relatório foi publicada na Seção “Documentos da Administração Barão Maximiliano de Schnéeburg referente a Novembro e Dezembro de 1863”, da Revista Notícias de Vicente Só, Ontem e Hoje, publicada pela Sociedade Amigos de Brusque, n. 22, abril-junho 1982, p. 36 e segs.



Barão Maximilian von Schnéeburg. Retrato do pintor francês Moreaux, possivelmente da década de 1850. Acervo MHSC - Florianópolis

Numa época em que a grande maioria das cidades vilarejos brasileiros não conhecia sequer a presença de profissional da saúde, a Colônia Brusque já contava com o serviço de um médico formado na Europa e o Diretor ainda pretendia a existência de um hospital e uma farmácia.

A presença de um padre e de um pastor para prestar assistência religiosa aos colonos católicos e aos evangélicos era outra solicitação feita com insistência pelo Diretor.

No relatório, a contratação de um professor para que os filhos dos colonos pudessem estudar e tivessem a necessária educação também constava do documento de prestação de contas do ano 1863, remetido ao presidente da Província de Santa Catarina.⁷

Outra reivindicação formulada pelo Barão referia-se a um posto de correio para que os colonos pudessem se comunicar com os familiares e amigos que permaneceram na Europa. Até então, toda a correspondência precisava ser levada a Itajaí para dali ser remetida pelo serviço postal oficial.

Embora a população da Colônia fosse de apenas 955 habitantes,⁸ a maioria vivendo na zona rural, Schnéeburg não deixou de solicitar a criação de um juizado de paz e de uma delegacia de polícia para solucionar os conflitos sociais que, certamente, não eram em grande número.

⁷ Sua preocupação com a educação já havia sido manifestada desde o início do processo colonial. Tanto que, no relatório de 24 de outubro de 1860, apenas dois meses após a fundação da Colônia Brusque, o Barão já escrevia que é de “uma viva urgência cuidar da moralidade e da instrução de 112 menores”. Para o Diretor Schnéeburg, essas crianças e adolescentes estavam perdendo “todos os bons princípios” colhidos na Europa, antes da emigração. Em seguida, propõe ao presidente da Província a contratação da condessa Maria de Buettner, residente no Desterro, para ser professora em Brusque. Infelizmente, embora não expressamente recusada, a indicação acabou não sendo atendida. A cópia original do relatório integra o Acervo Casa de Brusque, da SAB, onde uma versão digitalizada pode ser consultada. Pode também ser consultado na obra de Oswaldo Cabral, já citada, p. 42-46.

⁸ Em 1864, a população da Colônia era de 1121 pessoas, conforme informa o Barão de Schnéeburg, em relatório datado de 02.01.1865 e transcrito na Revista Vicente Só. Brusque – Ontem e Hoje, Ed. SAB, ano VIII, n. 29, jan-março 1984, p. 232.

O Barão de Schnéeburg sabia, ainda, que a sua Colônia só poderia prosperar se uma estrada carroçável fosse implantada para ligar Brusque a Itajaí e seu porto, por onde os produtos da Colônia poderiam ser exportados.

Uma outra estrada de rodagem, de igual importância, era também reivindicada para ligar Brusque a Tijucas, o que permitiria reduzir a viagem para a capital da província para dois dias.

Essa foi a pauta de suas reivindicações maiores que, de forma insistente, o Barão sempre defendeu junto às autoridades da Província, durante a sua permanência no cargo de Diretor da Colônia.⁹

6 – O Sonho da Casa da Diretoria

Outra justa e merecida reivindicação, por diversas vezes apresentada ao governo provincial foi a construção de uma Casa da Diretoria, que oferecesse o mínimo de segurança, conforto e decência ao seu diretor. Apesar dos insistentes pedidos e da urgente necessidade da obra, o governo provincial nunca liberou os recursos para construir a tão almejada “Casa da Diretoria”, que seria como a Prefeitura da Colônia.

Em sua obra, Oswaldo Cabral, por mais de uma vez, faz referência a essa justa reivindicação, destacando o enorme sacrifício suportado por Schnéeburg “ao sujeitar-se em morar num simples casebre de palhas, sem segurança, nem conforto e de exíguas dimensões”.¹⁰

⁹ O citado relatório de 30.12.1863 é apenas um dos documentos em que o Barão de Schnéeburg aponta a relação das obras e dos serviços considerados indispensáveis para que a vida colonial e a dos brusquenses conhecesse o caminho da prosperidade. A cópia original do relatório integra Acervo Casa de Brusque, da SAB, onde uma versão digitalizada pode ser consultada.

¹⁰ Subsídios... Ob. cit., p. 41. Mais adiante, Oswaldo Cabral escreve que, em 1864, o Diretor Schnéeburg reiterou o pedido de construção de uma sede decente para a Diretoria, pois a existente estava em ruínas. Um projeto chegou a ser elaborado, mas a sonhada obra não saiu do papel, Idem, p. 59-60. Ver item 4º do Relatório datado de 02.01.1865 e assinado por Schnéeburg, onde é mencionada a “saliente necessidade de uma casa para a Directoria”. Acervo Casa de Brusque e Notícias de Vicente Só. SAB, ano VIII, n. 29, p.236.

Em 1863, no relatório acima referido, o Barão já se mostrava inconformado com a precariedade da sede da Diretoria ao escrever que era “quase impossível” trabalhar e morar num rancho de tábuas coberto de folhas de palmito, com 30 palmos quadrados”.¹¹

E assim, o Barão de Schnéeburg não teve outra alternativa senão a de administrar a Colônia Brusque, ocupando uma Casa da Diretoria que não passava de um “rancho de 30 palmos de quadrado, coberto de palha”, conforme suas próprias palavras. Ali, trabalhou, morou e dormiu, em condições de pobreza e desconforto completo.

7 –A Triste Despedida da Colônia e o Retorno à Terra de Origem

Foram sete anos de trabalho intenso na direção da Colônia, inteiramente dedicados aos interesses da comunidade brusquense dos primeiros e difíceis tempos, quando tudo estava por ser construído. Nesse tempo crucial para o sucesso do projeto colonial, o Barão de Schnéeburg foi um exemplo de administrador competente, dedicado e austero no emprego dos escassos recursos públicos destinados às despesas da Colônia. Muito lhe devem os brusquenses. E, como escreveu Oswaldo Cabral, um homem “íntegro, honestíssimo, trabalhador, capaz. A Colônia foi a razão da sua vida nos seus últimos anos. Com ela viveu, com ela sofreu”.¹²

Com a idade avançada e doente, sentiu-se na obrigação de deixar a direção da Colônia Brusque. Daqui saiu quase cego e pobre, em 1867. Depois de algum tempo no Rio de Janeiro,

¹¹ Relatório de 30.12.1863, cit.

¹²CABRAL, Oswaldo R. Os Voluntários de Brusque. Notícias de Vicente Só. Brusque Ontem e Hoje. Edição da Casa de Brusque. Ano VI, abril-junho 1982, n. 22, p. 22.

o Barão viajou para a Áustria. Então, solitário, longe da Colônia que amou e pela qual tanto lutou, morreu em Franzina, pequena cidade do império austríaco, no ano de 1869.

Segundo informação colhida pela Casa de Brusque, lamentavelmente, sua sepultura foi destruída durante a Segunda Guerra Mundial e se perdeu na poeira do tempo.¹³

E, hoje, quem visitar o cemitério dessa cidade da atual República Checa, ali não mais encontrará uma simples lápide sequer na qual, indiscutível merecimento, deveria constar o epitáfio que o tempo nem as guerras deveriam jamais apagar da História: “Aqui repousa, em merecida paz, o fundador da Colônia Brusque”.

8. Enfim, a Justa Homenagem e a Casa do Barão

Por toda essa história de trabalho e amor à terra que fundou, quando Brusque completou 160 anos, as três principais entidades representativas da cultura artística e da memória histórica brusquense – a Sociedade Amigos de Brusque, o Museu de Azambuja, o Clube Filatélico de Brusque e o Instituto Aldo Krieger, além do escritor João José Leal, da Academia Catarinense de Letras – remeteram ofício-memorial ao então prefeito Jonas Paegle sugerindo que a sede da Prefeitura Municipal de Brusque fosse oficialmente denominada Casa do Barão de Schnéeburg.

No expediente, os signatários destacaram que, durante o tempo em que foi diretor, o Barão de Schnéeburg foi um exemplo de administrador competente, dedicado, austero, tendo trabalhado arduamente para que a Colônia Brusque trilhasse o caminho da prosperidade e que se transformasse na cidade com a qualidade de vida que todos nós conhecemos.

Foi também destacado que o Barão de Schnéeburg, enquanto diretor da Colônia Brusque,

¹³A informação consta de carta recebida pelo então presidente da Casa de Brusque, Ayres Gevaerd e foi publicada na Revista Notícias de Vicente Só. Brusque, Ontem e Hoje. Brusque: SAB, ano II, n. 5, p.24

viveu em condições de pobreza e de extremo desconforto e que trabalhou e residiu na sede da Casa da Diretoria que, segundo suas próprias palavras, não passava de um “rancho de 30 palmos de quadrado, coberto de palha”.¹⁴

Finalmente, os signatários enfatizaram que a nomeação seria uma forma de reparar a omissão das autoridades provinciais da época, que não lhe proporcionaram uma Casa da Diretoria com instalações decentes e apropriadas, onde pudesse ele realizar, com o mínimo de conforto, o seu extraordinário trabalho de administrar a Colônia Brusque.

Felizmente, sensível ao apelo das referidas entidades, o prefeito Jonas Paegle enviou projeto de Lei à Câmara de Vereadores que, aprovado e sancionado, se transformou na Lei municipal n. 4328/2020, cujo art. 1º assim dispõe: “Fica denominada ‘Casa do Barão de Schnéeburg’, o edifício-sede da prefeitura Municipal de Brusque”.

Penso que, ao sancionar essa histórica Lei, o prefeito municipal resgatou uma importante dívida histórica e deixou registrado, de forma permanente, a merecida e justa homenagem a Maximiliano Barão de Schnéeburg, fundador desta cidade, a quem todos os brusquenses tanto devem.

A Lei municipal n. 4328/2020, certamente, representa uma justa homenagem ao fundador da Colônia Brusque. No entanto, penso que essa legítima causa deve continuar até que a tela original do único retrato conhecido do Barão de Schnéeburg seja trazido para a cidade que ele fundou, a nossa cidade de Brusque. Refiro-me ao quadro – uma pintura em óleo sobre tela – do Barão de Schnéeburg que se encontra guardado numa sala fechada ao público do Museu Histórico de Santa Catarina, prédio do antigo Palácio Rosado, do governo de Santa Catarina.

Agora, oficialmente chamada Casa do Barão de Schnéeburg, a sede da Prefeitura Municipal de Brusque é, sem dúvida, o local mais indicado para expor, no seu salão nobre, o retrato do Barão, a fim de que os brusquenses possam admirar a figura do fundador da sua cidade.

¹⁴ Ver acima, notas 9 e 10.

“Do mais humilde ao mais abastado, sempre podemos ajudar o outro de alguma forma”

Padre Nélio Roberto Schwanke fala sobre sua trajetória de vida, a importância de fazer o bem e os desafios de gerir um hospital antes e durante a pandemia

Por Thayse Helena Machado*

O dia está ensolarado e quente. Faltam poucos minutos para as 9h quando entro no setor administrativo do Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux – Hospital Azambuja, na segunda-feira, 15 de março de 2021. Minha missão: entrevistar o diretor administrativo, padre Nélio Roberto Schwanke.

Uma escada, um longo corredor e duas recepções separam sua sala da porta de entrada, de frente para a igreja. Enquanto aguardo o início da entrevista meus pensamentos passeiam por tudo o que aconteceu até aquele momento.

No intervalo entre os primeiros contatos com a assessoria para agendar o nosso encontro e aquele instante, muitas situações ocorreram. Entre elas, o avanço da pandemia de Covid-19 e o colapso do sistema de saúde em todo o país, inclusive na nossa região.

A secretária me chama. Deixo meus pensamentos para trás e entro na pequena sala onde o padre me espera. Escolho uma das três cadeiras cuidadosamente dispostas com distanciamento e de frente para sua mesa. Ao sentar percebo a imagem do Papa Francisco e do arcebispo da Arquidiocese de Florianópolis, Dom Wilson Tadeu Jönck, cujas fotografias estão penduradas na parede atrás de mim.

*A autora é jornalista e especialista em Gestão da Comunicação Pública e Empresarial. Possui 14 anos de experiência na área da comunicação com atuação em coberturas nacionais e internacionais de empresas/entidades como: Jornal O Município e Prefeitura de Brusque. Foi gestora da assessoria de comunicação e marketing do Centro Universitário de Brusque – Unifebe, por mais de oito anos. É sócia na empresa Amplitude Comunicação e Eventos.

Com muita serenidade, padre Nélio me conta sobre sua trajetória de vida e trabalho. Do menino que brincava de quilica no interior de Luiz Alves (SC) – onde nasceu em 22 de setembro de 1951–, dos tempos que lecionou matemática, que estudou no seminário e da sua ordenação como padre, em um dia de temporal.

Recorda os pais luteranos, Guilherme e Hilda Schwanke, e as missas católicas que frequentou na infância. Também fala sobre os cuidados com o pai e a mãe, que tiveram Alzheimer e se despediram da vida no hospital dirigido por ele.

Padre Nélio conta ainda sobre a sua rotina, o medo de pegar Covid-19 e de como lida com a morte. Fala sobre a importância de fazer o bem para outras pessoas e respeitar as diferenças.

Atualmente, tenta desacelerar e cuidar da saúde. Mas ao longo de sua trajetória, o religioso desempenhou diversas funções, como: professor no Colégio São Luís, em Jaraguá do Sul (1969-1970), na Escola Básica João Gaya, em Luiz Alves (1971-1972) e no Seminário Menor Metropolitano Nossa Senhora de Lourdes, em Brusque (1973-1975).

Sua ordenação diaconal foi realizada em novembro de 1978 e em julho do ano seguinte a ordenação presbiteral. Ainda em 1979, foi nomeado padre auxiliar em Major Gercino e São João Batista, onde permaneceu por um ano.

Foi diretor do Asilo de Nossa Senhora de Caravaggio, em Brusque, e sacerdote formador e professor no Seminário Menor Metropolitano Nossa Senhora de Lourdes (1980-1984). Também foi membro do Conselho Presbiteral e do Colégio de Consultores da Arquidiocese de Florianópolis, por 20 anos. Desde 1984 é o administrador da Fazenda Brilhante.

Foi ainda procurador dos Bens da Mitra Metropolitana de Florianópolis – Arquidiocese de Florianópolis (1984-2010), diretor e tesoureiro do Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux e Auxiliar na Pastoral do Santuário, Azambuja, Brusque – SC (1984), presidente e tesoureiro do Educandário Nossa Senhora de Lourdes, em Brusque (1984), vigário paroquial da Paróquia Santa Teresinha, em Brusque (2005) e da Paróquia Nossa Senhora do Caravaggio, em Brusque (2009 até hoje).

Ao olhar para trás e recordar sua trajetória, padre Nélio diz que se sente realizado. “Eu desempenhei todo o meu esforço para fazer da melhor forma, o que estava dentro das minhas condições. Por isso, eu me sinto contente, realizado”, afirma.

Confira abaixo os principais trechos da nossa conversa:

O senhor nasceu em Luiz Alves. O que pode nos contar sobre a sua família?

A primeira mulher do meu pai era minha tia, que morreu no parto de hemorragia. Naquela época, no interior de Luiz Alves até chegar o médico de carroça era muito difícil. Ela morreu no parto e o neném também, porque a parteira ficou nervosa e esqueceu de fazer ele chorar. Pelo menos é o que conta a minha tia Ida, que falava muito isso, porque ela estava lá junto. Então, de pai e mãe sou filho único, mas a mãe criou meus dois irmãos (seus sobrinhos Rute e Rubens) como filhos dela. Tanto que o pessoal mais novo nem sabe que meus irmãos não são filhos da minha mãe. Todos se acertaram muito bem.

Como foi a sua infância? O que o senhor lembra?

Minha infância era brincar com os guris da vizinhança, quando os afazeres de casa estavam prontos. Então, a gente tinha o horário que a mãe dava para brincar, mas tinha que estudar. Brincava quando tudo estava pronto e tratada a criação. Nós nunca vivemos da roça, o meu pai era marceneiro e fazia carroças, que na época era o meio de transporte. Depois, com o passar do tempo o pai foi candidato a prefeito e foi eleito. Quando deixou a prefeitura foi agente da Celesc. A gente não vivia da roça, mas tinha vaca para tirar o leite, para ter manteiga e queijo. Tinha galinhas e porcos também. Quando o porco engordava, a gente matava para o consumo. Um estava bom para matar e o outro estava crescendo. Tínhamos uma horta boa também. A mãe sempre caprichou na horta, tinha verduras na mesa. Então, mais ou menos essa era a atividade. Lá no fim, ia brincar com o quê? Bicicleta de três rodas quando era pequeno. Não tinha muito com o que brincar lá no mato e essas brincadeiras de hoje não existiam. Jogava quilica, brincava de pegar, esconder e jogar pedrinha em passarinho, mas não podia matar o passarinho! Eu tinha um estilingue, mas só para brincar.

E como era a escola?

O primário eu estudei na Escola Básica João Gaya, que era dirigida pelas irmãs catequistas, na época. Minha professoras eram excelentes. Análise gramatical eu tinha que saber na ponta da língua no terceiro ano primário. Se hoje perguntar para alunos do segundo grau, ninguém sabe mais o que é análise gramatical. Análise sintática no quarto ano primário, tinha que saber de cor e salteado. Objeto direto, sujeito, predicado... então elas exigiam e nós tínhamos que estudar. Tinha que tirar nota boa. Tinha que estudar. Não podia deixar para depois.

Sua vocação religiosa começou em casa ou na escola?

Em casa não, porque minha família é luterana. Toda a minha família é luterana, mas aos domingos a mãe nos mandava ir à missa, da Igreja Católica. Nós éramos só quatro famílias luteranas lá. O restante todas católicas. Desde pequeno eu queria ir para o seminário. Como só tinha o primário em Luiz Alves depois fui estudar em Jaraguá do Sul.

Não tinha igreja luterana perto, então?

Tinha. Era uma capelinha e duas vezes por ano o pastor chegava. Como a mãe queria que a gente tivesse vivência religiosa e o pai e o padre Afonso Reith se davam muito bem – eram muito amigos – a família frequentava a Igreja Católica. O meu irmão não tanto, mas minha irmã sim. Tanto que na família do meu pai, que era de 15 irmãos, a metade casou luterano e a outra metade casou católica.

Em Brusque, havia uma questão muito forte entre católicos e luteranos. Em muitas famílias, o casamento entre as duas religiões não era aceito. Em Luiz Alves não era assim?

Não, lá não. Eu estranhei muito quando vim para cá e diziam que o padre do Centro era muito rigoroso quanto ao casamento, lançava

sentença de excomunhão. Mas lá o pastor e o padre se davam bem. Na festa de casamento dos meus tios, do lado esquerdo dos noivos sentaram os pais e do outro lado, o pastor e o padre. Então não tinha esse atrito, essa rixa lá.

O senhor saiu de Luiz Alves e foi estudar fora já com intenção de ser padre?

Eu estudei fora até o segundo grau, depois voltei para Luiz Alves para arrumar um pouco de dinheiro e dei aula no Estado. Eu fumava, então queria ter dinheiro para comprar cigarro e não pedir para os outros. Também guardava um dinheirinho. Quando vim para o seminário aqui de Azambuja, era estudante de filosofia e professor de matemática para o segundo e primeiro grau. Dei aulas por 22 anos. De matemática sempre, mas eu também lecionei geografia, história, ciências, desenho e religião. Eu queria ser padre e professor.

A sua ordenação foi aqui em Brusque?

Não, foi em Luiz Alves. Lá eu fiquei padre. Foi um dia de chuva que deu, meu Deus! Fiquei quase a manhã toda ao telefone. Na época, telefone era artigo de luxo e tinha um só no município todo, que ficava na prefeitura. Então, passei a manhã toda lá sentado esperando para conectar e para falar com Dom Afonso Niehues. Precisava dizer para ele passar por Blumenau e explicar o outro trecho, mas não consegui e ele foi pelo trajeto que sabia. Chegou lá com a batina de lama até o pescoço. No fim, deu tudo certo. Só que eles estavam preparando a estrada para o asfalto, então era lama para mais de metro. O carro enguiçou, foi puxado por um trator, e assim foi. O Dom Afonso teve até que empurrar o carro e o motorista. Era muita chuva.

Depois que o senhor foi ordenado padre continuou lecionando?

Aí o arcebispo, Dom Afonso Niehues, me nomeou como padre formador aqui no seminário de Azambuja e auxiliar do santuário em 1979. Aí eu dei aula por mais quatro anos. Em 1984, começo de 1985,

ele me deu a nomeação de administrador geral de Azambuja, dos bens da Mitra em Azambuja. Ou seja, de todo o complexo, o santuário, o seminário, o hospital e a fazenda, mas com o passar do tempo o hospital foi crescendo e contratados outros gestores. Eu fiquei ainda com a fazenda e o hospital, mas do lado de lá da rua, agora não é nada mais comigo: o seminário e o santuário não estão comigo hoje. Eu ajudo a rezar missa só, mas administrativamente falando não tenho mais nada a ver com festa, com essas coisas. Só o hospital.

Como era o professor Nélio?

Como é que eu vou lhe dizer, eu como professor sempre fui muito exigente, mas muito bondoso também. Então, os alunos gostavam muito de mim. Ainda os meus ex-alunos gostam muito de mim. Quando tem encontro de ex-alunos, que ficaram padre ou se casaram, vêm aqui com suas esposas e filhos, eles se entendem muito bem. Era assim, trabalho é trabalho, lazer é lazer. À noite o pessoal se amontoava no meu quarto, para ver televisão. Eu brincava com eles, pegava a borrachinha de dinheiro atrás da orelha, eles faziam o mesmo comigo na hora do intervalo das aulas. Depois batia o primeiro sinal e cada um ia para o seu lugar. No seminário batia o primeiro sinal e cinco minutos depois o segundo. Então, todo mundo ia para o seu lugar, mas eu não me incomodava por causa disso: o pessoal sentava no chão, na cadeira, na poltrona... Sempre me dei bem com os alunos, muito bem.

O senhor teve três ofícios ao longo da vida: professor, padre e administrador. Em algum deles se sentiu mais realizado?

Olha, o que mais no fundo eu gostei foi o magistério. Foi o que eu mais fiz também. Mas eu como padre também né. Não é que eu desgoste, mas como padre eu me saí bem na formação, no magistério.

Como padre, em algum momento o senhor sentiu falta de ter a sua própria família ou de casar?

Olha, é assim: ao longo do tempo eu nunca morei sozinho, sempre tive uma vida muito ativa, então isso facilita para a gente ficar dentro

do esquema. O que a gente percebe no meio, é quando os padres começam a se isolar, então vem esse problema de família, que não é problema, é uma coisa natural. Agora como eu sempre digo, muito relativo, o relacionamento com os padres, eu hoje moro aqui na rua do cemitério, mas os padres vêm muito à minha casa.

O senhor mora com quem?

Eu tenho uma empregada, que me ajuda, bem idosa. E tenho uma faxineira que vem duas vezes por semana para ajudar a limpar e fazer os serviços mais pesados. Eu morei 30 anos lá na fazenda. Mas com o passar do tempo a idade foi chegando, as doenças... Lá em cima do morro a casa era muito boa, mas era muito afastada.

Como é o seu dia a dia hoje?

Hoje eu tenho uma vida mais sossegada. Venho de manhã para o hospital. Quando não tem muito horário, venho mais tarde porque tenho que fazer fisioterapia. Sou obrigado a me cuidar. Fui operado do coração duas vezes, tenho uma outra doença de uma bactéria, que me deixou atrapalhado. Então tem que confiar nos assessores. Eu vou fazer 70 anos. Estou bem, mas não sou mais criança.

Em 37 anos do hospital Azambuja, como o senhor avalia a trajetória do hospital para Brusque e região?

Bom, o hospital é da Mitra. Por isso, a preocupação que se tem é atender também a classe menos favorecida. Atende-se os mais abastados, para a gente poder suprir as necessidades dos mais pobres, então vai levando. Ao longo do tempo, muitas foram as dificuldades: o governo municipal, estadual, falta de verba, pagamento do SUS muito precário, muito escasso. A limitação de verba e de pagamento. Então, o hospital passou pelas mais variadas dificuldades, mas com a colaboração da comunidade, que sempre foi muito atenta às necessidades – jamais posso reclamar que a comunidade não colaborou comigo em vista da instituição, muito pelo contrário, eu sempre tive o apoio de católicos

e não católicos. Ainda agora foi feita uma campanha encabeçada pelo empresariado, para a reforma do hospital, emergência, UTI e assim por diante. A gente foi muito bem sucedido, conseguiu arrecadar quase R\$ 6 milhões.

A pandemia de Covid-19 é o maior desafio que o hospital já enfrentou?

Por enquanto, a gente está conseguindo atender as pessoas, às vezes com mais ou menos dificuldades, mas vai se levando. São muitos doentes e com o coronavírus, passou a ser muito, muito. Isso deixa a gente preocupado, pois existe a falta de mão de obra. A irmã, que é chefe de enfermagem, trabalha 24 horas por dia, porque tem que ter gente atenta o tempo todo. Isso tudo é uma dificuldade, médico na cabeceira dos doentes, na UTIs. A gente vai se acostumando aos desafios ao longo do tempo, esse (a pandemia) foi um desafio a mais. Em questão de doença, parece que essa tira todo mundo do sério. É uma coisa que não dá para sair no corredor, essa máscara (aponta para a máscara que está utilizando) atrapalha para mais de metro. Faz um tempão que eu não vou mais ao corredor lá na frente, para não passar no meio dos pacientes com Covid, por causa das limitações que eu tenho. Sou de altíssimo grupo de risco: só tenho uma veia no coração, tenho pressão alta, sou diabético, cardíaco... então pegar Covid é subir o morro (do cemitério).

O senhor tem medo desta doença?

O que eu vou lhe dizer, o meu medo não é de morrer, nunca tive medo de morrer. É aquilo que chega até a morte: a falta de ar, o sofrimento, essas coisas assim. Então, disso eu tenho medo, isso realmente eu tenho. Se eu lhe disser que não, é mentira. A morte faz parte da vida, não vou dizer igual ao Bolsonaro (presidente da república) que dá uma risadinha. Não, mas eu já enterrei tanta gente, então a morte faz parte da vida. Mas quem é que quer morrer? Quem quer morrer é porque sofre de um distúrbio mental, é diferente, é outro caso. Agora esse

pavor da morte é outra situação psiquiátrica, é o outro lado da coisa. Vejo a morte com tranquilidade.

Esta tranquilidade que o senhor tem em relação à morte, o senhor atribui à religião?

Não sei, porque eu conheço bispos que têm muito medo da morte. Se falar de morte eles tremem. Então acho que isso depende um pouco de pessoa para pessoa, não é menosprezar a morte, nada disso, mas no fim, o padre se acostuma com ela. Ele vai fazer um enterro, sai do cemitério e vai fazer um batizado, depois faz um casamento. No outro dia de manhã cedo já tem enterro, tem festa... Então, eu não posso chorar com todos os mortos, não dá. É diferente quando morre um familiar, aí a gente está envolvido emocionalmente. Tive um professor, que hoje é arcebispo de Aparecida, que dizia para a gente cuidar, pois geralmente no cemitério, o único insensível é o padre. Então, tem que cuidar o que diz em um velório, para não ocorrer nenhuma ofensa. Tem coisas que eu posso dizer dois, três dias depois do sepultamento do familiar, mas não posso dizer naquela hora. É preciso sensibilidade. Se não a gente faz igual ao Bolsonaro, diz bobagem e como diz, perde a oportunidade de calar a boca.

Como o senhor avalia a questão política hoje no Brasil?

O que eu vou lhe dizer sobre isso? Eu não entendo muito de política. Meu pai foi político, quando eu tinha uns nove anos e não me agradou aquele período. O que eu vejo da situação hoje, é que nós temos uma situação muito complicada, eu percebo que o nosso presidente (da República) diz coisas desconexas, que não têm nada a ver uma coisa com a outra. Ele parece que não sabe o que está falando. Aí vem o outro lado, o extremo oposto, que é o Lula. Ele já agrada, porque é um líder nato. Nunca votei nele, mas a maneira de se comunicar e se expressar é de forma muito diferente. Fora isso, eu vejo a situação geral com bastante preocupação. No que se refere aos políticos, penso que as palavras comovem e os exemplos arrastam. Faltam bons exemplos.

Neste momento de pandemia, o senhor acredita que a religião ajuda o brasileiro a enfrentar a situação?

Eu acredito que a pessoa que tem fé, independente de crença religiosa, sempre enfrenta as dificuldades com maior tranquilidade. Não quer dizer que seja fácil, mas aceita e resolve com mais facilidade. O que tem valor mesmo é a fé. É o que eu penso, de uma forma muito primária.

O senhor vê a religião de forma plural. Esse é um reflexo da sua infância?

Olha, eu tenho aqui no hospital mais ou menos 40 pastores de religiões diferentes credenciados. Nunca tive problema com nenhum deles. Eles vêm aqui, nós conversamos... Se a gente for defender princípios vamos brigar, porque o pastor não vai me convencer e eu não vou convencer o pastor. Então temos que nos ater ao ponto comum. Acho que é por aí.

Diferente dos outros padres, que são transferidos com frequência, o senhor está em Brusque há muitos anos, né?

Eu gosto de Brusque, gosto muito! Faz tempo que estou aqui, faz 42 anos. Eu nunca fui transferido por causa da função. Fiquei padre, vim para cá e aqui fiquei. Então, não é agora também que eu vou aceitar transferência. Depois de velho eu não vou me meter a cuidar de uma paróquia. Eu sempre gostei daqui e sempre me acertei bem com a comunidade. Gosto da comunidade. Tenho muitos amigos aqui em Brusque. Se eu lhe disser que teve uma empresa que não me recebeu até hoje eu estou mentindo. Todos sempre me receberam muito bem. Por isso, eu sou muito grato. Só que eu sei o meu lugar também, não vou entrar exigindo. Já vendi rifa para esses empresários todos e sempre dei conta da minha função. Então, um pouco é o meu jeitinho de levar.

Tem algum sonho para realizar?

Não, agora eu tenho uma vida segura, não me falta nada. Tanto que quando eu comprei a minha casa ganhei quase tudo dos empresários da cidade: telhado, cimento, tinta, piso... praticamente tudo. Tenho uma casa boa. Claro que para um mais enjoadinho não ia servir, mas para mim está ótima. Então eu gosto, eu me acerto com a cidade, não tenho o que reclamar da vida.

Sente-se realizado olhando a sua trajetória?

Me sinto realizado com aquilo que eu fiz. Como é que eu vou lhe dizer, se fosse outro no meu lugar, teria, de repente, feito diferente, mas eu fiz, eu desenvolvi, eu desempenhei todo o meu esforço, para fazer da melhor forma que estava dentro das minhas condições. Por isso, eu me sinto contente, realizado. Quanto ao hospital, vejo como cresceu nesse tempo. Claro que não é só esforço meu, lógico que não, é esforço de muita gente, mas eu estava na cabeça. Então a gente procura não aparecer muito, pois cada um tem o seu lugar.

Que mensagem o senhor acha importante passar para as pessoas?

Jesus, Maria e José! Agora você me aperta. Eu não pensei assim no assunto, mas eu sempre digo que a gente deve, dentro do modo de ser e pensar, a gente tem que agir com os conhecimentos que tem, de forma simples, querendo o bem do próximo. Fazendo o bem ao outro e fazendo que o outro viva melhor. É isso que eu procuro fazer: do mais humilde ao mais abastado, sempre podemos ajudar o outro de alguma forma. Só depende da gente. Em poucas palavras é isso, querer sempre fazer o bem.



Por 22 anos, Padre Nélcio foi professor e lecionou matemática, geografia, história, ciências, desenho e religião



Filho de luteranos, padre Nélcio foi ordenado em julho de 1979

Filatelía

Jorge Paulo Krieger Filho*

No ano de 2020 ocorreu em Brusque o lançamento de dois selos postais comemorativos personalizados, ambos idealizados pelo Clube Filatélico Brusquense, em 21 de julho e 3 de agosto, alusivos aos 85 anos de fundação do Clube e dos 60 anos do Museu Arquidiocesano Dom Joaquim, respectivamente.

85 Anos do Clube Filatélico Brusquense

No dia 21 de julho de 2020 o CLUBE FILATÉLICO BRUSQUENSE, o mais antigo de Santa Catarina, completou 85 anos de fundação. A Administração da Sociedade, que havia programado um evento festivo para lembrar tão importante data, devido às restrições impostas pela pandemia da Covid-19 restringiu a comemoração aos membros da Administração, com estrita observância das medidas profiláticas recomendadas pelas autoridades sanitárias.



*O autor é economista formado pela FURB-Fundação Universidade Regional de Blumenau e Presidente do Clube Filatélico Brusquense.

Durante o evento, que ocorreu na sede do Clube, com início às 10 horas, foi lançado um carimbo comemorativo emitido pelos Correios do Brasil, com o apoio da FEBRAF – Federação Brasileira de Filatelia, além de um envelope e selo personalizado alusivos à efeméride.

O presidente do CFB, Jorge Paulo Krieger Filho, lembrou em breves palavras a trajetória da Sociedade desde a sua fundação até os nossos dias, enfatizando a contribuição do CFB à filatelia, à numismática, à cartofilia e ao colecionismo em geral. Na sequência, foi oficialmente apresentada a bandeira do Clube, tendo o secretário Carmelo Krieger discorrido sobre a heráldica daquele símbolo.

Na continuidade da sessão, o associado Rafael João Scharf apresentou as características do selo personalizado e do carimbo comemorativo que foram, então, oficialmente lançados.

As obliterações ocorreram ao som do hino oficial da cidade de Brusque, que engrandeceu o ato, tendo a primeira sido realizada pelo Presidente do Clube Filatélico Brusquense, Jorge Paulo Krieger Filho, seguido pelos associados Nilo Sérgio Krieger, Jorge Bianchini, Rafael João Scharf, Carmelo Krieger, Gaspar Eli Severino e Ricardo José Scharf. Também participou da cerimônia o Sr. Rodrigo Cesar Barreto Pereira, gerente da agência dos Correios de Brusque, que prestou grande apoio ao evento.

Na ocasião, o Clube Filatélico Brusquense homenageou com a outorga de um DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO os seus fundadores (in memoriam), Filatelistas, além de pessoas e entidades que se destacaram no âmbito da filatelia, da numismática e do colecionismo em geral.

O Clube Filatélico Brusquense foi fundado no dia 21 de julho de 1935. Era um domingo ensolarado na bucólica e pacata cidade de Brusque quando quatro jovens (Ayres Gevaerd, Érico Jorge Krieger, José Boiteux Piazza e Oscar Gustavo Krieger) idealizaram a fundação de um Clube para reunir colecionadores de selos, moedas e cartões postais, nascendo assim, o Club Philatelico Brusquense.

Concretizada a ideia, os fundadores logo trataram de redigir o Estatuto Social, que foi aprovado no dia 1º de setembro daquele ano, bem como preenchidos os cargos da Diretoria, que ficou assim constituída: Presidente – Érico Jorge Krieger; Secretário – Ayres Gevaerd; Tesoureiro – Oscar Gustavo Krieger; Diretor de Trocas – José Boiteux Piazza.

Sempre associando cultura e conhecimentos com a filatelia, o CFB tem realizado e participado de vários eventos homenageando fatos importantes ou datas históricas da comunidade, seja através de lançamento de peças filatélicas ou promovendo Mostras Filatélicas Temáticas. O objetivo é deixar para o futuro o registro dos acontecimentos do presente.



Lançamento do carimbo de 1º dia de circulação alusivo aos 85 ANOS DE FUNDAÇÃO DO CFB – primeira obliteração efetuada pelo presidente Jorge Paulo Krieger Filho (centro), acompanhado pelo gerente da Agência dos Correios de Brusque, Rodrigo Cesar Barreto Pereira e pelo secretário da Sessão Solene, Carmelo Krieger (sentado).

Texto publicado no BOLETIM FILATÉLICO nº 32 – Julho/Agosto de 2020

60 anos do Museu Arquidiocesano Dom Joaquim



Museu Arquidiocesano Dom Joaquim - Azambuja Brusque. Fundado em 1960

Localizado em Brusque, Santa Catarina, o Museu Arquidiocesano Dom Joaquim, mais conhecido como Museu de Azambuja, completou 60 anos de atividades no dia 3 de agosto de 2020. Inaugurado em 1960 durante os festejos do 1º centenário de Brusque, o Museu de Azambuja possui um dos maiores acervos de Arte Sacra do sul do Brasil.

Para homenagear o Museu, o Clube Filatélico Brusquense lançou naquela data um selo postal personalizado, emitido pelos Correios do Brasil, alusivo ao 60º (sexagésimo) aniversário de sua inauguração. O evento, realizado na sede do Museu com o apoio da Agência dos Correios de Brusque, foi restrito a poucas pessoas devido à situação epidemiológica da Covid-19.

Dentre as inúmeras obras expostas no Museu Arquidiocesano Dom Joaquim, foi escolhido para ilustrar o selo postal personalizado o quadro SAGRADA FAMÍLIA, por representar “o respeito, o amor e a veneração mútua que deve existir entre as famílias”, que é a base da Sociedade.



A tela (64 x 58 cm), exposta na sala da pinacoteca, é uma aquarela sobre cartão pintada em 1917 pelo alemão Heinrich von Graf, que na época se achava internado para tratamento de saúde na Santa Casa de Misericórdia de Brusque.

A concepção da peça filatélica foi idealizada pelo artista gráfico Fagner Maximo da Silveira, de Criciúma/SC.

O ato de obliteração contou com a participação dos Reverendíssimos Padres José Henrique Gazaniga (Diretor do Museu), Francisco de Assis Wlock (Reitor do Seminário de Azambuja), Alvino Introvini Milani (Vigário do Santuário de Azambuja) e os Senhores Carmelo Krieger (Diretor do Instituto Aldo Krieger – IAK), Ricardo José Scharf (Presidente da Sociedade Amigos de Brusque/Museu Casa de Brusque) e Jorge Paulo Krieger Filho (Presidente do Clube Filatélico Brusquense).

Após o evento foi servido um lanche aos presentes.

O imponente prédio do Museu abriga também coleções nas áreas da botânica, zoologia, arqueologia, história, dentre outras.



Padre José Henrique Gazaniga obliterando o selo personalizado, ao lado do Gerente da Agência dos Correios de Brusque, Rodrigo Cesar Barreto Pereira (esquerda)

Texto publicado no BOLETIM FILATÉLICO nº 33, Setembro/Outubro de 2020

Morando em Brusque há 50 anos

Marcos Eugênio Welter*

Vim para Brusque no ano 1969, há 50 anos, para trabalhar no Banco do Brasil.

Passei a morar na pensão da Da. Irene Mayer, que ficava ali na esquina da rua Paes Leme, meu companheiro de quarto era o Juarez Aumond, hoje renomado geólogo.

A Da. Irene trabalhava na Loja da Büettner, que ficava na av. Cônsul Carlos Renaux.

Depois me mudei para o Edifício Centenário, que era o único prédio da cidade de Brusque, que tinha na época 33.000 habitantes.

Os táxis eram carros de mola puxados por cavalos, e na av. Cônsul Carlos Renaux o trânsito tanto ia quanto vinha, não tinha movimento para justificar mão única.

O único guarda da cidade era o Sr. Fischer, que usava uma farda verde, morava numa rua em frente ao Tiro de Guerra, cujo maior trabalho era, eventualmente, ajudar uma pessoa idosa a atravessar a rua e também multava os proprietários de bicicletas que estacionassem na contramão (sim, as bicicletas tinham placa).

O Banco do Brasil funcionava ali junto da Confeitaria do Sr. Alfredo Kohler. Ah, como eram deliciosas as famosas empadas do Kohler, preparadas com muito carinho pela Da. Olga, que sempre com seu avental, estava sentada junto a uma das mesas dando aquela polida nas taças.

*O autor é Patrono Nacional dos Elos Escritores e Presidente da Academia de Letras do Brasil, seccional Brusque (SC).

Com os tempos foi construída uma nova agência para o Banco do Brasil, ali onde depois passou a funcionar o Besc. Naquele tempo o dinheiro circulava em grande quantidade, os clientes vinham depositar verdadeiras tijoladas de dinheiro.

Quando fizemos a mudança do Kohler para a nova agência, para transportar o dinheiro conseguimos um carrinho de quatro rodas puxado por um braço. Empilhamos aquelas tijoladas de dinheiro, colocamos uma lona por cima e levamos pela calçada até o destino. Não havia a mínima preocupação com segurança.

Na carteira rural fazíamos o financiamento de 1.700 contratos agrícolas, desde grandes até pequenos produtores (quando me aposentei, face mudança na política do governo, financiávamos só 17 contratos rurais).



Praça central de Brusque. Cartão postal, década de 1970

Acervo: Casa de Brusque

Bem, aquela agência que depois passou a ser ocupada pelo Besc, na subida da rua que vai para o Colégio São Luiz passou a ficar pequena, havia necessidade de construir uma maior.

Eu e o Sr. Walmor Wellwock, que era o gerente na época, decidimos que a nova agência do Banco do Brasil seria nos fundos dos Correios, onde está hoje. Muitos me diziam:

– Você não se dá conta de que todos os bancos ficam na av. Cônsul

Carlos Renaux e é lá que tem que ser construída a nova Agência?

Eu argumentava:

– Pensa no futuro, haverá muitos automóveis, faltará lugar para estacionar os carros. Penso que acertamos na decisão.

Passei a trabalhar como tesoureiro, meus amados filhos Marlon, Maicon e Rodrigo, quando saíam da escola às 11h30, vinham ao Banco me esperar para irmos para casa ao meio-dia.

Na tesouraria viam aquelas pilhas de dinheiro empilhadas até o teto.

Nos fins de semana, no verão, íamos à praia e eu comprava só um picolé para cada um por dia. Quando eles me pediam depois de horas outro picolé eu dizia que não tinha mais dinheiro, então, me perguntavam:

– Como não tem mais dinheiro, e aquelas pilhas de dinheiro com que você trabalha?

Foi fácil fazê-los entenderem que o que é meu é meu, e o que não é meu, não é meu.

– Como era delicioso o Churrasco do Lamim, que ficava na rua Rodrigues Alves, próximo à casa do Sr. Henrique Brattig, que era dono do Cine Coliseu e também proprietário da concessionária Volkswagen, onde os mais abastados iam comprar seu Fusca novo.

Naquela época o padeiro com sua carroça, no alvorecer do dia, vendia o pão nas casas. Nos fundos da Igreja Matriz São Luiz Gonzaga havia um cemitério junto à rua Padre Gatone e cavaram uma sepultura bem rente à rua para enterrar alguém no dia seguinte. Acontece que naquela noite um bêbado passando caiu justo naquela sepultura e ali dormiu. Acordou na manhã seguinte bem na hora em que passava o padeiro, saiu do túmulo, ainda estava meio escuro e perguntou:

– Ei, que horas são? O padeiro, desesperado, pensando que fosse um fantasma, desceu aquela rua, morro abaixo, a toda velocidade e foi parar só no meio da praça, com as rodas da carroça arrebitadas.

– O prefeito da época era o Sr. José Germano Schaefer, que abriu a rua em frente ao Pavilhão da Fideb, e como ele era mais conhecido

como Pilolo, apelidaram a rua de Trans-Piloliana, pois naquele período estavam construindo a Transamazônica.

– Num sábado do mês de agosto fui levar as crianças para serem benzidas (sim, naquela época isto era comum), fui ao bairro Santa Terezinha, na casa da mãe do Sr. Gregório Walmor Vechi, ele um próspero comerciante de terras, ela após os benzimentos ouviu trovoada e falou:

– “Lua de agosto trovejada, nove luas molhadas”, eu perguntei como assim, ela disse que quando dá trovoada no dia de lua cheia em agosto, nos próximos 9 meses, no dia de lua cheia dá trovoada. (Como nos fazem falta os sábios ensinamentos dos antigos). De lá, fomos à Limeira onde havia um ranário, criação de rã. Quando voltamos, a mãe das crianças perguntou – onde vocês foram? Aí um filho pensou, coçou a cabeça e respondeu:

– Fomos num sapódromo.

O Sr. Zepin Bianchini tinha um restaurante aqui em Brusque e também lá em Ribeirão do Ouro tinha extração de ouro, aquelas calhas de madeira sobre as quais corriam água e cascalho de onde às vezes aparecia algo brilhante, era o ouro (como nos filmes de far-west americano).

O Sr. Henrique Moritz, que morava na rua das Carreiras, hoje rua Hercílio Luz, circulava tranquilamente pelo centro com sua pasta e vendia ouro sem nunca ser molestado.

Cometa Halley – tive o privilégio de ter a amizade do Dr. Erich Walter Bueckmann, a única pessoa que conheci que viu passar duas vezes o cometa Halley (que só é visível da Terra a cada 75 anos).

Havia figuras folclóricas como o Sr. Pedro Pellenz, que era oleiro na rua São Pedro, vinha sempre para o “centro” de terno, mas calçando uma alpercata grossa de couro que tinha uma tira para segurar no calcanhar, trazia junto sempre um guarda-chuva e cumprimentava todas as crianças.

O Jorginho vivia na praça do centro e quando alguém fazia prrrr..., isto o irritava, ele puxava um facão e saía correndo atrás. Nunca machucou ninguém.

A enfermeira do médico Dr. Carlos Moritz era a competente Da. Fidélis Welter Beduschi que aplicava as injeções. Um dia fui consultar com Dr. Carlos, pois tinha problema de hemorroida e dois médicos anteriores falaram que eu teria que operar. O Dr. Carlos Moritz perguntou como era o meu lazer, falei pescar, aí ele perguntou que posição eu ficava, eu disse que dentro da canoa, de cócoras. Aí ele falou:

– Então você fica duas horas forçando as coisas para saírem e não quer que saiam. Mude este hábito. Realmente me recuperei sem jamais ter operado.

Sinto saudades de certos profissionais muito competentes que já tivemos.

A saudável rivalidade entre os torcedores dos times de futebol deixaram saudades, de um lado as famílias dos que torciam pelo o Paissandu, o verdão, e do outro a turma do Carlos Renaux, carinhosamente conhecido como “Carrenô”, às vésperas dos jogos faziam alegres carreatas.

Footing – As moças caprichavam na “roupa de domingo” para desfilar na avenida Cônsul Carlos Renaux, elas iam por um lado da rua e os rapazes voltavam pelo outro lado, trocavam olhares que demonstravam interesses, isto antes do horário do cinema, que era para onde todos iam após. O Footing ia do começo da avenida Cônsul Carlos Renaux, na Confeitaria Razibel, da Da. Zitha Imhof, que fazia deliciosos confeitos, e que em 1971 emprestou sua Kombi Zero Km para sua filha Coka e seu genro Djalma Olinger, mais eu e esposa, além de um casal de amigos, viajarmos a São Paulo onde acampamos junto à pista de Interlagos para assistirmos a uma prova de Fórmula 1.

O amigo Djalma, também funcionário do Banco do Brasil, abriu o primeiro carro de lanches de Brusque, ficava na avenida Cônsul Carlos Renaux, esquina com Monte Castelo, do outro lado da rua do

Restaurante do Fuzon, em meio a um bosque, um lugar apazível com muitos pássaros e para homenagear sua esposa Coka, deu o nome de Cako Lanches.

Consegui resistir à pressão para ocupar uma gerência do Banco do Brasil numa cidade maior, e me aposentei nesta que tão bem me acolheu.

Meus filhos Marlon, Maicon e Rodrigo representaram o Brasil em Campeonatos Mundiais de bicicross durante 15 anos, tendo conquistado os títulos de Campeões Brasileiros por 17 vezes, além de Campeões Panamericanos, Campeões Sul- Americanos, Vice-campeão Mundial e Campeão Mundial.

Representei, na qualidade de Delegado da Confederação Brasileira de Bicycross, os interesses esportivos nacionais em congressos e conferências nas cidades mais importantes do mundo.

Sempre engajado com os interesses da comunidade e dos esportes, fui condecorado em São Paulo no grau de Comendador do Mérito Cívico e Cultural.

Presido a Academia de Letras do Brasil Seccional de Brusque, fazendo também parte do Conselho Superior Internacional, sendo Patrono Nacional dos Elos Escritores, além de membro do Círculo Universal dos Embaixadores da Paz (Paris 14/11/2013).

A Câmara de Vereadores de Brusque me concedeu em 01/08/2019 o título de Cidadão Honorário.

Fui empossado como primeiro presidente do Círculo Bom Samaritano de Brusque.

Eu precisava fazer algo marcante por esta maravilhosa cidade, então compus o “Hino do Rio Itajaí-Mirim”. A letra está pronta, com um maestro para elaborar a música.

Pelas maravilhosas obras em prol dos carentes de Moçambique na África, fiz a indicação em Oslo, na Noruega, da missionária Irmã Emília Welter ao Prêmio Nobel da Paz.

Meus agradecimentos a todos vocês que há 50 anos me acolheram nesta maravilhosa terra. Conheço 70 países e afirmo que AQUI É O MELHOR LUGAR DO MUNDO.

U-boot em Brusque

Nilo Sérgio Krieger*

Devido aos torpedeamentos de navios brasileiros por submarinos alemães, em agosto de 1942 o Brasil declarou guerra à Alemanha. Pois bem; houve mobilização geral. Foram convocados todos os reservistas dos últimos cinco anos, ou seja, de 1941 até 1937.

Meu pai havia servido no Tiro de Guerra nº 317 de Brusque em 1934. Como ele dizia, se a guerra tivesse durado mais um pouco, teria “entrado pelo cano”. Mas, mesmo assim, eles – os reservistas de 1934 – foram convocados para, esporadicamente, vestirem o uniforme e se armar para dar guarda em pontes e parar os poucos ônibus que vinham a Brusque para ver se havia algum espião alemão e assim por diante.

O rumor de que submarinos alemães poderiam subir o rio Itajaí-Mirim, levou-os a certa noite a montar guarda na margem do rio lá pelo Limoeiro. Lá pelas tantas avistaram uma luz dentro do rio. Foi aquela correria. Aliada a tênue luz, ouviam de tempos em tempos um “chuá”, ou seja, alguma coisa mexendo-se na água. Era preciso tomar uma providência. Fazer o quê??? Bem, a primeira idéia foi a que vingou, ou seja, entrar em contato com o “invasor”. Daí surgiram dois impasses: um de ordem legal e outro de ordem funcional. O de ordem legal era a proibição, sob pena de prisão, de falar o idioma alemão e o de ordem funcional, de quem seria o escolhido para a espinhosa tarefa. Bom, o problema de ordem legal foi resolvido, pois, se são alemães, teriam que falar com eles no idioma alemão, lógico. O de ordem funcional também foi prontamente resolvido. Embora todos falassem fluentemente alemão, a escolha do “voluntário” para entrar em contato com o inimigo foi feita pelo seguinte critério: “Nilo, tu és da cidade e estás acostumado a falar com alemães, fala com eles, diz que estamos com um batalhão e armados até os dentes, etc., etc.” Assim o franzino, mas valente e bravo soldado, hábil no manejo da fita métrica e tesoura, visto ser alfaiate de berço e profissão, armando-se de coragem,

*O autor é advogado e membro do Clube Filatélico Brusquense

iniciou mais ou menos o seguinte diálogo, gritando em alemão: “Wer kommt da?”, ou seja, quem vem lá? Logo se ouviu uma resposta: “Ich” – eu. A partir dessa resposta dada em alemão, os bravos soldados tiveram certeza de que estavam tratando com alemães. Mas, o diálogo continuou: “Ich Wer?”, eu quem?, retrucou o soldado brasileiro. “– Adolf”, veio a resposta do meio do rio. Aí foi de matar; só falta ser o dito cujo, pensaram eles. Que azar filho da puta! Adolf Hitler? Reperguntou timidamente o valente alfaiate, que tentou falar grosso e firme, mas a voz saiu fina e titubeante. “Nein, nein!!!! Adolf Moritz; ich bin musiker in Brusque, Ich spiele Klarinette” – não, não!!!! Adolfo Moritz, sou músico em Brusque, toco clarinete. Que alívio... Passado o susto gritaram, Adolfo, seu filho da puta, quase nos mataste de susto, pensamos que eram alemães. Quem está aí? retrucou o Adolfo. Nós, Nilo Krieger, fulano, sicrano e beltrano. Pô, quase me caguei na calça por causa de vocês, também pensei que fossem os alemães. Finalizando, era o Adolfo Moritz pescando numa canoa, com um lampião e dando umas tarrafeadas, daí o chuá na água...

Refeitos do susto, os envolvidos seguiram os seus destinos: os valentes soldados do destacamento resolveram encerrar por aí mesmo o serviço. Pegaram suas bicicletas e foram para casa e o nosso pescador também resolveu por aí mesmo terminar a sua pescaria.

Assim terminou uma brilhante ação militar em terras brusquenses...



Atiradores do Tiro de Guerra de Brusque (1935)

Nilo Krieger indicado no círculo. Acervo do autor

O cinema na crônica de Ayres Gevaerd

Saulo Adami*

Existem poucos registros acerca do primeiro filme produzido em Santa Catarina. Sabe-se apenas das vistas, como sinaliza o cineasta Zeca Pires (“O Cinema em Santa Catarina”). Segundo Pires, “é possível que o primeiro filme produzido em Santa Catarina, sejam imagens apresentadas pelo Cinematógrafo Apollo com vistas de Brusque, Itajaí e arredores. E quase mais nada se sabe sobre o início da produção local”.

O historiador Ayres Gevaerd nasceu em 9 de março de 1912. Na época, Brusque conheceu as primeiras sessões de cinema, em locais de exibição improvisados. Na crônica em que resgatou suas memórias de infância e mocidade, ele falou das diversas salas de cinema que frequentou, e de suas memórias do cinema ambulante do mascate italiano José (Giuseppe) Julianelli.

A crônica foi escrita depois que Gevaerd leu uma nota no jornal “Novidades” – do Correspondente de Brusque: “Com uma casa regular, deu dois espetáculos o cinematógrafo Cilmer. A pouca claridade das vistas obriga-nos a advertir ao seu empresário, senhor Julianelli, de procurar meios de melhorar esse defeito do aparelho”.

Oriundo de San Constantino di Rivoli, na Itália, Julianelli nasceu em 19 de março de 1883, filho de Francesco Julianelli e de Angela Lagga Julianelli, tendo entrado no Brasil com seu pai, via Rio de Janeiro, como vendedor ambulante. Permaneceu no Brasil mesmo quando seu pai decidiu retornar à pátria de origem.

Por volta de 1909, Julianelli percorreu os grotões de Santa Catarina com seu “Pavilhão Recreativo”, misturando circo e cinema, com uso de um tigre de verdade e da grande novidade vinda de Paris: o cinematógrafo ou projetor de filmes, que adquiriu junto a Pathé Frères. Um panfleto correu as comunidades do interior, exaltando o célebre Rei dos ilusionistas, o inimitável Sr. Julianelli.

*Saulo Adami é escritor, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Mesmo depois do aparecimento da primeira sala de cinema de Brusque, iniciativa de Willy Sträcker por volta de 1913, as visitas de Julianelli eram frequentes, tornando-se personagem muito simpática e popular. Faleceu em Blumenau, em avançada idade.

“Willy Sträcker instalou o seu cinema no ano da inauguração da luz elétrica em Brusque, iniciativa de João Bauer. Denominou-o de ‘Cinema Moderno’ e funcionou no salão do Hotel Zum Deutscher Kaiser, propriedade de Guilherme F. Krieger, o popular e muito lembrado Schöner Wilhelm”, escreveu Gevaerd.

Registrou período de mudanças sucessivas de propriedade da única sala de cinema do município: “Rodolfo Krieger adquiriu de Willy Stracker o Cinema Moderno, que conheci funcionando no grande salão de festas do referido hotel, prédio reformado, local dos bailes promovidos pelo Clube Esportivo Paysandu nos primeiros anos de sua fundação. Por volta de 1924-1925, João Schaefer, por sua vez, comprou o cinema, transportando-o para o salão de seu hotel, com a denominação de Cine Esperança. Carlos Gracher seria seu novo proprietário, quando arrendou da família de João Schaefer o prédio para dar continuidade ao tradicional hotel. Anos depois, quando seu Carlos instalou seu próprio hotel, trouxe consigo o velho cinema”.

E teve o dia em que o cinema sonoro chegou a Brusque. “O cinema sonoro ensaiava nesse tempo os primeiros passos com a denominação de Vitaphone, sons gravados em disco girando combinados com a imagem do filme. O aperfeiçoamento, entretanto, veio logo com o Movietone, som e imagem no próprio celuloide. Entusiasmo e espírito empreendedor superaram as contínuas dificuldades do tradicional cinema brusquense. Seu Carlos mudou tudo. Reformou e embelezou o salão, adquiriu aparelhamento sonoro e mudou o nome para Cine Guarany, e no dia 3 de março de 1934 projetou o primeiro filme: “Voz do Meu Coração”. A 17 do mesmo mês, “Museu de Cera”, hoje um clássico universal. Guardo muitas recordações dos cinemas de seu Carlos, principalmente da primeira fase, do cinema mudo, é claro.

Sabia dos seus grandes dias e de seus dissabores, para os quais muito contribuí”.

Os exibidores contratavam músicos da cidade: “Os conjuntos musicais, indispensáveis no tempo do cinema mudo, eram em geral formados por um violino, um violão e um cavaquinho. O repertório musical era improvisado, de conformidade com o filme que se projetava. Uma valsa chorosa, lenta, se adaptava, por exemplo, a uma cena romântica, um final triste de romance, uma evocação saudosa. À direção do conjunto cabia muita responsabilidade e perícia na adaptação da música à imagem ou cena. Uma valsa era substituída rapidamente por um tango, uma marchinha, um maxixe, um fox, sempre de conformidade com o enredo. Às vezes, a presença do conjunto musical era duvidosa. Seu Carlos, porém, muito calmamente, colocava sobre pequena mesa uma vitrola acionada por mola e uma coleção de 10 discos, aos cuidados de um moço, com ingresso gratuito. Era um desastre, pois a música raramente se adaptava ao filme. Os protestos da plateia, fortes no início, iam acalmando lentamente, pois não havia outro jeito”.

Mas, desde aquela época, pontualidade não era o forte do mundo dos espetáculos – e a presença do delegado de polícia era uma garantia de que a ordem seria mantida, antes, durante e depois da exibição do filme: “O horário para iniciar-se a sessão era outro problema, porém perfeitamente admitido pelos tradicionais frequentadores. Tradicionais porque eram quase sempre os mesmos. Um novo espectador era sempre olhado com certa curiosidade”.

“A hora de iniciar-se a sessão já ia longe e ainda se ouvia uma sineta tocando na rua, perto da porta de entrada, aos cuidados de um guri com ingresso seguro”, prossegue o cronista. Inquirido porque não iniciava a projeção, seu Carlos, com aquele gesto de acertar as calças com os braços, o que lhe era característico, informava que certo cidadão e respectiva esposa ainda não tinham chegado... Havia também a disposição das cadeiras, tipo italianas, com assento de palha,

devidamente colocadas horas antes da sessão, com um corredor no meio. Entretanto, mal se apagavam as luzes, muitas cadeiras eram melhor ajustadas, principalmente pelos namorados, o que causava murmúrios de desaprovação dos mais velhos e melhor acomodados. Duas cadeiras não se ajustavam com as demais: reservadas para o delegado de polícia. Eram colocadas mais à frente, no lado direito, permitido ao excelentíssimo senhor Delegado melhor ‘cobertura’ dos espectadores. O inconveniente, porém, para a ilustre autoridade e sua esposa ou seu convidado, era assistir ao filme de lado!”



Com sua redação simples, mas confiável, Ayres Gevaerd – que morreu aos 80 anos, em 1992 – imprimiu às suas crônicas históricas a emoção característica de uma testemunha ocular do tempo. Escreveu o que viu e o que sentiu, com a emoção de alguém que tinha preocupação com a memória sociocultural de seu torrão natal. Por isso, nem mesmo as suas crônicas mais antigas envelheceram com o tempo.

Ayres Gevaerd foi fundador da Casa de Brusque e da revista Notícias de Vicente Só. Fotografia do acervo da Casa de Brusque.

Ampe Brusque: 30 anos em prol do crescimento das micro e pequenas empresas da região

Conheça a história da AmpeBr, que nasceu Aica, e transformou a força dos pequenos negócios em referência para o país

Carina Machado ¹

Guédria Motta ²

Taiana Steffen Eberle ³

Brusque, década de 1980. A cidade colonizada por alemães, italianos e poloneses ainda carregava o título de “Berço da Fiação Catarinense”, pelo pioneirismo e força do setor têxtil presente nas grandes indústrias, que por décadas sustentou a economia e a vida na cidade.

Entretanto, após a enchente de 1984 que assolou o município, aliada a problemas econômicos, as grandes têxteis foram impactadas e, consequentemente, geraram um grande número de demissões.

¹ A autora é brusquense, jornalista formada pela Universidade do Vale do Itajaí. Por sete anos trabalhou no Jornal O Município, empresa na qual foi repórter das editorias de Polícia, Política, Economia, Reportagens Especiais, Cadernos Especiais e atuou também como Chefe de Redação. Foi vencedora dos Prêmios de Jornalismo da Fatma (Fundação do Meio Ambiente), categoria regional, em 2009 e 2011, e do Prêmio de Jornalismo Estadual da Unimed, em 2012. Atualmente integra a equipe da Ideia Comunicação.

² A autora é brusquense, jornalista formada pela Universidade do Vale do Itajaí. Especialista em Comunicação e Arte. Trabalhou como repórter no Jornal O Município, foi assessora de imprensa do Grupo Uniasselvi/Assevim. Foi finalista do Prêmio Unimed de Jornalismo em 2014. Atualmente integra a equipe da Ideia Comunicação.

³ A autora é jornalista formada pela Universidade do Vale do Itajaí. Por dois anos trabalhou como repórter no Jornal O Município e por dois anos também atuou como assessora de imprensa na Secretaria de Desenvolvimento Regional de Brusque. Conquistou o Prêmio de Jornalismo da Unimed – Destaque Acadêmico em 2009, o Prêmio de Jornalismo da Fatma (Fundação do Meio Ambiente) na categoria Regional em 2011, e o Prêmio IGK – Instituto Guga Kuerten, em 2013. Atualmente integra a equipe da Ideia Comunicação.

Muitos trabalhadores passaram então a atuar de forma independente, já que utilizaram os valores das indenizações para investir em seus próprios negócios, em especial, comprando maquinários para a confecção de roupas.

A produção passou a ser feita nas próprias residências, nos chamados “fundos de quintal”, o que fez surgir assim em Brusque um grande número de micro e pequenas empresas.

Paralelo a isso, ainda no final da década de 1970, nasciam as primeiras empresas de confecção situadas na Rua Azambuja, no bairro de mesmo nome. Por ser uma ‘via’ que destinava ao “Vale dos Milagres” – complexo formado pelo Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio de Azambuja, Seminário Metropolitano da Arquidiocese de Florianópolis, Museu Arquidiocesano Dom Joaquim e pelo Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux – muitos moradores e principalmente turistas que por ali transitavam também começaram a adquirir produtos oferecidos pelas pequenas confecções locais. Surgia assim o chamado “comércio da pronta-entrega”, que concentrava dezenas de empresas.

Com o tempo, a grande movimentação de turistas e a necessidade de ofertar produtos variados do vestuário motivaram a abertura de novos negócios. “No início havia poucos comerciantes, mas com o tempo o movimento foi aumentando e logo era uma infinidade de ônibus de compradores que chegava todos os dias até a Rua Azambuja. Entre eles, existiam alguns “maus pagadores”. Daí iniciou um movimento para que os lojistas se unissem e tentassem se proteger contra isso, além de outras medidas que fossem do interesse em comum dos comerciantes locais”, relata o ex-presidente da Associação da Indústria e Comércio de Azambuja (Aica), Carlos Hildebrand, empresário da época.

Paralelo a isso, outros interesses também motivaram alguns empresários a se unirem no período. “Foi feita uma reunião no Bandeirante na época, onde participaram alguns expositores da então ‘Feira Industrial de Brusque (Fideb)’, que acontecia no Pavilhão em frente ao Terminal Urbano. Junto com demais empresários, convidamos esses expositores com o intuito de nos organizarmos para criar um sistema de exportação. Foram feitos mais alguns encontros e a ideia de exportar ficou de lado, até que surgiu a iniciativa de fundar a

Associação da Indústria e Comércio de Azambuja, a Aica”, relembra também o empresário, ex-presidente da AmpeBr e diretor da entidade, Luiz Carlos Rosin.

Desta forma, à medida que o comércio e as indústrias cresciam na Rua Azambuja, crescia a necessidade de união e organização dos mesmos.

Representatividade

Ainda no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, a grande quantidade de lojas localizadas na Rua Azambuja também fez surgir os Centros Comerciais, que abrigavam novos espaços, já que a via passou a ser “pequena” diante da demanda crescente. Mais de 20 Centros surgiram na época, bem como centenas de lojas. “Havia a necessidade de se organizar e dar rumo a este importante segmento econômico de Brusque. E assim, a pronta-entrega fez com que em 1990, após inúmeras reuniões, debates, conversações e, todas as providências legais, com uma diretoria provisória e a criação de um estatuto, fosse viabilizada a fundação de uma entidade, a Aica. Naquele período, a pronta-entrega era exclusivamente praticada na Rua Azambuja e suas transversais”, descreve também Anilcon Schulenburg (Nilo), empresário e ex-presidente da AmpeBr, em um editorial do jornal da entidade, em 2005.

Assim, pensando na necessidade de organizar o segmento e auxiliar as pequenas empresas de confecção do local, após a criação de uma comissão provisória, em 5 de setembro de 1990, na Sociedade Esportiva Bandeirante, foi realizada uma assembleia geral extraordinária para a reunião de Fundação e Eleição da Diretoria da Associação das Indústrias e Comércio de Azambuja (Aica).

Nasce uma entidade

Após a criação da Associação, eleição da diretoria e estatuto, teve início uma trajetória de muito trabalho, esforço e dedicação em prol dos comerciantes locais, na resolução de problemas em comum e na busca

de melhorias para as empresas integrantes, através do associativismo. “Com a associação registrada tínhamos força para fazer cobranças. E desde o início procurou-se manter melhor afinidade com todos os órgãos públicos, instituições de crédito e respeito à sociedade civil organizada. A meta principal era atuar com ênfase nos resultados econômicos das empresas associadas, resguardando-se dos interesses sociais do empresário”, relembra o senhor Nilo.

Nos anos seguintes a Aica acompanhou de perto o grande crescimento e fortalecimento do comércio da Rua Azambuja, que foi considerada “o maior shopping a céu aberto do país”, sendo referência em todo o Brasil. O trabalho sério e organizado feito pelos integrantes da associação divulgou a força do polo confeccionista em todo o país e conquistou cada vez mais a confiança dos guias turísticos, atraindo assim diariamente dezenas de ônibus de compradores, vindos de diversas partes do país, na busca de produtos da pronta-entrega: em média 70 ônibus lotados e cerca de três mil lojistas chegavam ali todos os dias.

A busca por melhores condições de estrutura da rua também virou pleito da entidade, que junto ao poder público solicitava melhorias para receber todos que tinham como destino a “Capital Nacional da Pronta-Entrega” – título que a cidade havia recebido a partir daquele momento e que foi instituído após a lei Estadual nº 13.407, de 15 de julho 2005, pelo então e saudoso governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira.

“A persistência e a coragem fizeram muita diferença nessa época e fomos agraciados em ver a entidade prosperar e crescer. Além disso, foi possível dar a oportunidade para muitas empresas, que com o tempo passaram a acreditar ainda mais no associativismo”, completa seu Nilo.

Crise e adaptação

Em meados dos anos 1990 uma nova crise impactou o setor diretamente com as mudanças nos planos econômicos do país. Aliado a isso e ao crescimento da inadimplência, em especial os cheques sem fundo, bem como a abertura do mercado para produtos têxteis de outros países, muitas empresas da localidade precisaram fechar suas

portas. O movimento de turistas e compradores também diminuiu e a Rua Azambuja já não vivia mais seus tempos de glória.

Muitos empresários que tiveram seus negócios nascidos ali passaram a investir em pontos comerciais em outras localidades, como a Rodovia Antônio Heil, que abrigou e ainda abriga dezenas de lojas e centros que se tornaram referência de compras. Com tantos espaços vagos, a Rua Azambuja também passou a ser sede de muitas salas comerciais para locação, para outros negócios, além é claro de acolher centenas de moradores, que tornaram lar o que um dia havia sido lojas e confecções.

Neste período, para minimizar os impactos da nova crise, a Aica realizou diversas reuniões, parcerias e ações na busca de auxiliar as empresas neste processo. Em 1995 chegou a criar o “Conselho Consultivo da Aica”, em prol da organização e melhorias no setor, da mesma forma que criou uma “Central de Informações Cadastrais”, que reunia informações em um sistema integrado para consultas de empresas sobre inadimplência.

Diante do cenário e, com o intuito de ampliar sua linha de atuação, conquistar mais associados e poder atender outras micro e pequenas empresas de setores diferentes do da pronta-entrega, a partir de 1996 a Aica iniciou as discussões para se renovar e fazer parte da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Fampesc).

Os planos para a mudança da entidade se intensificaram, já que os objetivos também eram ter uma entidade mais moderna e abrangente, fortalecendo sua representatividade. “A consciência de associação, de associativismo, era muito baixa nessa época. Havia duas entidades mais antigas, a ACIBr e a CDL, que nos davam uma boa abertura, participávamos como convidados das reuniões delas inclusive. Mas, depois que nos tornamos Ampe e começamos a Pronegócio é que a entidade começou a se expandir. Fico muito feliz ao ver todo esse crescimento da AmpeBr, e o caminho que ela seguiu”, contribui o também ex-presidente, Roberto Gaspar.

Associação para todos

Assim, em 6 de fevereiro de 1997, na gestão do então presidente Roberto Gaspar, foi realizada uma assembleia geral extraordinária que fez a alteração dos Estatutos da Associação das Indústrias e Comércio de Azambuja (Aica). A reunião, realizada na sede da entidade, onde a AmpeBr funciona até hoje, decidiu então pela transformação da Aica em Associação das Micro e Pequenas Empresas de Brusque e Região (AmpeBr), aliada assim à Fampesc.

A partir daí a AmpeBr passou também a abranger sua área de atuação, não só em Brusque, mas também em Guabiruba, Botuverá e Nova Trento, tendo como objetivo “congregar as micro e pequenas empresas dos municípios citados e redondezas, objetivando a promoção social e econômica, estimulando o desenvolvimento e defendendo o interesse de seus associados”. Nascia assim a AmpeBr, que ao longo da caminhada consolidou ainda mais a força do associativismo local, colocando novamente o nome de Brusque no cenário nacional e internacional da moda e representando a força das micro e pequenas empresas da região.



No início dos anos 1990 a Rua Azambuja foi considerada “o maior shopping a céu aberto do país” e recebia em média 70 ônibus lotados e cerca de três mil compradores

Ex-presidentes da AmpeBr

Carlos Reinoldo Hildebrand - Gestão 1990/1991 – 1991/1992

José Luiz Cunha - Gestão 1992/1993

José Angelo Voltolini - Gestão 1993/1994

Rogério Schwinden - Gestão 1994/1995 - 1995/1996

Roberto Gaspar - Gestão 1996/1997

Ailton Grippa - Gestão 1997/1998 – 2001/2002

Tarcísio Tomasi – Gestão 1999/2000

José Augusto Guireli – Gestão 2003/2004

Anílcon Schulenburg - Gestão 2009/2010 – 2011/2012

Luiz Carlos Rosin – Gestão 2005/2006 – 2007/2008 – 2013/2014 – 2015/2016

Ademir José Jorge - Gestão 2017/2018 - 2019/2020

Pronegócio: de Brusque para o Brasil

20 de agosto de 1997. Em pleno governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o “pai do Plano Real”, implantado três anos antes, o Brasil acompanhava as notícias da privatização de empresas estatais nas telas da TV e nos jornais, quando a AmpeBr dava início a uma nova história: a realização da primeira Pronegócio – Rodada de Negócios de Confeção.

O evento era uma novidade para as micro e pequenas empresas do ramo de confecção, que sobreviviam às instabilidades econômicas e necessitavam com urgência de uma nova possibilidade de vender sua produção. Porém, o modelo da Pronegócio causou certa estranheza, afinal, seria a primeira vez em que colocariam, em um mesmo espaço, fabricantes e clientes lojistas para negociar. Mas a diretoria da AmpeBr estava confiante de que a rodada daria certo, apesar do pouco tempo efetivo de preparação.

A ideia da Pronegócio foi inspirada em um evento realizado na

Argentina, meses antes. Na época, o então diretor da AmpeBr, Luiz Carlos Rosin, foi um dos empresários convidados pela Fampesc para participar do evento no país vizinho. “Foram 30 empresários brasileiros de diversas cidades de Santa Catarina, como Blumenau, Joinville, Araranguá, Jaraguá do Sul, Florianópolis, entre outras, que representavam alguns setores da indústria. Quando chegamos a Buenos Aires, havíamos nós, prontos para vender nossos produtos e mais outros 30 empresários da Argentina que também estavam lá para vender. Infelizmente o evento não deu certo, mas a ideia de uma rodada de negócios era boa, e estava convicto de que seria algo interessante para realizarmos em Brusque. Voltei para a cidade, conversei com a diretoria da AmpeBr sobre a rodada que não tinha dado certo e sobre a possibilidade de aperfeiçoarmos este modelo de evento para gerar negócios às empresas. Vivíamos uma época difícil no ramo de confecção, com poucos pedidos, a Rua Azambuja em crise, estavam todos buscando formas de vender e sobreviver”, lembra Rosin.

Na ocasião, a entidade passava por uma mudança na presidência: saía Roberto Gaspar e entrava o empresário Ailton Gripa. Gaspar se recorda da reunião realizada entre os diretores e o consentimento unânime de tentarem realizar a rodada de negócios em Brusque. “Nós achamos a ideia viável e interessante, porque o que precisávamos era alavancar vendas, estávamos passando por um período bem complicado em Brusque. Acatamos a ideia e tocamos em frente”, conta.

O passo seguinte foi reunir o então presidente da Fampesc, Haroldo Neitzke e os diretores da AmpeBr, para uma conversa sobre os preparativos da rodada. “Nessa reunião seu Haroldo trouxe um convidado que havia organizado a rodada na Argentina. Quando falamos que faríamos uma rodada, em 45 dias eles nos disseram que estávamos loucos, já que eles tinham levado seis meses nos preparativos em Buenos Aires e que acabou não dando certo. E passados 45 dias dessa reunião, estávamos todos no Bandeirante (Sociedade Esportiva Bandeirante), realizando a primeira Pronegocio”, comenta Rosin.

Estratégia e persistência

A estratégia do evento era basicamente simples: cada empresa tinha que dar o contato de cinco clientes seus e convidá-los para vir a Brusque e, só com esta ação, mais de 100 clientes eram esperados pela diretoria da entidade na primeira rodada de negócios.

Na terceira semana do mês de agosto de 1997, nos dias 20, 21 e 22, logo cedinho, o Bandeirante recebeu os fabricantes de Brusque, com seus mostruários em malas e bolsas, cada qual aguardando com ansiedade a chegada dos clientes. Mesas do clube e biombos foram utilizados para montar o espaço de negociação. “Vendemos uma ideia na primeira rodada, mas nem sabíamos se ia dar certo. Tínhamos quase 100 empresas para vender e o primeiro cliente só chegou perto do meio-dia. Quase fomos linchados”, revela o ex-presidente Ailton Gripa.

Um fator interessante é que a primeira Pronegócio reuniu 67 fabricantes. Segundo Rosin, a AmpeBr teve o cuidado de convidar, além das empresas de confecção, que eram a maioria, empresas do setor de calçados também, a fim de oferecer um mix de produtos para apresentar aos empresários lojistas. Entretanto, o número de fabricantes superou o de clientes, o que acabou não trazendo um resultado positivo na primeira edição. “Estávamos em mais de 60 vendedores e vieram 25 compradores em três dias. Apesar disso, já na primeira rodada me envolvi com a diretoria da AmpeBr, para ajudar, pois sempre acreditei no potencial da Pronegócio como algo revolucionário, que mudaria completamente a forma de vender até então praticada pelas confecções de Brusque e região. Vi isso muito rapidamente nas primeiras rodadas em que participei e fico feliz hoje ao ver que quem acreditou nisso, estava certo”, recorda-se o também ex-presidente da entidade, Tarcísio Tomasi.

Parceiro de história

Quem acompanhou de perto o início da trajetória de sucesso da Pronegócio foi o Sebrae/SC, parceiro da AmpeBr desde 1996, como se recorda o técnico de atividades, Alcides Cláudio Sgrott Filho. “Aproximamo-nos da AmpeBr no momento em que ela fazia a transição

para associação das micro e pequenas empresas, na gestão do Roberto Gaspar. E acompanhamos muito de perto a primeira Pronegório, inclusive promovendo algumas atividades de capacitação e orientação às empresas. Mantivemos esta parceria ao longo de todos estes anos, participando das edições da Pronegório e realizando projetos focados no desenvolvimento das micro e pequenas empresas”, enfatiza.

De acordo com Alcides, um grande sonho do Sebrae era que a Pronegório, que começou restrita a fabricantes de Brusque e região, se tornasse uma rodada estadual de confecção, o que acabou acontecendo e fortalecendo ainda mais o evento, considerado o grande case de sucesso da AmpeBr.

Concretização

O sucesso da Pronegório fez com que o evento entrasse no calendário de atividades da AmpeBr e do próprio município. No início eram realizadas duas rodadas por ano, que apresentavam as coleções Outono/Inverno e Primavera/Verão. A partir do ano de 2004, a AmpeBr inseriu mais uma rodada no calendário: a Pronegório Alto Verão, com a realização de três eventos anuais. Em 2013 uma nova mudança: a realização da Pronegório Preview de Inverno, com o intuito principal de antecipar as coleções para atender as redes de lojas, clientes da rodada.

Micro e pequenas empresas associadas à AmpeBr e demais Ampes do estado de Santa Catarina passaram a integrar as rodadas, que atraíram clientes de todo o Brasil, diante do modelo de negociação direto com os fornecedores, a facilidade em encontrar produtos dos segmentos masculino, feminino, infantil, moda praia, cama, mesa e banho, em um só lugar.

Os cenários da Pronegório também mudaram ao longo da história. A rodada permaneceu por três edições na Sociedade Esportiva Bandeirante. Nos anos 2000 o evento foi realizado pela primeira vez no Hotel Monthez, trazendo maior comodidade aos compradores e também aos fabricantes. Oito anos depois a AmpeBr percebeu a necessidade de levar a Pronegório para um espaço ainda maior, diante da expansão do

evento, tanto no que diz respeito ao número de marcas participantes, quanto de compradores. O Pavilhão Maria Celina Vidotto Imhof passou a ser a nova casa da Pronegocio, até os dias de hoje, intercalando com edições realizadas no Hotel Monthez em novas cinco oportunidades, e no Clube Santos Dumont em quatro ocasiões. “A Pronegocio teve um grande crescimento. Saímos de uma época em que se fazia tudo à mão, até mesmo os desenhos dos boxes de negociação. Os próprios pedidos, que eram redigidos em grandes blocos de papel, passaram para o digital. E até hoje ela vem sendo aprimorada, porque a tecnologia também evoluiu. Adquirimos computadores, notebooks, software para agendamento de negociações, enfim, demos um grande plus no negócio”, ressalta o ex-presidente da AmpeBr, Luiz Carlos Rosin.

50 edições e inovação

Em 2019 a Pronegocio alcançou a marca de 50 edições, realizadas ininterruptamente desde 1997. Clientes de diversos estados brasileiros e empresários das fábricas que participam das rodadas de negócio, prestigiaram o tradicional Desfile de Moda realizado no Clube Santos Dumont e a solenidade que comemorou a 50ª Pronegocio, momento de extrema alegria e satisfação a toda diretoria da AmpeBr.

Em 2020, a AmpeBr realizou sua 52ª Pronegocio no mês de janeiro e por conta da pandemia da Covid-19 precisou adiar as rodadas presenciais seguintes. Foi um momento desafiador para a entidade, que estudou caminhos e formas de possibilitar as negociações entre clientes e fabricantes do segmento de confecção, através de um novo formato de evento: a Pronegocio Web. A primeira edição foi realizada no mês de julho e a segunda, no mês de setembro. O evento entrou para a história da entidade brusquense e das próprias rodadas de negócios, realizadas no município desde 1997. Com uma plataforma própria, desenvolvida pela empresa DSIX Tecnologia, os clientes tiveram acesso a um showroom virtual, com fotos padronizadas de 10 mil looks disponibilizados para negociação, onde cada empresa participante teve 60 referências disponíveis. “Sabemos da importância

da Pronegocio para nossos associados e fabricantes que participam e mais uma vez conseguimos realizar um evento que oportunizou as negociações com a devida qualidade. Os resultados não são iguais aos eventos presenciais, onde o comprador vem a Brusque, é hospedado em um hotel, tem um aconchego diferenciado nos cinco dias em que fica aqui, com uma metodologia diferente para as negociações, que é algo único da Pronegocio. Porém, conseguimos fazer uma plataforma com um desenho bem parecido de uma rodada presencial, com showroom, com a escolha das empresas que ele quer negociar e as videochamadas com os fabricantes. Essa humanização nas negociações foi fundamental para o negócio, já que as marcas participantes puderam transmitir confiança e credibilidade aos clientes. Um evento pioneiro realmente, diante de um cenário adverso e que realizamos com o sentimento de dever cumprido”, explica o presidente da AmpeBr, Ademir José Jorge.

Trabalho contínuo

A trajetória de sucesso da Pronegocio conta com um elemento imprescindível segundo Ademir: o trabalho contínuo da entidade, seja na prospecção de clientes, através de viagens realizadas em todas as regiões do Brasil; seja na análise pós-evento e os pontos a serem melhorados; seja no atendimento e preocupação com os próprios fabricantes, para que todos tenham as mesmas oportunidades de negociação durante o evento; entre outros fatores. “A Pronegocio é esse sucesso porque é organizada e realizada por uma diretoria atuante e unida em prol da associação. É um evento realizado para distribuir resultados para os associados, consequência de todo o trabalho de associativismo, onde se busca inovação e melhorias constantes. A credibilidade que a Pronegocio conquistou ao longo de sua história veio desse conjunto de ações. É um evento que tem sua importância a inúmeras empresas, já que movimenta a cadeia produtiva têxtil, além de fomentar o turismo de negócios da cidade em vários segmentos, e o turismo de toda região”, avalia.



Com 23 anos de história, a Pronegocio garante emprego para mais de 20 mil colaboradores do segmento de confecção das empresas participantes (Foto 6ª Pronegocio sediada no Hotel Monthez)



A cada edição da Pronegocio, uma ampla estrutura é montada, com showroom para exposição das coleções, boxes de negociações entre clientes e fornecedores, Sala Vip, restaurante para atender todos os compradores, vendedores e staff da rodada

DOCUMENTOS OFICIAIS 1871

Transcrição:
Luciana Pasa Tomasi

Colaboração:
Emilia Rosenbrock
Pastor Werner Brunken
Helga Erbe Kamp
Ernst Otto Kamp

Orçamento para ocorrer as despesas das Colonias Principe D. Pedro e Itajahy, no mês de Agosto próximo.

| | |
|---|------------------|
| Empregados e mais dois profeçores subvencionados p ^o . a Colonia Princ. D. Pedro | 916\$667 |
| Capella Catholica p ^a . a dita Colonia | 300\$000 |
| Expediente | 10\$000 |
| Aluguel de casas | 76\$000 |
| Tratamento de animaes | 30\$000 |
| Concerto de Estradas, Pontes e Pontilhões p ^a ambas as Colonias | 400\$000 |
| Eventuaes | 100\$000 |
| Subtotal | 1:832\$66 |

Cidade do Desterro 31 de julho de 1871.
João Detsi
Director

Orçamento para as despesas com as Colonias Principe Dom Pedro e Itajahy, no mez de Julho de 1871.

| | |
|---------------------------------|----------|
| Empregados | 886\$667 |
| Trabalhadores explorações | 100\$000 |
| Expediente | 10\$000 |

Almo. Sr. D. João

Informe e bilhetes Suscriptos da Thesouraria da
Fazenda. Palácio do Governo da Província de
Santa Catharina 8 de Agosto de 1871
Bandeira de Jurema.

Trabalho a honra de passar as
mão de V. Ex. a conta de despesas
realizadas com colonos que seguiu
rão d'esta cidade para o Itaja-
hy, com destino as Colônias, Blau-
menau e Príncipe D. Pedro, na
importancia de R\$ 1124/520.⁰⁰ a fim
de que V. Ex. se digno ordenar que
seja Thesouraria da Fazenda d'es-
ta Província em seij entregue
a referida quantia.

Deos Guade a V. Ex.

Almo. Sr. D. João
Pig. Presidente desta Província
Palácio 8 de Agosto 1871.

Julio Mathias Pombal
Agente da Colonização

22-116

| | |
|---------------------------------------|-------------------|
| Aluguel de casas | 76\$000 |
| Tratamento de animaes | 30\$000 |
| Para o Culto da Igreja | 8\$333 |
| Concerto de estradas | 400\$000 |
| Concerto de pontes e pontilhões | 100\$000 |
| Para a Capella em construcção | 100\$000 |
| Eventuaes..... | 100\$000 |
| Somma | 1:811\$000 |

| | |
|---|-------------------|
| Abate-se o saldo á favor da receita, existente em caixa | 26\$970 |
| Somma | 1:784\$030 |

João Detsi
Director

Ilmo Exmo Snr
(Informe o Snr. Inspetor da thesouraria da Fasenda do Governo da Provincia de Santa Catharina 8 de Agosto de 1871. Bandeira de Gouvêa)

Tenho a honra de passar as mãos de V. Excia a conta de despesas realizadas com colonos que seguirão d'esta Cidade para o Itajahy, com destino as Colonias Blumenau e Principe D. Pedro, na importancia de \$112:520 afim de que V. Excia se digne ordenar que pela thesouraria de Fasenda d'esta Provincia que seja entregue a referida quantia.

Deos Guarde a V. Excia.

Ilmo e Exmo Snr Joquim Bandeira de Gouvêa
Digmo. Presidente d'esta Provincia
Desterro 8 de agosto 1871.

Julio M Trompowsky
Agente da Colonização

Ilmo Senhor Director

Nos abaixo assignados colonos da Colonia Itajahy na grande crise, em que actualmente se acham essas colonias por falta absoluta de moeda, não tendo vindo ha perto de um anno dinheiro algum para essas colonias e não podendo nos ainda queirendo quasi nunca mais ganhar dinheiro e emfim não podendo nos conviveres só satisfazer ainda aos nossos mais indeclináveis misteres, tomamos na dura necessidade em que estamos, cheios de confiança a liberdade de recorrer á V^a E^a, nosso incansável e digmo Snr Director pedindo lhe Digne-se faser constar nossa miséria ao Governo de I. M. para que esse mesmo governo sempre tão generoso para com os estrangeiros Digne-se achando justa a cansa mandar nos outra vez para serviços de estrada as quantias que V. S^a acham indispensaveis , para nos podermos existir aqui com nossas familias e para não se apoderar tambem desta colonia este fatal espirito de desanimo e descontentamento, que fes sahir antes os Irlandeses e Ingleses e agora toda a população polaca estando nos firmes para ficar, si nos restarem os meios absolutos para podermos viver aqui nos e nossos filhos.

Colonia Itajahy 14 de Agosto de 1871.

Ilmo Senhr Major João Detsi, Digmo Director das Colonias Principe Dom Pedro e Itajahy.

- 1 Francisco Schlindwein
- 2 José Weschenfelder
- 3 Georg Franz Schlindwein
- 4 Wendelino Heil
- 5 Daniel Knoch
- 6 Ludwig Habitzreuther
- 7 [Incompreensível]
- 8 Jakob Habitzreuther [Giebelreuther]
- 9 Joseph Horn
- 10 Melchior Schlindwein
- 11 [Johann] Bohn
- 12 Bernardo Fischer
- 13 Albert Petermann

- 14 [Incompreensível]
- 15 Karl Debatin I – [Karl Diether Löe]
- 16 [Heinrich Debatin]
- 17 [Heinrich] Bodenmüller
- 18 João Wagner
- 19 Xavier Imhof
- 20 Fritz Westarb
- 21 Francisco José Groh
- 22 Franz [Seifert]
- 23 Josef Seifert [Scharf]?
- 24 Josef Löffler [Joseph Köhler]
- 25 [Incompreensível] [Schwarz]
- 26 Josef [Schwarz]
- 27 Stephan Gern [Clayson Gessner]
- 28 Philipp Lang
- 29 Thiago Morsch
- 30 Johann
- 31 Karl Rüffel [Riffel]
- 32 [Karl] [Incompreensível]
- 33 Luiz Boos
- 34 [Incompreensível] [Petermann]
- 35 Adão Decker
- 36 Franz Anton [Petermann]
- 37 Ignacio Becker
- 38 Christovão [Raucher]
- 39 Nicolao Fischer
- 40 Hermann Kehler
- 41 [Incompreensível] Bittelbrunn
- 42 Roman [Incompreensível]
- 43 [Incompreensível]
- 44 Alberto Habitzreuter
- 45 André Becker
- 46 Philippe [Incompreensível]
- 47 José Bohn
- 48 Henrique Habitzreuther
- 49 Franz [Incompreensível]
- 50 Miguel Kling

35. Wido Gieseler.
36. Franz Anton Paternus
37. Ignazio Becker
38. Christoval Franzer.
39. Victor Fischel
40. Hermann Fischer
41. Max Littelmann
42. Roman Weiss
43. Emanuel Viny
44. Alberto Labitzky
45. Andrei Becker
46. Philippe Becker
47. Jose Bohn
48. Henrique Labitzky
49. Georg Hagemann
50. Misaul Kling
51. Paul Riffel
52. João Georg Schmitt
53. Carlos Bohn
54. Francisco Völker
55. Franz Fischer.
56. Ludwig Heider
57. João Baron
58. Olvio Hauser
59. Cosme Becker
60. João Kehler
61. Mathias Kersch
62. Thome Baumgärtner
63. João Jose Labitzky
64. Adão Borg
65. Augusto Schäfer.
66. Fernando Bärthel (Rinaldo)
67. João Wagner.
68. Vogens Krempel
69. Thiago Riffel

- 51 [Karl Riffel/Rüffel]
- 52 João Georg Schmitt
- 53 Carlos Bohn
- 54 Francisco Völker
- 55 Franz Fischer
- 56 Ludvig Huber
- 57 João Baron
- 58 [Olivio/Alisio] Horner
- 59 Cosme Becker
- 60 João Kehler
- 61 Matheus [Kretz/Kreutz]
- 62 Thome Baumgartner
- 63 João José Habitzreiter
- 64 Adão Boos
- 65 Augusto Schäfer
- 66 [Reinaldo/Rinaldo/Reinaldo] Barth
- 67 João Wagner
- 68 Vincenz Krempel
- 69 Thiago Wippel
- 70 Carlos Boos
- 71 Floriano Schwein
- 72 Luiz Keller
- 73 Theodor [Reiter/Reihes] – [Theodoro Reichert]
- 74 Adolfo Batschauer
- 75 Mathia Moritz
- 76 Nicolau Schmit
- 77 José Scharf
- 78 José Henker
- 79 João Pedro Pellens
- 80 Simão Wilhelm
- 81 Fabiano [Becker/Berkan/Riecke/Fischer]
- 82 José Schlindwein
- 83 Henrique Schwarz
- 84 Pedro Thiago Heil
- 85 Daniel [Incompreensível]
- 86 João Walter
- 87 João Germano [Beiting/Boiting/Beuting]

- 88 José Schwarz
- 89 Carlos José [Becker/Decker]
- 90 Benjamin Wippel
- 91 Bernardo Beter
- 92 Francisco Klein
- 93 Carlos Wilhelm
- 94 Francisco Werner
- 95 Friederico Erthal
- 96 Martin Debatin
- 97 Adolfo Erthal
- 98 José [Schmamberger/Schammerberger/Schaumberger]
- 99 Frederico Fischer
- 100 Vendelino/Wendelino Heil
- 101 Melchior Batschauer
- 102 Carlos Kohler
- 103 João Brem
- 104 João Heil
- 105 Tobias [Popper/Rupp]
- 106 José Schneider

Ilmo Exmo Snr

Em cumprimeiro a ordem de V. Excia de 8 do corrente incluo n'estas as relações nominaes dos Colonos com os [incompreensível] viveres e transportes, conforme a conta por mim apresentada. Documento Nº1 há de despesas feitas com transporte e [incompreensível] da familia Inglesa, da Barra do Itajahy Morim a Colonia Principe Dom Pedro.

Os documentos 2 e 3 [incompreensível] de passagem para o Itajahy Mirim e de [incompreensível] 1 familia Allemães.

Os documentos Nºs 4 e 5 são de despesas feitas com o regresso de um colono Inglez que veio doente da colônia “Principe Dom Pedro” que foi tratado no municipal hospital de caridade d'esta cidade.

Tendo de pagar se ainda as despesas de [incompreensível] e transporte da família Allemã, da Barra do Itajahy Mirim até a Colonia para onde se destinarão, cuja conta ainda não me foi apresentada.

Deos Guarde a V. Excia.

Ilmo e Exmo Snr Joaquim Bandeira de Gouvêa

Digmo. Presidente d'esta Provincia

Desterro 17 de agosto 1871.

Julio M Trompowsky

Agente da Colonização

Nº 64 Directoria das Colonias Principe D. Pedro e Itajahy em 19 de Agosto de 1871.

Ilmo. E Exmo Snr. Bandeira de Gouvêa

Sendo de grande necessidade a nomeação de um Agrimensor para as Colonias á meu cargo, respeitosamente venho reiterar o que já em officios de 14 de Janeiro e 14 de Julho do corrente anno [incompreensível] á V. Excia, demonstrando a urgente necessidade, e para essa nomeação proponho o Agrimensor Emilio Odebrecht, homem honesto, trabalhador e excelente desenhista, pratico engenheiro que tem muitos trabalhos na Secretaria que o recommendão, podendo ser contractado [incompreensível] 80 reis por braça e 50\$00 mensalmente para o fim de aproveitar de seu serviço para aprontar os mapas de ambas as Colonias, visto que nenhum mappa existe nesta Directoria.

Deos Guarde a V. Excia.

Ilmo e Exmo Snr Joaquim Bandeira de Gouvêa

D. Presidente da Provincia de Santa Catharina



Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim SAB/ Casa de Brusque

Fundada em 4 de agosto de 1953, a Sociedade Amigos de Brusque e de Apoio ao Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim SAB/Casa de Brusque tem por objetivo resgatar a história da fundação, colonização e crescimento de Brusque e do Vale do Itajaí-Mirim.

Seu acervo preserva documentos, fotografias, livros, periódicos e objetos da vida dos colonizadores e outras preciosidades relacionadas à vida da comunidade em diferentes épocas da história da região.

A Sociedade Amigos de Brusque e de Apoio ao Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim SAB/Casa de Brusque está localizada na Rua Otto Renaux, nº 285, bairro São Luiz, Brusque (SC), e tem a custódia dos acervos a serviço da sociedade, que lhe deposita confiança sobre a manutenção deste patrimônio.



UNIFEBE

É NOSSA. É DAQUI.



KOHLER &
DÜRRSCHNABEL
MARCENARIA
HOLZWERK



CLUBE FILATÉLICO
DE BRUSQUE

Fundado em 21 de julho de 1935
COLECIONAR EDUCA E INSTRUI

Professora

*Rosemari
Glatz*

Dr. Germano
Hoffmann
e
Iasmine
Vianna
Hoffmann



Casa de Brusque
Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim



FARMA-PLUS
APOTHEKE 18 ANOS

Schani
Confecções

MAICON & RODRIGO
WELTER
Corretores de IMOVEIS

*vianna
hoffmann*
advocacia

CNPJ 25.274.839/0001-49 | OAB/SC 2785



HOFFMANN

Análises Preventivas e para Diagnósticos